

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MARLA ANDRESSA DE OLIVEIRA SANTOS

**O pertencimento racial de universitários
negros da Faculdade Zumbi dos Palmares**

SÃO PAULO
2012

MARLA ANDRESSA DE OLIVEIRA SANTOS

O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares

Dissertação de mestrado apresentada à
Faculdade de Educação da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Educação

Área de Concentração: Sociologia da Educação
Orientadora: Profa. Dra. Marília Pinto de
Carvalho

SÃO PAULO
2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

301.451 Santos, Marla Andressa de Oliveira
S237p O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares / Marla Andressa de Oliveira Santos; orientação Marília Pinto de Carvalho. São Paulo: s.n., 2012.
118 p.; tabs.; anexos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Relações étnicas e raciais 2. Negros 3. Ações afirmativas
4. Ensino superior I. Carvalho, Marília Pinto de, orient.

SANTOS, Marla Andressa de Oliveira

O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação

Área de Concentração: Sociologia da Educação
Orientadora: Profa. Dra. Marília Pinto de Carvalho

Aprovado em: _____ de _____ de 2012

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais. Com a expectativa de que
minha vitória lhes orgulhe.

AGRADECIMENTOS

Deise Rosálio, *cuore*, por confiar e, mais do que isso, expressar essa confiança em mim e no meu trabalho. Amiga, espero que você saiba o quanto o seu apoio foi determinante para que este sonho não fosse esquecido.

Girley Teixeira, por entender a importância desse passo e torcer, à sua maneira, para que eu o completasse. Obrigada também pela leitura atenta e correções.

Hamilton Harley, pela acolhida, pelos jantares, pelo apoio e pelas risadas durante todos os anos de nossa vida acadêmica. Sem você não teria graça...

As amigas de todos esses anos de USP e que durante a realização deste trabalho foram fonte de inspiração, apoio, solidariedade e conforto: Sylvie Klein, Nathalia Cassettari, Raquel Souza, Liane Rizzato e Elisabete Regina de Oliveira, a quem também agradeço a cuidadosa revisão de parte do texto.

Aos colegas do EDGES, pelas leituras e contribuições atentas. Em especial a Adriano Senkevics pelos comentários ao texto e ao querido Fábio Hoffmann, que sempre me ofertou ouvidos atentos quando a solidão do mestrado batia. Agradeço também a Elias Gomes pela ajuda com a revisão e ao casal de amigos Clarissa e Andre Polushin pela ajuda e esmerada prontidão com o resumo em inglês.

Às pessoas que aceitaram participar desse trabalho, dividindo comigo, através das entrevistas, um pouco de suas vidas e idéias.

À Faculdade Zumbi dos Palmares por abrir as portas e me permitir conhecer seu projeto e seus alunos.

À Capes e a Comissão de bolsas da FEUSP por proporcionaram o fomento necessário durante um período da realização desta pesquisa.

Às Profa. Dras. Marília Pontes Sposito e Nilma Lino Gomes, pelas preciosas sugestões durante o exame de qualificação. À profa. Marília Sposito faço aqui um agradecimento especial por todos os ensinamentos ao longo desses anos em que tem acompanhado – de perto ou longe – minha vida acadêmica.

Mais do que especial é o agradecimento a minha orientadora, Prof. Dra. Marília Pinto de Carvalho, por aceitar a missão de me orientar, cumprindo-a tão generosamente.

“(...) se caminhares para a direita baterás e esbarrarás, ansioso, aflito, numa parede horrendamente incomensurável, de egoísmo e preconceitos! Se caminhares para a esquerda, outra parede de ciências e críticas, mais alta do que a primeira, te mergulhará profundamente no espanto.”

O Emparedado, Cruz e Souza

(In: Obras. São Paulo, Edições Cultura, 1943)

RESUMO

SANTOS, Marla Andressa de Oliveira. **O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares**. 2012. 118f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Inserida no campo de estudo das relações raciais e ações afirmativas, esta pesquisa teve como objetivo principal conhecer as percepções raciais apresentadas por alunos auto classificados negros da Faculdade Zumbi dos Palmares e averiguar, no entendimento destes alunos, o que a experiência de cursar esta faculdade influenciou na maneira como significam esta pertença racial. Localizada na cidade de São Paulo, a Faculdade Zumbi dos Palmares (FZP) é uma instituição privada, de caráter comunitário e sem fins lucrativos que foi criada em 2003 com o objetivo de atender à demanda da população negra por formação em nível superior. Essa iniciativa pretendia constituir uma faculdade de excelência que, além da formação acadêmica, pudesse proporcionar aos estudantes negros um espaço de construção e afirmação da identidade racial por meio de currículos marcados pela transversalidade, que abordam diretamente a questão do negro na sociedade brasileira. Para atender aos seus objetivos, a faculdade instituiu um sistema de cotas raciais no qual destina 50% de suas vagas a alunos auto declarados negros. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada entre os anos de 2009 e 2011, a partir de visitas de observação e entrevistas individuais baseadas em questionários semi-estruturados. Foram realizadas cinco entrevistas com alunos dos cursos de Direito e Administração de Empresas e uma entrevista com uma representante da instituição. Os roteiros utilizados pretendiam abarcar diferentes aspectos da vida dos entrevistados e da rotina da faculdade, bem como suas percepções sobre identidade racial e o modo como compreendiam as relações raciais a partir de suas experiências na FZP. Do ponto de vista teórico, essa pesquisa se apoiou nos conceitos de raça, pertencimento racial, socialização e ação afirmativa. Os resultados evidenciam a influência não só do discurso da FZP, mas também da convivência com outros jovens estudantes negros, em um ambiente que se mostrou bastante estimulante e acolhedor ao debate das questões raciais comuns àqueles estudantes. Este contexto comprovou-se propício ao desenvolvimento de um pertencimento racial, entendido aqui como a auto-inclusão em uma coletividade na qual se compartilham valores, anseios e aspirações implicando comprometimento ativo com um projeto de sociedade que vá ao encontro dessas aspirações, ainda que marcado por contradições com os ideias de individualismo e competitividade presentes neste tipo de projeto de ascensão social.

Palavras-chave: relações raciais, negros, pertencimento racial, ações afirmativas, ensino superior

ABSTRACT

SANTOS, Marla Andressa de Oliveira. **Racial Belonging of Black College Students at Zumbi dos Palmares College**. 2012. 118p. Masters Dissertation. Faculty of Education, University of São Paulo, Sao Paulo, 2012.

Delving into race relations and affirmative action programs, this study examines the racial perceptions of undergraduate students at Zumbi dos Palmares College who classify themselves as black. It also examines how these students understand their own sense of racial belonging at this institution. Located in the city of São Paulo, Zumbi dos Palmares College (FZP) is a private, non-profit educational organization which was established in 2003 in order to meet the demands of black students with regard to higher education. This college was created to not only to provide excellent educational programs but also to provide an environment where black students can build and affirm strong racial identities through a curriculum that is emphasizes social inclusion, which is something that directly affects black people in Brazilian society. To help reach its goals, the college instituted a racial quota system in which 50% of their available undergraduate spots are reserved for self-declared black students. The qualitative research was carried out from 2009 to 2011, from observational visits and semi-structured individual interviews. The researcher interviewed five students from the Law and Business Administration programs and one representative of the institution. The material used was intended to encompass different aspects of the lives of the respondents within the confines of the college's routines. Furthermore, the study analyzed student perceptions of racial identity and their understanding about race relations from their experiences at FZP. From a theoretical perspective, this research relied on the concepts of race, racial inclusion, socialization and affirmative action. The results show the influence of the open racial discourse at FZP, and more specifically, the effects of groups of young black students living with other young black students in an encouraging and welcoming environment designed to promote the debate of racial issues. This institution has proven to be conducive to the development of racial inclusion a community in which has shared values, desires and aspirations involving an active engagement with a societal project. Nevertheless, it should be noted that these goals, though positive, are marked by some inconsistencies regarding individualism and competitiveness which should be core to a project for social mobility.

Keywords: race relations, black people, racial belonging, affirmative action, higher education

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Construindo o objeto de pesquisa	20
1.1. Ações afirmativas no Brasil – breve contextualização das ações na área da Educação	26
2. Faculdade Zumbi dos Palmares: um quilombo do século XXI”?	39
2.1. A instituição e sua singularidade: projeto e histórico.....	39
2.1.1. Projeto Pedagógico	44
2.1.2. Cursos	47
2.1.3. Professores	49
2.1.4. Processo seletivo	50
2.2. Negros de todas as cores: breve perfil quantitativo dos alunos	52
2.2.1. Quem são os alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares	53
3. Inserção em campo: a escolha e caminhos	65
3.1. Levantamento Empírico.....	67
4. O pertencimento racial reinventado	83
4.1. As bases do pertencimento racial dos alunos da FZP	85
4.1.1. Trabalho como empoderador racial	88
4.1.2. Aspectos culturais como expressões raciais	94
5. Considerações Finais	105
Referências Bibliográficas	108
Anexos	115
Anexo 1 – Roteiro de entrevista - individual	115
Anexo 2 – Roteiro de entrevista - instituição.....	117
Anexo 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido	118

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1.	Ensino Médio	53
Tabela 2.2.	Faixa etária	54
Tabela 2.3.	Intervalo entre a conclusão do Ens. Médio e o ingresso no Ensino Superior	54
Tabela 2.4.	1ª opção de instituição de ensino	55
Tabela 2.5.	Renda do aluno	56
Tabela 2.6.	Renda mensal familiar	57
Tabela 2.7.	Responsável pelo pagamento da mensalidade	57
Tabela 2.8.	Principal motivo de escolha pela FZP	58
Tabela 2.9.	Situação de emprego	59
Tabela 2.10.	Autoclassificação racial	60

I

INTRODUÇÃO

Na área da educação, fala-se muito sobre esse assunto, sobre a importância da escola na construção dos sujeitos, no cotidiano da escola, mas não se tem a devida noção da proporção de como acontece esse fato; sabe-se que o processo de escolarização ajuda na formação dos/as alunos/as, mas o que acontece é muito maior do que se pensa. (BACELLAR,2006, p.61)

Nas últimas duas décadas, o Ensino Superior no Brasil tem passado por uma fase de forte expansão impulsionada não só pela economia em ascensão como também por políticas públicas na área da Educação. Neste mesmo período, com destaque para os últimos dez anos, também se constata, em âmbito nacional, um aumento nas políticas destinadas a reparar desequilíbrios sociais por meio do atendimento de demandas específicas de grupos histórica e socialmente fragilizados da população. Neste sentido, vários são os estudos, em diferentes áreas do conhecimento, que apontam o acesso à educação como um fator determinante não só para a melhoria da qualidade de vida como também para o exercício pleno da cidadania.

Dentre os grupos alvo de tais políticas específicas, esta pesquisa destacou a população negra, que apresenta um histórico de exclusão persistente desde o fim da escravidão, o que compreende mais de um século de padecimento sob uma estrutura social que, por meio de diversos processos, a mantém em uma posição de preterimento no acesso a serviços e direitos básicos. Para Rosana Heringer “o quadro de desigualdade entre negros e brancos está relacionado tanto a fatores estruturais quanto à discriminação e entre os fatores estruturais o mais significativo é, sem dúvida, o componente educacional” (2002, p 62). Ao passo que Rezende e Tafner não só concordam como defendem o acesso ao conhecimento como “um dos

meios mais consistentes de criar oportunidades potenciais de desenvolvimento em uma sociedade” (2005, p.289).

Diante destas constatações nos parece imperativo analisar as oportunidades de acesso à educação da população brasileira considerando todas as variáveis sociológicas, inclusive raciais, observando o quanto este pré-requisito educacional reverbera nas demais instâncias da vida dos indivíduos gerando oportunidades e/ou desigualdades, pois embora nas últimas décadas tenha se registrado um aumento da escolaridade da população como um todo, as estatísticas ainda apontam uma maior vulnerabilidade da população negra em relação ao acesso e permanência na escola, o que tem contribuído para que se mantenha em desvantagem na busca por melhores condições de vida. Essa desvantagem é percebida em todos os níveis de ensino, sobretudo no Ensino Superior que, mesmo com toda a expansão registrada nos últimos anos, ainda se configura em um gargalo bastante estreito no percurso educacional dos jovens negros brasileiros (SILVA A.; SILVA J.; ROSA, 2009).

No atendimento à população negra o Estado brasileiro tem desenvolvido uma série de políticas de promoção de igualdade racial em diferentes áreas fundamentais para o desenvolvimento e, percebendo a lógica desta relação direta entre educação e desigualdade, tem dedicado especial atenção ao acesso de estudantes negros ao Ensino Superior adotando um sistema de reserva de cota nos vestibulares das universidades federais a partir de 2004.

Sendo uma ação polêmica, os anos que antecederam o início da implementação dessa política foram tomados por intensos debates que ainda se mantêm acesos na academia e fora dela acerca da validade, e viabilidade dessas ações. As maiores críticas referiam-se ao questionamento da real necessidade da adoção de um sistema com critérios étnico-raciais ao invés de um sistema com critérios socioeconômicos, além de levantarem a questão da classificação racial no Brasil na qual, segundo alguns contrários às políticas de igualdade racial, seria complexo definir quem é ou não negro.

Durante este período, enquanto cursava a graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação da USP, acompanhei vários debates sobre esse tema que, desde aquela época já me interessava muito, pois além de estar relacionado a minha própria identificação racial também era um tema presente no meu dia a dia enquanto professora voluntária em um dos núcleos de cursos pré-vestibular para

jovens negros e carentes da Ong Educafro. Durante esses debates sobre as ações afirmativas para a população negra no Ensino Superior, conheci a proposta inovadora da Ong paulista AFROBRAS (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sociocultural) que consistia na criação de uma instituição de Ensino Superior com o objetivo de atender à demanda da comunidade negra por formação em nível superior. Essa iniciativa pretendia constituir uma faculdade de excelência que, além da formação acadêmica, pudesse proporcionar aos estudantes negros um espaço de construção e afirmação da identidade racial por meio de um currículo marcado pela transversalidade, no qual a temática dos negros estivesse posta no cerne das discussões propostas por disciplinas como, por exemplo, *História Econômica do Homem Negro e História da Cultura do Negro no Brasil*¹.

A Faculdade Zumbi dos Palmares (FZP) – nome dado para homenagear uma das figuras mais representativas da luta dos negros pela liberdade durante a escravidão – iniciou suas atividades em 2004, inicialmente em um pequeno prédio no bairro da Luz, região central de São Paulo, oferecendo apenas o curso de Administração de Empresas. Para atender aos seus objetivos, a faculdade instituiu um sistema de cotas raciais no qual destinava 50% de suas vagas a alunos auto-declarados negros. Ciente de que boa parte desses estudantes pertencia a camadas sociais mais baixas e, portanto, não teriam condições de arcar com os custos das mensalidades, a FZP estabeleceu vários convênios com empresas e universidades que durante algum tempo contribuíram técnica e financeiramente com a instituição. Esses convênios garantiram a concessão de bolsas de estudos que reduziam o valor da mensalidade em 50% para praticamente todos os estudantes. Há que se citar aqui o papel do reitor, Prof. José Vicente, que também é presidente da Ong AFROBRAS e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, que através de suas articulações políticas tem conseguido bastante visibilidade para a faculdade ao longo dos seus anos de existência.

Em 2005, durante o desenvolvimento de uma monografia² que analisava a relação entre escola pública e os jovens negros - o que me possibilitou conhecer

¹ Disciplinas oferecidas para os alunos do 3º e 4º semestres respectivamente (fonte: grande curricular dos cursos disponível no site da FZP- http://www2.zumbidospalmares.edu.br/pdf/matriz_curricular_adm_atualizada_080109.pdf)

² Monografia intitulada “Juventude negra e escola: caminhos dessa relação” apresentada como trabalho de conclusão do curso de especialização (pós-graduação Lato Sensu) realizado pela Faculdade de Educação e Instituto de Psicologia (USP).

melhor o cenário educacional acessado por esses jovens no Ensino Médio e quais eram as suas perspectivas de formação - tive a oportunidade de ler uma matéria especial publicada pela revista *Carta Capital*³ que apresentava o projeto e traçava um perfil dos alunos da instituição naquele momento, descrevendo-a como “um quilombo do século XXI”. O corpo discente formado por 82% de jovens negros, moradores das periferias da cidade de São Paulo e região metropolitana, oriundos de escolas públicas, trabalhadores e com renda familiar de até quatro salários mínimos, configurava naquele momento uma realidade totalmente diferente daquela que eu, enquanto aluna da Universidade de São Paulo (USP) tinha ao meu redor. Essa descrição até hoje se mantém, garantindo à FZP um posto de singularidade diante de todas as demais instituições de Ensino Superior no Brasil, já que não há registro de outra instituição cujo corpo discente seja composto por uma maioria de alunos negros⁴.

Eu queria conhecer aquela iniciativa, saber como era para aqueles alunos vivenciar essa experiência tão diferente de frequentar um espaço onde todas as histórias se aproximavam e onde a identificação racial, a cor e a origem não pareciam ser um problema. Mais do que isso, eu me interessava em conhecer as percepções raciais apresentadas pelos alunos autotclassificados negros e averiguar como, no entendimento deles, o discurso de valorização da raça negra e de todos os seus elementos defendido pela FZP influenciava a maneira como significavam esta pertença racial e a maneira como eles se colocavam enquanto cidadãos de direito, já que assumir-se negro não é uma tarefa fácil. Minha hipótese era de que um projeto como este poderia fortalecer a identidade racial e definir um pertencimento que contribuiria para a reelaboração de uma concepção de cidadania por parte desses alunos, refletindo-se em mudanças tanto nas relações sociais cotidianas quanto institucionais, o que seria um passo importante para o fim da manutenção do racismo em nossa sociedade.

Decidida então a fazer deste o objeto de estudo dessa dissertação, iniciei em 2009 a pesquisa que lhes apresentarei neste texto. Debruçando-me sobre as temáticas Ensino Superior, negros e ações afirmativas, procurei entender a FZP e seus alunos e extrair elementos que me ajudassem a compreender as mudanças

³ Revista Carta Capital, edição de 18 de maio de 2005, p.10-16.

⁴ Apenas a partir do Censo da Educação Superior de 2009, divulgado pelo INEP em 2010, é que dados sobre a cor/raça dos alunos passaram a ser coletados.

sociais que se desenhavam no cenário brasileiro com a implantação de políticas de igualdade racial. Este cenário, como pude constatar ao me aproximar da bibliografia já existente, se insere em um momento novo no campo dos estudos das relações raciais, que é reflexo de um fenômeno mundial contemporâneo de reelaboração e consolidação das identidades étnicorraciais (SANSONE, 2007).

O primeiro passo na tentativa de entender a complexidade que permeia as relações raciais entre negros e brancos no Brasil foi definir os limites e instrumentos que seriam usados. Após entrar em contato com a produção de importantes estudiosos dessa temática elegi os conceitos que seriam úteis na realização do trabalho que eu estava me propondo a executar.

Segundo Guimarães (2003), os conceitos não podem ser utilizados de forma atemporal e irrestrita, desconsiderando o contexto e os interlocutores envolvidos. Ao longo das análises tanto do material bibliográfico quanto empírico surgiram conceitos nativos e analíticos⁵ que tentei esclarecer em momentos oportunos ao longo da dissertação, de forma a facilitar a leitura. Alguns conceitos basais para a compreensão deste texto e do ponto de vista sob o qual ele foi escrito serão expostos a seguir. Esclareço que não me propus a desenvolver uma discussão entre os variados conceitos encontrados acerca de um mesmo fenômeno. Limito-me a indicar pontualmente aqueles que adotei durante esta pesquisa por serem os que se mostraram mais adequados a explicar as situações encontradas dentro do contexto específico.

O primeiro e principal conceito a embasar esta pesquisa é, sem dúvida, o conceito de raça. Introduzida na literatura científica há séculos, a palavra **raça** já foi empregada nos mais variados contextos. Inicialmente utilizada na Biologia com a finalidade de classificar espécies animais e vegetais foi, mais tarde, transposta ao campo da Antropologia quando da criação da teoria da existência de raças humanas, sendo associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. Para essa dissertação o conceito de raça adotado é o conceito analítico de “raça social” descrito por Guimarães (1999), no qual o autor propõe que as raças sejam entendidas como **construções**

⁵ Os conceitos analíticos permitem a crítica de um determinado conjunto de fenômenos e só fazem sentido dentro de uma teoria específica, enquanto os conceitos nativos são aqueles utilizados no mundo prático. (GUIMARÃES, 2003)

sociais capazes de orientar as ações humanas ao classificar e identificar indivíduos de forma eficaz na manutenção de diferenças e privilégios.

Ora, no Brasil, a teorização de “raças”, definidas como formas de classificar e identificar que podem produzir comunidades, associações ou apenas modos de agir e pensar individuais, constitui, para a sociologia, o instrumento apto a revelar condutas políticas e instituições que, ainda que inadvertidamente, conduzem à discriminação sistemática e à desigualdade de oportunidades e de tratamento entre grupos de cor (GUIMARÃES, 1999, p.67-68)

O conceito de cor que aparecerá em vários momentos deste texto estará sempre se referindo ao emprego deste termo pelas pessoas no dia a dia, utilizando-o para classificar a si e aos outros por meio de critérios fenotípicos como cor de pele, olhos, traços faciais e cabelo, aos quais essas pessoas atribuem valores e significados hierarquizantes. Dessa forma, trata-se de um conceito nativo calçado em uma ideologia racial, pois é somente no interior desta ideologia que a atribuição de valores a traços fenotípicos faz sentido (GUIMARÃES, 1999; 2003). Este conceito, presente nas relações raciais brasileiras desde a escravidão dos negros, está hoje na base das concepções raciais no país, sendo de tal forma “naturalizada” que é mantido por órgãos oficiais como a maneira de inquirir a população sobre sua classificação racial nos censos e pesquisas. Segundo Araujo “na sociedade brasileira a cor é a metáfora, a categoria mais frequentemente acionada para demarcar diferenças e desigualdades com base na raça” (1987, p.15). Desde 1972, o IBGE colhe dados da população considerando categorias de cor. Para tanto solicita à população que se classifiquem como “branco, preto, pardo, amarelo ou indígena” (desta lista apenas o último termo não faz referencia a cor). Devido a isso, alguns estudiosos analisam a classificação racial brasileira não como grupos raciais e sim como grupos de cor (HERINGER, 2002), mas neste texto manteremos cor apenas como um conceito nativo.

O próximo conceito a merecer evidência é o conceito de racismo. Negado pelo ideário comum brasileiro, o racismo assim como a discriminação racial são frequentemente amenizados e descritos como “preconceito” na linguagem cotidiana. Essa preferência, assim como a afirmação de que as raças não existem, demonstra quão entranhada no senso comum brasileiro está a ideologia da democracia racial (GUIMARÃES, 1999).

Para os fins desta pesquisa entenderemos o racismo como um fenômeno social que compreende a fundamentação ideológica das práticas preconceituosas e discriminatórias dos indivíduos racistas. Mesmo não mais justificado por fundamentos biológicos, essa ideologia carrega sempre a concepção de que existe um gradiente natural de valor relacionado a determinadas formas físicas e étnicas.

A ideologia racista, portanto, atua no sentido de justificar moralmente o preconceito, a discriminação e as situações crônicas de desigualdade verificadas entre as pessoas fenotípica e culturalmente diferentes. Ou seja, a ideologia racista adentra os olhos e a mente de toda a sociedade para a aceitação acrítica da coincidência verificada entre as hierarquias de classe e as hierarquias étnicas e raciais (PAIXÃO et al, 2010, p.21).

O peculiar do racismo brasileiro é a centralidade das concepções de cor e embranquecimento (SCHWARCZ, 2001; GUIMARÃES, 1999). Por mais que as pessoas afirmem a não existência do racismo, é com base na cores que as classificações e discriminações se processam e a cor, como vimos acima, está inteiramente apoiada em uma ideologia racial.

Por último, foi fundamental para a realização desse trabalho o conceito de ação afirmativa, que define um programa ou ação pública ou privada que vise, por meio de um tratamento diferenciado, corrigir ou amenizar uma situação de desigualdade considerada socialmente indesejável.

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA, 2001⁶).

Ainda existe no Brasil certa confusão entre ação afirmativa e o de sistema de cotas, por isso é importante esclarecer que o sistema de cotas se trata de **uma** modalidade de ação afirmativa e que existe uma pluralidade de formatos menos utilizados no Brasil. Além das políticas de reserva de vagas (cotas) outra modalidade que vem sendo bastante empregada no Brasil são as bonificações que adicionam

⁶ GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa.

pontos à classificação final dos candidatos/ requerentes, etc. Nas universidades brasileiras – instituições que mais tem implementado ações afirmativas no país – esse sistema tem se tornado mais comum nos últimos anos, mas o sistema de cotas continua sendo a modalidade de ação afirmativa mais utilizada e por isso talvez seja a mais conhecida pela população.

O texto que apresento a seguir está organizado em quatro capítulos de forma a facilitar a leitura e apresentar a discussão aqui proposta em um crescendo. No primeiro capítulo - Construindo o objeto de investigação - como o próprio título indica, descreve-se a proposta e os objetivos dessa pesquisa, contextualizando o campo de estudo em que se insere. O capítulo 2 – “Faculdade Zumbi dos Palmares: um quilombo do século XXI?” – apresenta o projeto da Faculdade Zumbi dos Palmares, local da pesquisa, a sua história, funcionamento e um breve perfil do corpo discente. Neste capítulo também caracterizo os alunos que foram entrevistados durante o levantamento empírico. No terceiro capítulo descrevo a metodologia escolhida para a realização da pesquisa e minha inserção em campo por meio de visitas de observação e entrevistas. No quarto capítulo analiso o material coletado durante a pesquisa, estabelecendo correlações entre as informações apuradas e a bibliografia consultada. Por fim, nas considerações finais apresento as principais conclusões alcançadas por este trabalho. Os roteiros utilizados nas entrevistas se encontram em anexo ao final da dissertação.

Espero que as discussões contidas neste texto possam contribuir em alguma medida para aprofundar o estudo das ações afirmativas e o seu impacto nas relações raciais no Brasil, trazendo elementos que possam ser relevantes para combater o racismo em nossa sociedade e promovendo a cidadania plena para a população negra.

1

CONSTRUINDO O OBJETO DE PESQUISA

No campo das relações raciais no Brasil, o pensamento sociológico teve várias fases desde a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República até os dias atuais. Naquele período o debate sobre o racismo e, conseqüentemente, sobre as relações raciais foi bastante influenciado por concepções científicas da época, que creditavam as desigualdades entre os seres humanos a diferenças biológicas inerentes às distintas raças existentes.

A partir de 1930, influenciado pela antropologia de Franz Boas, que substituiu as concepções biológicas de raça por uma visão mais relacionada ao aspecto cultural da essência de um povo, Gilberto Freyre revoluciona os estudos das relações raciais, ao publicar o livro *Casa Grande & Senzala* (1933) no qual, a partir das experiências das elites nordestinas, descreve uma interpretação positiva para a miscigenação no Brasil. Ainda que continuasse a considerar o negro uma raça inferior, Freyre lança uma interpretação na qual valoriza a miscigenação e o mestiço como fatores singulares e diferenciadores do Brasil. Há a “desafricanização” de elementos culturais africanos/escravos que então passaram a ser descritos como legítimos representantes de uma cultura brasileira. Com isso, a feijoada, a capoeira, a mulata, o mestiço e o malandro, por meio de um discurso nacionalista, tornam-se símbolos culturais brasileiros e endossam a imagem de tolerância defendida pela teoria de Freyre. Na exaltação dessa mestiçagem, as desigualdades entre brancos e negros foram camufladas e a situação do negro seguiu ignorada por décadas. Essa teoria, que se manteve legítima até a década de 1950, foi politicamente rotulada de “democracia racial”, definindo a primeira corrente de pensamento no campo das teorias sobre relações raciais. (SCHWARCZ, 2001)

Depois da Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, incentivada pelo contexto mundial e pelo interesse que a ideia de um “laboratório de civilização” hipoteticamente neutro em termos de preconceito racial despertou em pesquisadores estrangeiros, a UNESCO financiou um extenso projeto sobre as relações raciais no Brasil. Esta pesquisa que viria a ficar conhecida por “projeto UNESCO” se ocupou dos estudos de relações raciais no país até meados da década de 1970, enquanto buscou “a possibilidade do convívio harmonioso entre diferentes grupos nas sociedades modernas” (SCHWARCZ, 2001, p.33). Porém, o que as análises realizadas por este projeto constataram foi, ao invés de uma sociedade igualitária, livre de racismos, as marcas da discriminação que derrubavam a validade da teoria de democracia racial.

Essa segunda grande corrente de pensamentos, liderada por Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia, não só reconheceu a existência de preconceito racial⁷ na sociedade brasileira como destacou a intensa desigualdade entre a população branca e a população negra como consequência deste preconceito. A democracia racial passou a ser vista como um mito, uma projeção de nação que não correspondia à realidade. O preconceito de cor passou a ser lido como uma categoria analítica bastante discutida juntamente com o preconceito racial enquanto o racismo assumiu o status de dogma ou ideologia política, incompatível com a concepção de uma sociedade competitiva e industrializada como a sociedade brasileira esperava, naquele momento, ser.

Os teóricos da época acreditavam que a discriminação racial seria sufocada e extinta sob a força da organização e luta de classes. Segundo as concepções marxistas que naquele momento dominavam as explicações oferecidas por esta intelectualidade brasileira, a união de pretos e brancos em uma mesma classe trabalhadora criaria aproximações muito mais fortes do que o preconceito existente e à medida que aumentasse a competição pelos postos de trabalho as desigualdades não seriam mais de cunho racial e sim sociais, visto que a estrutura do capitalismo realizaria este tipo de distinção. Este pensamento manteve-se forte até o início da década de 1990, justificando o pouco apoio dos demais movimentos sociais as reivindicações do movimento negro.

⁷ Preconceito entendido a partir da experiência americana de preconceito, que seria uma reação emocional de um grupo racial [branco] que se sente ameaçado por outro [negro] na competição por recursos.

Segundo Guimarães (2004), o pensamento teórico na ocasião apresentava defasagem em relação aos estudos desenvolvidos no restante do mundo. Esta defasagem só começaria a ser suplantada no final da década de 1970 com os estudos de Carlos Hasenbalg (em 1979) e Nelson do Valle Silva (em 1978). Esses dois autores iniciaram uma nova fase para o debate de relações raciais no pensamento sociológico e econômico brasileiro ao demonstrarem de maneira precisa que as desigualdades sociais tinham como forte componente a raça. Afinal, esgotando-se as análises de todas as demais variáveis (classe, sexo, educação, renda, etc.) ainda restava uma diferença que só poderia ser explicada pela raça ou cor, ou seja, o racismo que permeia as práticas materiais seria o fator determinante da situação dos negros nas relações sociais (GUIMARÃES, 1999; 2004; RIBEIRO, 2009).

Nas décadas de 1980 e 1990, os estudos de desigualdades raciais desenvolvidos por Hasenbalg e Silva, que se sucederam, contribuíram sobremaneira para que a situação da população negra fosse conhecida pela academia e poder público. Embasados por dados estatísticos oficiais do governo, estes estudos seguem comprovando, ano a ano, que as diferenças sociais substantivas ainda dividem a população brasileira em dois grandes grupos - os brancos e os não-brancos (GUIMARÃES, 1999). Essa divisão binária, inicialmente utilizada por Hasenbalg e Silva, foi seguida por diversos autores, que concordaram sobre a dificuldade em diferenciar pretos e pardos, dada a flexibilidade da classificação por cor no Brasil e a fortíssima semelhança entre os indicadores socioeconômicos dos dois grupos, além, claro, da provável ascendência africana tanto de pretos quanto de pardos (HERINGER, 2002). Dessa mesma forma, utilizarei neste texto o termo negro para me referir à somatória das populações preta e parda.

Os 20 anos que se seguiram a publicação dos estudos de Hasenbalg e Silva foram pródigos em trabalhos que privilegiaram a análise com viés de denúncia, demonstrando a constância das desigualdades e apontando em diversas áreas as manobras e consequências do racismo e discriminação. Apesar dessas denúncias, a exclusão social racializada está de tal modo cristalizada no imaginário social que assumiu *status* de senso comum, o que dificulta bastante o combate aos mecanismos de discriminação que imprimem à população negra uma situação subalterna. A maioria das pessoas se recusa a considerar a raça um dos

determinantes da pobreza e da exclusão. Até mesmo para a população negra era e é difícil assimilar que a discriminação racial é também responsável pelas condições de vida, trabalho e estudo em que se encontram. Isso começou a mudar com a atuação do movimento negro que ressurgiu fortalecido na reabertura política do país, propondo a elaboração de uma cultura de consciência negra, cujo “objetivo político-cultural era o de despertar para a importância do negro na sociedade brasileira” (CAMARGO, 2005, p.87).

Para Guimarães:

[...] é certo que a reprodução das desigualdades raciais se articula com três diferentes processos: primeiro com a formação e atribuição de carismas, algo que não se limita apenas ao racial, mas que atinge praticamente todas as formas de identidade social; segundo com o processo político de organização e representação de interesses na esfera pública; e terceiro, justamente por se tratar de uma estrutura, há que se ter em mente os constrangimentos institucionais que funcionam como verdadeiros mecanismos de retroalimentação. (2004, p. 32)

Nos três processos descritos por Guimarães o movimento negro tem atuado com profundidade de modo a enfrentar as desigualdades. No primeiro processo, desde a retomada do movimento a questão da identidade racial tem sido um ponto de debate e reflexão, não só para o movimento como também para muitos estudiosos das relações raciais, da psicologia, da antropologia, etc. No que diz respeito ao segundo e terceiro processos, graças à democratização do estado brasileiro e às constantes reivindicações do movimento negro, o governo e algumas instituições públicas têm se mostrado mais sensíveis à questão do racismo e discriminação. Nas décadas de 1970, 1980, até meados da década de 1990, as ações governamentais que expressaram essa sensibilidade se limitaram a um aspecto mais documental (leis) do que prático. E é na década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que ações mais substanciais de combate à discriminação começam a ser desenvolvidas.

A partir dos anos 2000, já no governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) com forte influência dos movimentos sociais, constata-se o aumento das políticas públicas voltadas para grupos específicos da população na qual são adotados recortes etários, de renda, de sexo/gênero ou de raça/etnia como forma de reparar

desequilíbrios sociais evidentes. Tendo o governo brasileiro reconhecido ainda na década de 80 a existência do racismo e o seu lugar como parte integrante dos mecanismos de perpetuação das injustiças sociais, uma série de políticas de promoção de igualdade racial (ou ações afirmativas) começa a ser desenvolvida em âmbito federal, por meio da criação de estruturas internas nos setores executivos, consultivos e de formulação e monitoramento de políticas em diferentes áreas fundamentais para o desenvolvimento, como saúde, trabalho, agricultura e educação (RIBEIRO, 2009; MOEHLECKE, 2009).

Dentre essas políticas, a área da educação, considerada estratégica, recebe considerável destaque. Para o Movimento Negro é fundamental que haja mudanças estruturais na política educacional como forma não só de garantir o acesso a educação a toda população como de construir uma nova lógica social sem os vícios do racismo (SILVERIO, SOUZA, 2010; REZENDE, TAFNER, 2005; HERINGER, 2002). Neste sentido, as duas ações mais representativas implementadas na área de educação até o momento foram a lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e cultura afrobrasileira e africana nos currículos escolares; e o sistema de reserva de vagas para o acesso de estudantes negros ao Ensino Superior adotado nos vestibulares de parte das universidades federais.

A importância desta última ação reside no fato de que mesmo com o aumento da escolaridade da população brasileira em geral e com as melhoras significativas nos índices de educação dos negros nas últimas duas décadas, ainda é notória a maior vulnerabilidade dos negros em relação ao acesso e permanência na escola. Esta desvantagem vem paulatinamente reduzindo-se ao longo dos anos graças a políticas de universalização do ensino e de distribuição de renda como o Bolsa Família, porém no Ensino Superior ainda é gritante a diferença de acesso entre brancos e negros, o que demonstra que nos níveis mais altos de ensino ainda resiste um gargalo bastante estreito no percurso educacional dos jovens negros (SILVA et al, 2009).

Segundo dados apresentados pela Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2010, p.235), enquanto 62,6% dos jovens brancos na faixa etária dos 18 aos 24 anos frequentavam algum curso superior, apenas 31,8% dos pardos e 28,2% dos pretos na mesma faixa etária estavam neste nível de ensino. Ou seja, a

porcentagem de universitários entre os brancos era praticamente o dobro daquela encontrada entre os jovens pardos e pretos. Considerando que a população negra, devido a desvantagens educacionais históricas, ingresse no ensino superior tardiamente, podemos nos voltar à faixa etária acima de 18 a 24 anos, considerada ideal pelos órgãos oficiais, mas ainda assim não encontraremos um quadro melhor. Comparando os índices das PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) de 1999 e 2009, é inegável o crescimento na proporção de pretos e pardos graduados acima de 25 anos: tanto pretos quanto pardos em 1999 representavam apenas 2,3% dos graduados e em 2009 passaram a 4,7% para pretos e 5,3% para pardos. Mas ainda há grande diferença se observarmos que entre os brancos dessa faixa etária a porcentagem de pessoas com curso superior concluído era de 15% em 2009, ou seja, o triplo.

Neste intervalo de 10 anos o quadro de sub-representação dos estudantes negros no Ensino Superior se manteve mesmo com a existência de programas de incentivo com viés socioeconômico como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) concomitante ao sistema de cotas raciais que vem se expandindo nas universidades federais e a expressiva expansão no número total de matrículas alavancada pelas instituições de ensino privadas. Isso demonstra que “diante das lacunas que vieram se acumulando ao longo das gerações, tal incremento somente pode ser visto como sumamente insuficiente” (PAIXÃO, 2011, p.231) de modo que no intervalo de uma década dificilmente apresentaria resultados muito melhores do que os apresentados, dado o investimento feito.

Como parte deste processo é importante acompanharmos os reflexos que a inserção social do negro por meio de níveis mais elevados de educação tem causado na sociedade como um todo: o leque de possibilidades que se abre à população negra ao acessar o ensino superior estaria causando uma redução do racismo institucional e no âmbito das relações pessoais? A diminuição dos fatores determinantes das desigualdades como a melhor formação educacional/profissional estaria expondo para a sociedade a existência do racismo, negada ainda por uma parcela considerável da sociedade? Estariam os negros mais conscientes e afeitos à sua identidade racial a ponto de se reconhecerem e permanecerem como um grupo coeso na reivindicação de seus direitos? Essas são situações possíveis que se

desenham a partir deste novo cenário que tem despertado considerável interesse da academia e de vários estudiosos⁸ das relações raciais.

No que se refere a este trabalho especificamente o foco de atenção recai sobre a maneira como ações afirmativas raciais na área da educação podem modificar a relação de pertencimento racial dos estudantes. Tomei como estudo de caso a experiência da Faculdade Zumbi dos Palmares, que se diferencia de outras ações por ser uma iniciativa não governamental que transcende a reivindicação do Movimento Negro por acesso ao Ensino Superior, ao criar ela própria uma instituição de ensino cujo projeto pedagógico foi pensado para acolher os estudantes negros.

A seguir apresento um breve histórico da implementação de ações afirmativas no Brasil, localizando dentre elas a iniciativa da Faculdade Zumbi dos Palmares e as questões norteadoras desta pesquisa.

1.1. Ações afirmativas no Brasil – breve contextualização das ações na área da Educação

As ações afirmativas no âmbito educacional são debatidas no Brasil pelo menos desde a década de 1930, quando grupos do Movimento Negro, como a Frente Negra Brasileira, já apontavam a necessidade da implementação de políticas que garantissem o acesso da população negra à educação (SILVA et al,2009).

No período de 1937 a 1970, o Movimento Negro (MN) se desarticulou na forma como vinha atuando até então⁹. A repressão do governo Getúlio Vargas e da ditadura militar somada ao isolamento político e o esvaziamento dos movimentos passados - decorrentes da deslegitimação que sofriam sob a acusação de levantarem um problema que, segundo a ideologia da democracia racial, não existia no Brasil (o racismo), não podendo então contar efetivamente com o apoio das forças políticas nem de direita, nem de esquerda - direcionaram o MN a uma estratégia que se utilizava da cultura como forma de denúncia, mobilização e reivindicação. Diferentes coletivos culturais negros surgiram nessa época, alguns até

⁸ Todos os autores consultados por mim constam das referências bibliográficas deste trabalho.

⁹ A Frente Negra Brasileira, primeira entidade de cunho político, foi considerada uma das mais importantes entidades negras do Brasil, chegando a contar com 30 mil filiados espalhados pelo país (CAMARGO, 2005).

mesmo se transformando em escolas de samba e grupos carnavalescos¹⁰ que atuam até hoje. Um grupo cultural bastante representativo deste período foi o Teatro Experimental do Negro, criado no Rio de Janeiro em 1944 que, como outros, mesclava em suas ações a valorização da cultura e identidade negras, mobilização política, reivindicação e educação, oferecendo por meio do “Conselho Nacional de Mulheres Negras” cursos de alfabetização para adultos e crianças (CAMARGO, 2005).

Depois deste período de ações pontuais e localizadas¹¹, sem um posicionamento mais explícito de enfrentamento com o regime político da época, o MN ressurgiu no cenário político em 1978 reorganizado sob a denominação de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente apenas Movimento Negro Unificado (MNU). A nova forma de organização foi um marco divisor de águas na história da militância negra brasileira, que a partir de então assumia uma perspectiva socialista que visava fortalecer o poder político dos negros unificando a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em âmbito nacional, de forma a eliminar todas as formas de opressão (DOMINGUES, 2007).

Este reavivamento do Movimento Negro brasileiro teve como instigadores, no cenário internacional, as lutas pelos direitos civis dos negros e as organizações negras como *Black Panthers* nos EUA, os movimentos de independência dos países africanos colônias de Portugal e a renascença cultural caribenha e, no cenário nacional, o apoio de organizações políticas de esquerda que atrelavam a luta anti-racista à luta anti-capitalista, pois acreditavam que somente em uma sociedade mais igualitária seria possível superar o racismo (DOMINGUES, 2007).

A educação sempre foi uma reivindicação cara ao Movimento Negro. Nessa nova organização o terreno educacional foi um dos campos de disputa na luta contra o racismo, apoiada em ações como a revisão de conteúdos preconceituosos dos livros didáticos, a formação dos professores para uma educação

¹⁰ Para Edwiges Camargo “a invisibilidade do que ocorre entre os dias dedicados ao carnaval e outros tipos de lazer têm contribuído para que muitos, negros ou não, sedimentem a ideia de que os grupos negros apresentam como característica fundamental “o lazer”, desconsiderando todo o investimento na organização e luta por transformação das condições sociais de seus componentes”. (2005, p. 85)

¹¹ São exemplos dessas ações: Grupo Ilê Aiyê (1974) na Bahia; Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); os jornais da imprensa negra *Árvore das Palavras* (1974) e *O Quadro* (1974) em São Paulo; *Biluga* (1974) em São Caetano/SP e *Nagô* (1975) em São Carlos/SP; Grupo Palmares (1971) em Porto Alegre, primeiro a defender a comemoração de 20 de Novembro como data representativa para a população negra; movimento cultural jovem Black Rio e a fundação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976 no Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2007)

interétnica/multicultural, a revisão da participação do negro na história oficial do Brasil e a reivindicação da inclusão de conteúdos de história da África e do negro no Brasil nos currículos escolares. Esta última reivindicação só foi alcançada 25 anos depois da apresentação da carta de princípios do MNU. Isso demonstra claramente o quanto os avanços contra o racismo e a favor da igualdade racial são morosos no Brasil.

Na década de 1980, com a redemocratização do país, o MN foi se desvinculando da política de classes e do respaldo de partidos políticos como PT, PDT, PMDB e PSDB, instituindo então uma atuação autônoma (financeira, ideológica e politicamente) arquitetada na forma de organizações não-governamentais que iriam atuar tanto no posicionamento político, na busca de uma integração nacional de participação, quanto na formação de uma consciência racial coletiva (GUIMARÃES, 2006a). Foram marcos políticos importantes dessa década o reconhecimento governamental da existência do racismo com a sua subsequente criminalização pela lei 7.716/89, a nova Constituição Federal e a criação da Fundação Cultural Palmares.

Em termos de ações afirmativas na área da educação, os anos 1980 foram marcados pelos cursinhos pré-vestibulares, que passaram a ser utilizados pelo MN como estratégia para favorecer o acesso de jovens negros à universidade. Mais do que defender o direito à educação, fazia (e ainda faz) parte dos planos políticos do MN a inclusão dos negros nas instâncias de poder; e a universidade, além de ser uma ponte para obtenção de *status* e qualificação profissional, é também um espaço de poder muito importante para a dinâmica da sociedade.

Nos anos 1990 o governo brasileiro assume um discurso liberal que acaba por fortalecer as ONG's uma vez que a elas (e também a empresas privadas) é delegada uma série de funções que até então eram responsabilidade do Estado. Com esse novo discurso o governo também retira da pauta do Ministério da Educação a gestão de uma política de identidade nacional, assumindo uma posição favorável ao multiculturalismo (GUIMARÃES, 2006a).

As ações empreendidas na década de 1990, no sentido de combater as desigualdades raciais, foram o objeto da pesquisa intitulada "Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil" (finalizada em 1999) e relatada por Rosana Heringer. Esta pesquisa visitou dez capitais brasileiras e

encontrou 124 iniciativas das quais 42 eram desenvolvidas por ONGs e 33 por alguma das três instâncias governamentais. Foram encontradas ainda 17 iniciativas desenvolvidas em parceria governo/ONGs. A maior parte das ações encontradas foi empreendida no campo da educação – 30,6% - e consistia em atividades de capacitação profissional ou educação formal (cursos pré-vestibulares, capacitação de professores, atividades recreativas e culturais para crianças e atividades de formação profissional para jovens negros e pobres) (HERINGER, 2001).

A partir do fim dos anos 1990, o debate acerca da necessidade de ampliação do acesso de estudantes negros ao Ensino Superior se intensifica. O crescente número de jovens pobres, em sua maioria negros, concluindo o Ensino Médio provoca uma pressão que expõe a situação das universidades públicas e seu número de vagas muito aquém da demanda. As respostas mais imediatas adotadas pela sociedade civil e Estado naquele momento, segundo Heringer concentravam-se em oferecer a esses jovens cursos pré-vestibulares alternativos, a isenção de taxas em alguns vestibulares (em alguns casos a oferta de bolsas em algumas poucas universidades privadas) e a adoção de cotas, que até o fim da década permaneciam como um ponto nebuloso no debate, sem que se chegasse a um acordo ou uma diretriz para a execução desta iniciativa.

Nas duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso foram realizadas algumas ações como reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional e o início das políticas voltadas às comunidades remanescentes Quilombolas. Para além disso não houve ações substanciais e abrangentes que pudessem colaborar com a redução da desigualdade racial no país (RIBEIRO, 2009).

Anos 2000

A participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo ocorrida em 2001 em Durban, África do Sul, iniciou uma década bastante ativa em termos de ações e políticas de combate à desigualdade racial no país. O cenário nacional, favorecido pela eleição do presidente Lula, permitiu que muitas das reivindicações do Movimento Negro fossem consideradas no novo plano de governo.

Este novo momento político do país se caracteriza pela eleição de um partido de esquerda com fortes vínculos com os movimentos sociais e o apoio dos

gestores¹² do IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que, baseados na análise dos indicadores socioeconômicos produzidos por esses órgãos, defendiam a necessidade urgente de políticas de ação afirmativa para minimizar o abismo social existente entre brancos e negros (SILVA, 2002). Já no primeiro ano de gestão o governo dá seus primeiros passos com o lançamento do Programa Diversidade na Universidade, que pretendia promover o acesso de jovens negros à universidade por meio da criação de cursos pré-vestibulares específicos para essa população organizados por entidades da sociedade civil. Segundo Silva et al:

A opção pelos cursos pré-vestibulares como política de enfrentamento das desigualdades raciais na educação reflete o debate sobre o tema à época. De um lado, ampliavam-se as demandas por cotas raciais no ensino superior, medida defendida pela maioria das entidades do movimento negro. De outro, setores políticos e acadêmicos manifestavam sua resistência a esta proposta, entendendo que as provas dos vestibulares representavam uma garantia da prevalência dos critérios de mérito e isonomia no acesso ao ensino superior. Para estes grupos, a ideia de criar cursinhos pré-vestibulares parecia mais adequada do que a entrada direta de negros nas universidades por meio de cotas. Assim, esta iniciativa também atendia, em alguma medida, às demandas do movimento social por políticas educacionais inclusivas. (2009, p.266)

No segundo ano da gestão Lula, como resultado de negociações entre o governo e sociedade civil, várias ações emblemáticas foram erguidas, iniciando pela criação de estruturas burocráticas internas que dessem aos aparelhos do Estado condições de conceber e implementar políticas específicas para a promoção da igualdade racial no país. Dessa forma uma série de arranjos em setores consultivos, executivos e de formulação e monitoramento de políticas em diversos órgãos do governo foram providenciados já nos primeiros anos da gestão Lula. Dentre as novas estruturas a mais importante foi, sem dúvida, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial¹³ (SEPPIR), que, vinculada à presidência da República, com *status* ministerial, tinha a incumbência de formular, articular e coordenar políticas específicas (RIBEIRO, 2009).

¹² Sérgio Besserman (IBGE) e Roberto Martins (IPEA).

¹³ Lei federal 10.678 de 23 de maio de 2003.

A criação da SEPPIR reverberou nos governos em âmbito local por todo o país, fomentando a criação de comissões, assessorias, coordenadorias e secretarias de promoção da igualdade racial. Com o reconhecimento da importância dessa nova institucionalidade por parte de Estados e Prefeituras, a SEPPIR, pretendendo uma gestão democrática, transversal e descentralizada, organizou o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial em 2003 com o objetivo de articular uma ação conjunta entre as três esferas de governo (CICONELLO, 2008). Esse trabalho em conjunto teve sequência na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) organizada em 2005, que tratou da elaboração de um plano nacional de atuação, que só viria a ser lançado de fato em 2009.

Ao longo dessa década, com a reeleição do presidente Lula seguida pela eleição da presidente Dilma Rousseff (2011-), o governo tem mantido a mesma linha de atuação, com algumas ações mais concretas em meio a outras tantas consideradas por muitos críticos como meros indicadores de intenção. Essa foi uma crítica bastante recorrente quando da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, sancionado pelo presidente Lula em 2010. Este documento gerou bastante expectativa durante os sete anos em que tramitou pelas instâncias legislativas e, apesar da pressão do MN, não trouxe um posicionamento definido sobre a questão das cotas raciais, deixando em aberto uma questão fundamental para o MN.

Até o ano de 2010 as ações afirmativas de maior impacto social, implementadas pelo governo na área da educação foram¹⁴:

- Inclusão do estudo da história e da cultura afrobrasileira no currículo obrigatório do ensino básico;
- Implantação de programas de ações afirmativas para estudantes negros em 87 universidades públicas brasileiras;
- Criação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica para alunos cotistas das instituições de ensino superior (2009).

Reivindicação antiga do Movimento Negro, a lei 10.639/03 modificou a Lei de Diretrizes e Bases ao estabelecer que a História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional sejam incluídos no currículo escolar dos Ensinos Fundamental e Médio, resgatando a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira para

¹⁴ Fonte: http://www.palmares.gov.br/?page_id=332 (acessado em 10/agosto/2010)

além da imagem estereotipada consagrada pelos livros de história que o mostravam apenas como escravo e com contribuições limitadas à música, dança e alimentação. Mais do que ampliar e desmistificar o conhecimento sobre a cultura afrobrasileira, o maior benefício desta lei acontece de forma indireta, uma vez que explicita as relações raciais no contexto escolar, obrigando professores, alunos e comunidade a refletirem e dialogarem sobre a situação do negro hoje (RIBEIRO, 2009).

Os programas de ações afirmativas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras são, sem nenhuma sombra de dúvida, a ação mais polêmica e debatida de todo o plano de promoção da igualdade racial do governo federal. Foco de inúmeras disputas, as ações afirmativas

no ensino superior correspondem ao estabelecimento de dispositivos que promovam o acesso e a manutenção, nas universidades de estudantes pertencentes a grupos sociais que historicamente têm sido objeto de discriminação. (SILVA et al, 2009, p.268)

Dada a autonomia das instituições de ensino superior, as ações afirmativas foram implementadas nos mais variados formatos, respeitando a concepção político-ideológica de cada colegiado universitário. As modalidades mais comumente encontradas segundo Silva et al (2009) são as políticas de reserva de vagas (cotas) raciais e/ou socioeconômicas e sistema de bonificação nas notas, que também podem levar em consideração critérios raciais, critérios socioeconômicos ou ainda critérios de histórico escolar para beneficiar alunos egressos de escolas públicas. Para se beneficiar das ações afirmativas com enfoque racial, na maior parte dos casos, basta que o candidato se autodeclare negro (preto ou pardo, de acordo com o IBGE). Em alguns casos é necessário que o candidato comprove por meio de documentação ou submeta-se a uma avaliação de sua autodeclaração. Nesses casos não é incomum que representantes do Movimento Negro cheguem até mesmo a participar do processo seletivo dos alunos cotistas (GUIMARÃES, 2006a). Nos casos em que o benefício é destinado a alunos em situação de carência social é considerada a renda familiar do candidato, também comprovada por meio de documentação.

Dados de 2010 apresentados por Rosana Heringer¹⁵ apontam que 87 instituições públicas já realizam ações afirmativas para candidatos negros, sendo que dessas 33 adotaram o sistema de reserva de vagas (cotas). Segundo o Censo da Educação de 2009 (INEP), pouco mais de 36 mil estudantes ingressaram em instituições públicas de ensino superior por meio de programas de reserva de vagas. Deste total, 69% se beneficiaram de vagas reservadas a alunos procedentes da rede pública de ensino e apenas 25% se beneficiaram por serem cotas raciais para negros ou indígenas. Se considerarmos ainda que no ano de 2009 foram oferecidas 461.694 vagas em cursos superiores presenciais em universidades públicas em todo o território nacional, veremos que 7,8% das vagas são ocupadas por cotistas no geral e que apenas 1,96% são ocupadas por cotistas raciais. Isto demonstra que apesar dos avanços empreendidos nesta última década com as iniciativas de ações afirmativas e com a expansão do Ensino Superior, os números alcançados ainda são pouco expressivos para uma mudança na realidade da população negra brasileira. O que, de certo modo, ajuda a explicar números tão ínfimos é o fato de que, mesmo com o aumento no total de vagas registrado na última década, 75% da demanda do Ensino Superior é atendida por instituições particulares, ou seja, apenas 25% das vagas oferecidas¹⁶ em cursos presenciais e à distância são oferecidas por instituições públicas.

Ciente da demanda nacional por formação de nível superior e da pouca acessibilidade não só dos estudantes negros, mas também dos estudantes pobres às vagas disponíveis na rede privada, o governo federal se valeu de uma estratégia fiscal para criar o Programa Universidade para Todos (ProUni). Criado em 2004¹⁷, o programa teria a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior a estudantes cuja renda familiar *per capita* não ultrapassasse três salários mínimos. Além da renda, os candidatos deveriam comprovar terem concluído o Ensino Médio na rede pública (ou particular com bolsa integral) ou serem portadores de necessidades especiais ou ser professor efetivo da rede pública sem formação universitária.

¹⁵ Os dados foram apresentados no seminário “Racismo, Igualdade e Políticas Públicas” realizado pela Universidade de Brasília em março de 2011. Fonte: <http://www.palmares.gov.br/?p=10036> (acessado em 10/outubro/2011)

¹⁶ Essa proporção tem caído desde o início da década 2000 e desde 2009 tem se mantido em cerca de 25% das vagas oferecidas. Fonte: Resumo técnico Censo Educação Superior 2009 e Censo da Educação Superior 2010 (out/2011).

¹⁷ Lei Federal nº 11.096/2005.

A logística do programa consiste em que as instituições privadas, que recebem isenções fiscais, oferecem bolsas na proporção dos alunos pagantes por curso e por turno. As instituições devem aderir ao programa com tempo hábil e, sendo aceitas, participam do programa pelo período de 10 anos (que podem ser interrompidos por vontade da instituição ou caso estas recebam três conceitos insatisfatórios no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes). Os candidatos são previamente selecionados através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): aqueles aprovados por uma nota de corte passam a uma lista de pré-selecionados do MEC que é enviada às instituições ficando estas responsáveis pela verificação dos documentos comprobatórios aos critérios estabelecidos pelo programa. As instituições ainda podem, se assim quiserem, realizar um processo seletivo (vestibular) com os candidatos.

Desde sua criação em 2004, o programa já atendeu 919 mil estudantes¹⁸, sendo que destes 67% foram contemplados com bolsas integrais. Alguns autores, como Silva et al (2009) e o próprio MEC, consideram o Prouni uma importante iniciativa de ação afirmativa voltada para a população negra, pois consideram que a proporção de alunos negros selecionados em cada Estado vem sendo respeitada de acordo com as regras do programa. Pesquisando no próprio site do programa¹⁹, não encontrei nenhuma referência a esta regra, o que corrobora minha impressão inicial de que esta não é uma informação conhecida pelos candidatos às bolsas e pela sociedade em geral.

Mesmo que, segundo dados oficiais disponíveis no site do programa, 47,9% dos alunos beneficiados entre 2005 e 2011 tenham se autodeclarado negros²⁰, ainda considero inadequado classificar essa iniciativa como ação afirmativa para estudantes negros, pois muito provavelmente estes estudantes acessaram as bolsas devido a sua condição econômica e não a sua condição racial, ainda que em nossa sociedade muitas vezes ser negro signifique ser pobre (GUIMARÃES, 2002).

Tanto as políticas de ação afirmativa racial quanto as políticas de cunho socioeconômico como o Prouni partem de uma demanda histórica pela

¹⁸ Dado disponível no portal do Programa Universidade para Todos na internet, nele estão contabilizados todos os estudantes beneficiados até o processo seletivo do segundo semestre de 2011 http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140 (acessado em 14/11/2011).

¹⁹ <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>

²⁰ http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_raca.pdf

democratização do acesso à educação às parcelas marginalizadas da sociedade, como forma de garantir a estas pessoas o direito a uma cidadania efetiva em uma sociedade econômica e racialmente mais igualitária. Partindo também dessa demanda é que surge na cidade de São Paulo, em meio ao acalorado debate sobre a implementação de cotas nas universidades públicas brasileiras no início da década, uma iniciativa inovadora empreendida por organizações do Movimento Negro. Inspirada no modelo das universidades negras dos Estados Unidos, nascia a Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares (FZP), com a pretensão não só de atender a demanda por formação de nível superior da população negra e carente mas também – e esta talvez seja a sua principal característica – resgatar o histórico da situação dos negros no Brasil e combater o preconceito, construindo uma representação positiva do negro, desvinculada dos constrangimentos que a discriminação impôs (e ainda impõe) a esses sujeitos²¹.

Faculdade Zumbi dos Palmares

Com o histórico sucintamente exposto aqui podemos dizer que a FZP é, de alguma forma, uma resposta ao momento histórico e social em que foi criada. O fortalecimento dos movimentos sociais e do Movimento Negro em especial, a reafirmação de uma identidade étnicorracial que por tantas décadas foi preterida, a reivindicação do acesso a direitos humanos essenciais como a educação, a expansão do ensino básico, o movimento dos cursinhos pré-vestibular, a expansão do ensino superior, principalmente privado, e a inequívoca relação entre raça e classe, são fatores que explicam a existência de uma experiência como a FZP em nossa sociedade.

Uma instituição que acredita encerrar diversos anseios da população negra, pela sua proposta enquanto ação afirmativa sem vínculos governamentais, já seria um interessante objeto de investigação, mas ao apresentar uma proposta inédita no cenário brasileiro que aposta na reconstrução de uma identidade racial e cultural atrelada a um projeto pedagógico e profissionalizante como plataforma mobilizadora

²¹ Com base em histórico da instituição disponível no site da faculdade confirmado posteriormente em entrevista com representante da instituição.

para a conquista da cidadania plena, a FZP pode nos oferecer a oportunidade de estudar as relações raciais por um viés bastante diferenciado.

Ao ser posto em prática, este projeto tenta se contrapor a alguns paradigmas que vinham se perpetuando em nossa sociedade. De acordo com seus objetivos institucionais²² a FZP propõe romper com a ideia alimentada pelo preconceito de que existe um lugar para o negro em nossa sociedade, o lugar da subalternização no qual as variáveis raça e classe se encontram, delegando aos negros os postos de trabalho com menor qualificação, rendimento e prestígio, além de outros tantos estereótipos que ainda povoam o imaginário popular. Ao reproduzir objetivos comuns defendidos principalmente pelo Movimento Negro a FZP acaba por ilustrar um momento da história brasileira quando

o negro está procurando, por vias político-ideológicas explicitadas, construir uma identidade positiva do grupo, com forte inspiração em uma classe média emergente, à busca da conquista de espaços sociais que até então lhe tem sido vedados, isto é, o negro quer ir além dos espaços que historicamente a sociedade brasileira lhe tem reservado [...] A sua grande inspiração é o modelo americano, embora procure preservar e consolidar uma identidade nacional, desde que ele não descarte o negro como seu elemento constituinte. (PEREIRA, 2002, p.69)

Ainda segundo publicações apresentadas em seu próprio site²³, ao promover o acesso de estudantes negros ao Ensino Superior, a FZP pretende não só oferecer uma formação e provável ascensão profissional e econômica, mas desvincular a perspectiva dessa ascensão social da lógica de branqueamento tão pertinente à ideologia da democracia racial. Além de reforçar a identidade racial de seus alunos, a FZP se propõe a estimular uma coletividade negra na qual cada indivíduo seja responsável por seu próprio sucesso e também pela manutenção das possibilidades de ascensão para outros negros, formando uma espécie de rede de apoio. Para Castells (2000), essa rede seria uma resistência à fragmentação da identidade [racial] e uma maneira de construir um sentimento de **pertencimento**.

²² http://www2.zumbidospalmares.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=58 . Também foram consideradas informações e opiniões expressas pelo reitor da FZP – Prof. José Vicente – em diferentes momentos na mídia em geral e pela Profa. Lina Moreira, em entrevista concedida durante a fase de levantamento empírico desta pesquisa.

²³ Idem

E o que seria esse pertencimento? Para os fins dessa pesquisa pertencimento seria a crença subjetiva na qual os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade em que compartilham valores, anseios e aspirações em um espaço-tempo comum e que implica comprometimento ativo com um projeto que vá ao encontro desses anseios (BURITY, 2001, MOURÃO, 2005, AMARAL, 2006). O comprometimento com uma ideia de sujeito e um projeto de sociedade é a principal diferença entre pertencimento racial e identidade racial (ou étnica como preferem alguns autores). O pertencimento racial mais do que posicionar o indivíduo em um grupo, posiciona o indivíduo **por** um grupo e pressupõe uma solidariedade não prevista pela identidade racial.

Em uma conferência realizada em 1998, o professor Kabengele Munanga lança o seguinte questionamento: “Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços?” (1999, p.17). Nesta pergunta ele se refere a um ponto muito importante no debate sobre racismo e relações raciais no Brasil, a questão da identidade racial negra. Dada a maneira como o racismo age na nossa sociedade, características físicas e até mesmo culturais que remetam à população negra são associadas quase sempre a qualificações negativas e pejorativas. É um processo constante que condiciona negros e brancos a acreditarem que por trás da cor da pele, da textura do cabelo e dos traços existe uma relação com caráter, inteligência e beleza. Não há como desconsiderar a influência que este contexto possa desempenhar na constituição das subjetividades dos indivíduos, da mesma forma que não podemos desconsiderar que ultrapassar algumas barreiras, implícita ou explicitamente postas e alcançar padrões de educação, trabalho e qualidade de vida além das expectativas socialmente difundidas, no caso dos indivíduos negros, também são situações que podem (e geralmente o fazem) ressignificar a maneira como esses indivíduos se percebem na sociedade (SANSONE, 2007; GOMES, 1995, PARENTE, 2005).

Partindo dessa noção de pertencimento e olhando para uma instituição como a Faculdade Zumbi dos Palmares, essa pesquisa se propôs a investigar, no contexto das relações raciais, como as novas práticas propostas pelo projeto diferenciado da FZP implicam na definição de identidade racial e conseqüentemente na construção de um pertencimento racial de seus alunos negros como o entendemos aqui.

Esperava-se com este estudo observar a existência ou não de uma reinvenção da concepção de cidadania por parte desses alunos, bem como novos padrões de interação com o debate racial e de relacionamento entre os próprios alunos e entre os alunos e a sociedade como um todo.

No desenvolvimento desta investigação, alguns entendimentos foram necessários para que todas as dinâmicas internas do projeto da FZP fossem abarcadas: em que medida os alunos negros da FZP se alinham às concepções da instituição? Como são negociadas as tensões entre identidade racial e pertencimento racial? Quais mecanismos de subjetivação os alunos podem experimentar na instituição?

Acredito que a importância deste estudo reside na oportunidade de compreendermos como a formulação do imaginário de um novo cidadão negro pode contribuir para a erradicação do racismo e a consequente diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Somando-se às iniciativas governamentais de combate ao racismo, o fortalecimento do Movimento Negro e, principalmente, a conscientização da população em geral sobre os meandros e as consequências do racismo amistoso praticado no Brasil, iniciativas como a da FZP fazem parte de um novo momento das relações raciais onde “há todo um processo universal contemporâneo de reafirmação, consolidação, elaboração e reelaboração de identidades étnicas pelo mundo afora” (PEREIRA, 2002, p.69). Este é um fenômeno de ordem mundial que com certeza reverbera cada vez mais forte incitando as já não tão pacatas relações raciais em nosso país.

2

FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES: UM “QUILOMBO DO SÉCULO XXI”?

As informações utilizadas a seguir para descrever a faculdade, suas atividades, projeto e histórico são baseadas em documentos disponibilizados no site²⁴ da própria faculdade e/ou informações fornecidas em entrevista realizada com a Profa. Lina Moreira, representante designada pela instituição para este fim. A Profa. Lina Moreira é coordenadora e professora do curso de Publicidade e também responsável pela realização e divulgação do processo seletivo/ vestibular. Isto posto, deixo clara a necessidade de que algumas informações sejam relativizadas, dada a relação da informante com a instituição.

2.1. A instituição e sua singularidade: projeto e histórico

Como vimos no capítulo anterior, o incremento de vagas no Ensino Superior registrado na década de 1990, principalmente no setor privado, não representou uma democratização do acesso, pois o mesmo só era possível a alunos com determinado poder aquisitivo. Nesse contexto, a intrínseca relação entre raça e classe intensificava a dificuldade de jovens negros chegarem ao Ensino Superior e essa era [é] uma questão-chave para o Movimento Negro, que sempre entendeu a importância da educação como ponto fundamental para a melhoria das condições de vida da população negra (CAMARGO, 2005).

Integrante do Movimento Negro, a ONG Afrobras (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sociocultural) ainda na década de 1990 mantinha no estado de São Paulo um projeto no qual oferecia a jovens negros e carentes um curso preparatório para o vestibular e pleiteava, junto a instituições de ensino privadas, bolsas de estudos de 50% e 100% de isenção da mensalidade para que esses jovens pudessem ocupar as vagas remanescentes e ociosas nessas instituições.

²⁴ <http://www2.zumbidospalmare.edu.br/>

Com o passar do tempo, os responsáveis por esse projeto constataram que era grande o número de alunos beneficiados por essas bolsas que não permaneciam nos cursos. A justificativa dada por estes alunos para a evasão era o mau atendimento dispensado pelos professores, a dificuldade em acompanhar o programa de estudos (pois muitos desses alunos estavam há muitos anos longe da vida escolar), bem como a discriminação por parte dos demais colegas por serem bolsistas. Outras justificativas mencionadas foram a falta de recursos para arcar com a rotina acadêmica (como material didático e transporte) e o desconforto pela diferença econômica que se evidenciava até mesmo pela falta de dinheiro para participar das confraternizações com os colegas depois das aulas. Essas condições indicavam um ambiente que não era acolhedor a esses alunos e como forma de reverter essa situação, a ONG decidiu que não mais solicitaria bolsas e vagas em outras instituições, e sim criaria uma faculdade que fosse pensada e preparada para atender as necessidades desses alunos.

No final da década de 1990, com o reforço dos preparativos para a Terceira Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Outras Formas de Intolerância, realizada em Durban (2001), o Movimento Negro se articulava e pressionava o governo brasileiro, que então começava a sinalizar uma disposição em empreender ações específicas para combater o racismo e diminuir o quadro de exclusão que ainda atinge boa parte da população negra no país. Na mesma época, a ONG Afrobras iniciava a construção de seu projeto que, após uma gestação de quatro anos em parceria com o Núcleo de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo e a Universidade Metodista de Piracicaba, se concretizaria na primeira instituição de ensino superior do Brasil e da América Latina com um projeto pedagógico e institucional que visa à inclusão e manutenção de alunos negros neste nível de ensino.

Em meio aos debates sobre a viabilidade ou não da criação de ações afirmativas de cunho racial nas universidades públicas brasileiras, a Faculdade Zumbi dos Palmares²⁵ foi inaugurada em 20 de novembro de 2003 - dia da Consciência Negra – com a pretensão de ser um divisor de águas no movimento de inclusão social dos negros. Organizada para ser uma faculdade comunitária, sem

²⁵ A instituição conta com autorização do MEC para seu funcionamento (Portaria MEC nº. 3.590, de 13 de dezembro de 2002, publicada no DOU do dia 17 de dezembro de 2002).

fins lucrativos, a FZP aspirava, por meio de um resgate histórico e cultural da realidade do negro brasileiro, incorporar em sua ação conceitos relacionados à promoção da igualdade racial que estimulassem a criação de um referencial positivo de negro que dialogasse com os ícones de prestígio da atual sociedade capitalista.

De acordo com documentos consultados no site da faculdade, a principal aspiração da Faculdade Zumbi dos Palmares é promover meios (pela educação e trabalho) que impulsionem a ascensão da população negra a modelos de sucesso e bem viver prestigiados atualmente. Dessa forma ela pretende estimular em seus alunos um reconhecimento positivo de sua pertença racial e a consciência política das dificuldades criadas e mantidas pelo racismo, bem como a importância da fortificação dos laços comunitários com os seus pares para a redução das desigualdades sociais. Tais intenções estão bem explicitadas nos objetivos institucionais da faculdade:

[...] facilitar a inclusão do afrodescendente no Ensino Superior, de forma a contribuir para o crescimento de pessoas menos favorecidas economicamente; aperfeiçoar profissionais afrodescendentes, ou não, para que estes alcancem sucesso contínuo em um mercado competitivo; aprimorar a qualidade de vida no Brasil, marcado por indicadores sociais revelados por alto grau de exclusão - Objetivos institucionais²⁶.

Bastante atuante no Movimento Negro, a ONG Afrobras, com 13 anos de existência, desenvolve uma série de projetos com objetivo de promover uma visibilidade *positiva* à população negra, esclarecendo a sociedade e empresas sobre a necessidade de ações afirmativas para a inclusão social de uma grande parcela da população brasileira. Dentre todos os projetos, o de maior destaque sem dúvida é a Faculdade Zumbi dos Palmares, com a qual se mantém vinculada por meio do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior, criado com a função de gerir os projetos educacionais da ONG.

Além da faculdade, o Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior também administra o Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares, que oferece cursos técnicos gratuitos em parceria com o Sesi/Senai (técnico em rede de computadores), Hospital do Coração (técnico em enfermagem) e Centro Paula Souza, como extensão da

²⁶. Disponível em (10/02/2010)

http://www2.zumbidospalmares.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=58

unidade ETEC Parque da Juventude (técnico em eventos, enfermagem e administração). Com exceção dos cursos mantidos pelo Centro Paula Souza, que realiza um processo seletivo padronizado para todas as suas unidades, os demais cursos têm a seleção de alunos sob responsabilidade do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior/Afrobras com a premissa de garantir que 50% das vagas sejam destinadas a alunos afrodescendentes²⁷.

Além de projetos na área educacional, a Afrobras mantém outros projetos relacionados à área de comunicação, são eles:

- 1) Dois programas televisivos com apresentadores e produtores negros em rede aberta nacional, transmitidos pelo canal Mix Tv e pelo canal RBS (Negros em Foco e Negros em Foco Jovem, sendo esse último produzido pelos alunos do curso de Publicidade da FZP);
- 2) Revista Afirmativa Plural, de circulação bimestral, que aborda temas da política e mercado de trabalho, destacando os tópicos de maior interesse para a população negra;
- 3) Uma agência de notícias online; um canal de TV online;
- 4) Dois eventos de premiação anuais, sendo o maior deles o “Troféu Raça Negra”, organizado com recursos angariados a partir da lei Rouanet²⁸, realizado sempre próximo ao dia 20 de novembro quando é comemorado na cidade de São Paulo o Dia da Consciência Negra. O outro, chamado de “Medalha do Mérito Cívico Afro-brasileiro”, homenageia personalidades e empresas que tenham contribuído direta e indiretamente para eliminação do racismo e aumento da igualdade racial na sociedade brasileira. Os homenageados em ambas as premiações, em geral, são políticos, artistas, atletas e empresários brancos e não brancos. Segundo a professora da FZP entrevistada, a realização destas premiações, além de promover as ações da Afrobras e da FZP e estimular a luta contra o racismo, são também uma forma de captar recursos para a faculdade, que não possui

²⁷ O processo seletivo no que se refere ao pertencimento racial dos alunos é feito de maneira semelhante ao processo seletivo para os alunos da faculdade, os candidatos devem se auto-classificar como negros/afro-descendentes para concorrerem como cotistas.

²⁸ Lei Federal nº 8318 de Incentivo à Cultura (23/12/1991), conhecida por Lei Rouanet: prevê, entre outros itens, que por meio de dedução fiscal pessoas físicas e jurídicas apliquem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

nenhum tipo de ajuda financeira sistemática do governo, nem mesmo por meio do Programa Universidade para Todos do governo federal (Prouni).

Através de todos estes projetos, a Afrobras e a Faculdade Zumbi dos Palmares têm conseguido não só a atenção da mídia brasileira e internacional, como também de organizações políticas e dos movimento negros norte-americano e sul-africano. Com frequência, a FZP recebe a visita de representantes de governos e da sociedade civil, como por exemplo, a Secretária Adjunta para Direitos Civis do Departamento de Educação americano Russlynn Ali, e a Secretária de Estado dos EUA Hillary Clinton, que estiveram presentes em uma roda de conversa com alunos e professores durante evento²⁹ na faculdade.

Com quase uma década de existência, a FZP tem planos ambiciosos de ampliar suas ações com mais vagas, cursos, intercâmbios e parcerias internacionais.

Quando de sua fundação, ocupava um pequeno prédio no bairro da Luz, região central de São Paulo, e oferecia apenas o curso de Administração de Empresas com quatro diferentes habilitações (administração geral, financeira, comércio exterior e comércio eletrônico). Atualmente, com cerca de 2000 alunos, ainda não possui sede própria, estando instalada no antigo galpão de ginástica olímpica, judô, esgrima e balé dentro das dependências do antigo Clube de Regatas Tietê. Neste local, a faculdade dispõe de salas de aula amplas para comportar as turmas numerosas (em geral, mais de 80 alunos), biblioteca, dois laboratórios de informática e auditório. A instalação da faculdade neste local se deu em 2009, quando foi feito um acordo de concessão de espaço entre três partes – faculdade, clube e Prefeitura Municipal de São Paulo, proprietária do terreno que é ocupado pelo clube por meio de um contrato de comodato há mais de 100 anos. Este contrato já chegou ao fim e corre na justiça um processo de reintegração de posse da área. De acordo com o relato da Profa. Lina, com o fim deste contrato, existe a promessa por parte da prefeitura de que a área seja concedida à Faculdade também em comodato por um período de 50 anos como parte do processo de revitalização da região central da cidade de São Paulo e também para a criação de um centro de esportes, cultura e lazer aberto a toda a população. Porém, com a negativa do clube em desocupar o espaço criou-se uma situação de conflito e retaliações entre as

²⁹ Em março de 2010.

partes, o que me foi relatado pelos alunos e noticiado pela mídia³⁰. O clube, que possui em sua história episódios³¹ famosos de racismo e discriminação, conta com cerca de dois mil sócios e enfrenta uma grande crise financeira, e não quer mais dividir o espaço com a faculdade. Esta, por sua vez quer, juntamente com o poder público, que a área do clube volte a pertencer a toda a população.

2.1.1. Projeto Pedagógico

De acordo com o projeto pedagógico da FZP, a proposta pedagógica da instituição³² inclui alguns diferenciais que caracterizam sua ação e a distinguem das demais instituições de Ensino Superior. Tais diferenciais englobam:

- Sistema de cotas, no qual destina 50% de suas vagas (por curso) para candidatos autodeclarados afrodescendentes³³. A autodeclaração consiste em que o candidato afirme se identificar com a pertença racial afrodescendente no momento da inscrição ao processo seletivo.
- Inclusão da temática racial no programa de todos os cursos oferecidos, com o objetivo de estimular a discussão sobre diversos aspectos que compõem essa temática. Na grade curricular obrigatória de quatro dos cinco cursos, constam disciplinas específicas consideradas pela instituição fundamentais para a formação de uma consciência social e política nos alunos. No curso de Administração os alunos têm aulas de História Econômica do Negro no Brasil (3º sem) e História da Cultura do Negro no Brasil (4º sem), e nas disciplinas que tratam de gestão de pessoas voltam a abordar a temática, mas sem tanta especificidade. Os alunos do curso de Direito se aprofundam na temática racial por meio das disciplinas obrigatórias Antropologia: Raça, Cultura e Sociedade (1º sem) e Direitos Humanos (4º sem) e das disciplinas eletivas Defesa Jurídica

³⁰ <http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/frequentes-cortes-de-energia-atrapalham-aulas-em-primeira-faculdade-negra-do-pais-20100514.html> (14/maio/2010)

³¹ Um dos episódios mais famosos de discriminação ocorrido no Clube de Regatas Tietê aconteceu em 1977 contra quatro jovens negros. Este episódio e o assassinado de Robson Luz, negro, morto por policiais no mesmo ano impulsionaram uma movimentação de protesto que culminou na criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, mais tarde, Movimento Negro Unificado (DOMINGUES, 2007).

³² Documento fornecido pela Profa. Lina Moreira

³³ O termo “afrodescendente” é usado na ficha de inscrição para o vestibular 2010, nos documentos e materiais de divulgação da UZP.

das Minorias, Direitos Sociais e Cidadania e Direito dos Movimentos Sociais (9º sem e 10º sem); o curso de Pedagogia é o que possui maior direcionamento para o debate das questões raciais com cinco disciplinas: Antropologia, Raça e Cultura (1º sem), Educação, Diversidade e Relações Humanas (3º sem), História da Infância e Abordagens Multiculturais (4º sem), Ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira (4º sem) e Representações Étnico-Culturais no Contexto do Livro Didático (5º sem). Já o curso de Publicidade e Propaganda conta apenas com a disciplina Antropologia: Raça, Cultura e Sociedade (1º sem). Segundo a Profa. Lina, o curso de Tecnologia em Transportes é o único a não ter disciplinas específicas; mesmo assim, a temática é posta de alguma maneira, geralmente dentro do conteúdo de recursos humanos.

- Apoio aos estudantes: considerando o perfil de seu público-alvo a FZP reconhece a necessidade de complementação pedagógica em algumas áreas e alguns ajustes em sua rotina. Para isso, todos os cursos são oferecidos apenas no período noturno para que os alunos possam trabalhar e/ou realizar estágios durante o dia. Além disso, os alunos têm acesso a laboratórios de reforço extracurricular em matérias fundamentais do Ensino Médio e centro de apoio com psicólogos, assistentes sociais e orientadores.
- Parcerias de financiamento com empresas³⁴ e apoio técnico-acadêmico de universidades nacionais e estrangeiras³⁵, com o que se pretende reduzir custos e viabilizar mensalidades mais acessíveis aos alunos, sem que a formação oferecida seja prejudicada. Essas parcerias também possibilitam a FZP firmar convênios e programas de estágios profissionais, que possibilitem aos alunos complementarem sua formação com trabalho em suas respectivas áreas, ao mesmo tempo em que

³⁴ Entre os principais parceiros empresariais figuram: bancos, empresas multinacionais de vários setores e empresas de mídia e comunicação.

³⁵ Outros importantes parceiros: Consulado Geral da África do Sul, Consulado Geral de Cabo Verde, Consulado Geral dos Estados Unidos, Organização Penhense de Educação, Faculdade SENAC, Universidade Santo Amaro, Universidade Metodista de Piracicaba, Universidade Metodista de São Paulo, Universidade Paulista/ UNIP, Comissão de Políticas Raciais da Universidade de São Paulo, Fundação Coca-Cola, Consórcio de Mississipi para o Desenvolvimento Internacional que reúne quatro universidades negras americanas, além da Universidade do Estado de São Paulo/UNESP, UNEB e FZP.

garantem alguma fonte de renda durante o tempo de estudos, com a expectativa de uma inserção promissora no mercado, através de uma possível efetivação nos cargos ao final do estágio;

- Criação de um núcleo de estudos e pesquisas sobre equidade racial (NEPER) com o objetivo de desenvolver estudos sobre as temáticas raciais e de gênero. Este núcleo oferece iniciação científica aos alunos interessados além de outras produções como bases de dados e publicações.

Outro diferencial a ser destacado é o reforço constante de uma imagem positiva dos negros. Para introduzir um ambiente de “valorização comunitária³⁶” e promover um resgate histórico e cultural são oferecidas aos alunos atividades que buscam divulgar elementos culturais considerados pela instituição como pertencentes a uma “cultura negra”. A faculdade possui núcleos de capoeira, samba-rock, coral (nos moldes dos corais negros americanos), grupos de percussão e samba, além de outras atividades eventuais.

O próprio espaço físico da faculdade é repleto de elementos que remetem às questões raciais. Como pude verificar ao realizar observações, todos os murais, campanhas, materiais e fotos têm alguma referência a negros bem sucedidos e personalidades negras brasileiras. Ao lado da porta de cada sala de aula existe um pôster com foto e legenda biográfica de alguma personalidade negra histórica ou contemporânea. Desde 2010 um espaço de grande destaque abriga exposição fotográfica com fotos da campanha e vitória do presidente americano Barack Obama.

Pensado quando da inauguração da faculdade, o projeto pedagógico e o projeto de desenvolvimento institucional encontram-se em processo de adequação. Para a diretoria da faculdade, as políticas públicas de acesso como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) – ambos do governo federal – tiveram um impacto positivo sobre a democratização do acesso. Essas políticas, aliadas a certa elevação da renda familiar e à redução dos valores médios cobrados pelas faculdades privadas, contribuíram para uma melhoria frente ao cenário de pouca acessibilidade encontrado pela maioria dos jovens das camadas mais empobrecidas

³⁶ De acordo com material de divulgação institucional.

da população. Desta forma a FZP está repensando seu foco de ação que, no momento da criação da faculdade, tinha como um dos principais objetivos atender à demanda de alunos que não acessavam o Ensino Superior por uma questão de cunho principalmente financeiro. A partir da existência de outras opções de ingresso para esse público, a faculdade pretende incrementar suas ações oferecendo cursos de pós-graduação e núcleos de pesquisa que tratem de questões pertinentes à vida da população negra.

2.1.2. Cursos

Atualmente, a FZP oferece cinco cursos de graduação: Administração, Pedagogia, Publicidade e Propaganda, Tecnologia em Transportes e Direito, sendo este último o único curso de Direito reconhecido pelo Ministério da Educação a ter a aprovação³⁷ e recomendação da Ordem dos Advogados do Brasil no ano de sua criação, justamente por ter o objetivo explícito de formar advogados negros. Até 2014 pretendem oferecer mais seis novos cursos: Negócios, Eventos e Marketing, Gestão Ambiental, Segurança Patrimonial e Enfermagem. Os maiores esforços, no entanto, estão em transformar a faculdade em um centro universitário e em estabelecer convênios com universidades americanas e brasileiras para a realização de estudos e pesquisas. Apesar do interesse e apoio que muitas universidades negras americanas têm demonstrado, ainda há uma dificuldade na efetivação de convênios nesse sentido pelo fato de FZP ainda seguir o padrão comum às instituições privadas, com poucos professores doutores em regime de dedicação exclusiva, ou mesmo uma carga horária que contemple a realização de pesquisas além das aulas.

Segundo a Profa. Lina Moreira, os cursos oferecidos pela FZP seguiram um planejamento de implementação definido em seu projeto institucional onde foram consideradas não só a viabilidade de realização e a demanda social como também funcionalidade estratégica destes cursos na inclusão de profissionais negros no mercado de trabalho. O primeiro curso a ser aberto seria o de Administração para que “o negro aprendesse a contar dinheiro, nem que fosse para vender espetinho,

³⁷ Nota publicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por meio de sua Comissão Nacional de Ensino Jurídico, emitindo parecer favorável apenas à criação do curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo em 04/julho/2007. Na mesma ocasião outros 19 cursos aprovados pelo MEC foram reprovados pela OAB.

ele tinha que saber como gerenciar o seu negócio, ser um pequeno empresário, um micro empresário”. O curso de Direito foi escolhido “para que ele [aluno negro] soubesse quais os seus direitos e como defender os direitos da sua etnia” e por isso esse curso deveria ter como diferencial um currículo que abordasse com profundidade tal questão que, em geral, é somente aprofundada em cursos de especialização. Outro curso considerado estratégico para a faculdade seria o de Comunicação (a princípio não seria apenas Publicidade – como está em execução hoje - seriam todas as áreas da Comunicação), pois permitiria, segundo descrito na entrevista, uma maior participação dos negros por meio de um olhar profissional diferenciado sobre como a imagem, a história e a cultura da população negra seria registrada e veiculada para a sociedade - “se você não tem ninguém estudando, como quer que tenha mais negros lá [na mídia]?” . Já o curso de Pedagogia tem um viés direcionado a lidar com as diversidades dentro da escola pública, que atende a maior parte das crianças negras brasileiras. O currículo de Pedagogia da FZP foi bastante influenciado pela lei federal 10.639 que estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" como conteúdo programático para os níveis de ensino Fundamental e Médio, e foi desenvolvido com o entendimento de que desde a infância a criança negra “tem que aprender a sua história”.

O único curso que foge a esse planejamento inicial da faculdade é o de Tecnologia do Transporte Terrestre, que tem dois anos e meio de duração e foi incluído para atender uma demanda que se mostrou durante os encaminhamentos para a inauguração da faculdade. Desde o início, a maior parte dos alunos é de funcionários de empresas como CET³⁸ e cooperativas de transporte que estão se profissionalizando, o que confere ao curso um perfil de aluno completamente distinto dos demais, com estudantes mais velhos, quase que a totalidade do sexo masculino e que já atuam na área há algum tempo.

As discussões sobre a temática racial não ficam circunscritas às aulas em que este é o conteúdo principal, segundo a Prof^a. Lina Moreira

[...] tem coisas que são específicas da [faculdade] Zumbi onde o aluno vai ter que rever tudo isso no 13 de maio, no dia 20 de novembro, onde a faculdade toda tem uma programação específica para a data. A faculdade respira isso no seu dia a dia, com as vagas

³⁸ Companhia de Engenharia de tráfego de São Paulo

de estágio, palestras com convidados internacionais, etc... No curso de Publicidade calhou de neste semestre três disciplinas falarem sobre isso e os alunos falam que não agüentam mais falar de negros.

Apesar das especificidades da faculdade e dos cursos, a professora acredita que a recorrência no tema negro também aconteceria caso a proposta da faculdade fosse diferente. Segundo ela, a atual conjuntura econômica brasileira tem estimulado o debate sobre os negros na sociedade, ainda que este debate surja, muitas vezes, alçado pela questão de classe e distribuição de renda.

Eu acho que isso nem é porque estamos na Zumbi, se hoje você pega o jornal você vai ler “Brasil esta ficando mais escuro”, e você vai trabalhar com a base da pirâmide. Quem é a base da pirâmide? É o assunto da moda também! Quando você vai falar de empreendedorismo no curso de Administração, é sobre essa parcela das classes C,D e E que você vai falar, e eles são negros. Não tem para onde fugir.

2.1.3. Professores

No desenvolvimento de um projeto como o da Faculdade Zumbi dos Palmares, o corpo docente tem um papel fundamental, uma vez que será ele o responsável pela interação mais freqüente entre alunos e instituição, e também quem mediará muitas vezes os debates e as descobertas desses alunos.

Segundo a Profa Lina Moreira, atualmente a FZP conta com 80 professores, sendo dois professores graduados, oito especialistas, quatro doutores e os demais mestres, alguns com doutorado em processo. Esses professores foram selecionados por seus currículos e pela identificação com o projeto, ainda que não haja uma preocupação por parte da faculdade de que esses professores sejam militantes do Movimento Negro³⁹. De acordo com a professora entrevistada, existe uma preocupação em manter no quadro professores negros, pois essa seria uma maneira de estimular os alunos que se espelhariam mais facilmente em seus professores ao reconhecerem neles trajetórias de vida semelhantes.

A maioria dos professores negros leciona para o curso de Direito, que também é o curso com maior duração, enquanto o de Tecnologia em Transportes tem a maioria dos professores não negros.

³⁹ A professora entrevistada não soube informar quantos e quais professores são vinculados ao Movimento Negro, disse saber de apenas dois ou três.

Ainda que não haja exigências quanto ao pertencimento racial dos professores, ou seu vínculo a movimentos de militância antirracistas, há uma preocupação com a abordagem que será dada por esse professor à temática racial dentro da sala de aula e com a maneira como esse professor deve interagir com os alunos e organizar o conteúdos de suas matérias. Ao coordenador de cada curso caberia orientar os professores desde a sua contratação sobre o projeto da FZP e sobre um possível “déficit educacional” dos alunos. Segundo a Profa. Lina Moreira “a preocupação não é como trabalhar com o aluno negro, é como trabalhar com o aluno com deficiência de aprendizado”. A definição exata do que seria este déficit educacional possivelmente apresentado pelos alunos não foi esclarecida durante a entrevista, tampouco foi confirmado que este dado tenha como fonte o exame vestibular, ou histórico dos alunos no Ensino Médio ou no primeiro ano da faculdade. Aparentemente, trata-se de uma constatação baseada no cotidiano de sala de aula dos professores da instituição.

2.1.4. Processo Seletivo

Quando da criação da FZP, o seu projeto determinava além da reserva de vagas para alunos negros, que as mensalidades fossem menores que um salário mínimo, pois pela notória relação entre raça e classe/renda (HERINGER, 2002), havia a preocupação de que não se atingisse o público desejado caso fossem cobrados os valores comuns ao mercado na época. Neste início atingiu-se a marca de 90% de alunos autodeclarados negros, margem que se manteve nos anos seguintes - entre 85% e 90%. Segundo a Profa. Lina Moreira, são “negros de todas as cores, desde aqueles que apresentem fenótipo totalmente africano até aqueles que não, e se ele diz que é, não somos nós que vamos dizer que não é”.

O processo seletivo utilizado pela FPZ vem passando por ajustes desde o início das atividades da instituição. Nos primeiros anos os critérios de aprovação incluíam uma prova de conhecimentos com nota de corte, investigação social por meio de questionário socioeconômico e entrevista (CALADO, 2007). Atualmente são realizadas duas seleções por ano por meio de prova tradicional e prova agendada. Em ambas são testados conhecimentos em português, matemática, conhecimentos gerais e redação. Nos últimos dois anos, a realização da prova tradicional esteve relacionada ao concurso de bolsas de estudos, que beneficiava os primeiros

colocados com descontos de 20% a 100% nas mensalidades. Nos próximos vestibulares este benefício estará suspenso, pois segundo a Profa. Lina Moreira - que também é a responsável pela coordenação do processo seletivo – é interesse da faculdade ter alunos que tenham simpatia pela ideologia do projeto e que “tenham vontade de mudar o mundo” e muitos candidatos estariam buscando a faculdade somente pela possibilidade da bolsa e dos programas de estágio:

[...] mas o pessoal mais novo que está chegando com 17, 18 anos, tem uma compreensão totalmente desconexa dessa discussão. Para eles não existe racismo, é brincadeira e não tem que ser levada a sério, o tom de pele mais escuro é porque anda demais ao sol, e daí ele começa a perceber que ele tem preconceito contra ele mesmo [...] Isso também tem a ver com o vestibular, eles vêem ‘Zumbi’ e pensam ‘deve ser de negão’, tem um valor mais barato, então vou estudar lá. Quando eles chegam aqui a gente quer explicar o porquê do nome, porque tem esse projeto para depois ele decidir se ele quer mesmo estudar aqui, saber onde ele está botando o pé. A gente está percebendo que tem muitos alunos que caem de pára-quadras. Tem uma diferença dos alunos que a gente recebia quando a faculdade abriu dos que a gente recebe agora. A mídia ajudou muito nisso, porque quando a faculdade abriu gerou-se uma mídia espontânea enorme, a idéia de que tinha um projeto de inclusão com determinada proposta era divulgada, e o que eu tenho agora? ‘faculdade barata, tem um bom curso e tem programa de estágio, mas não se falam dos valores e na preocupação de você fazer a diferença na sua comunidade. Isso complica na hora de você receber um público que vai te perguntar ‘para quê eu tenho que estudar isso?’ [questões raciais], tem aluno que pergunta se aquele tema vai cair no ENADE, se não está sendo prejudicado por ter essa discussão ao invés de estar tendo outra matéria como um aluno de uma outra faculdade qualquer. Eles fazem esse tipo de pergunta, e aí você vê que este formato de vestibular não está atendendo.

Essa fala e as mudanças recentes no processo de seleção demonstram que a FZP possui um ideal de aluno que pretende atingir:

[...]Muita coisa está sendo conversada, o aluno não precisa ser militante, ele precisa ser consciente. As pessoas têm que chegar até aqui por terem valores semelhantes. ‘Você acha que pode fazer algo pela sua comunidade? Você quer fazer algo diferente para a sua sociedade?’. Queremos que o aluno saiba disso antes de entrar, por isso temos curso de inglês aqui dentro, com jovens circulando, aqui dentro, vendo como o ambiente é diferente. Quando alguém nos procura eu convido para assistir uma aula, para saber se é isso mesmo que quer. É nova forma de se relacionar com a comunidade. Quando a gente surgiu o valor da mensalidade era super baixo – continuamos (o curso mais caro é Direito e Publicidade que custam

315 reais por mês, mas você até acha mais barato que isso). As faculdades do nosso porte, até 3 mil alunos, estão se tornando faculdades de nicho, especializadas em determinadas áreas, a área da Zumbi é a diversidade, formar profissionais aptos a trabalhar com a diversidade.

2.2. Negros de todas as cores: breve perfil quantitativo dos alunos

Para conhecer o público que procura a instituição e também manter informações atualizadas sobre o perfil dos alunos matriculados, a Faculdade Zumbi dos Palmares realiza regularmente dois tipos de coletas de dados: a primeira com todos os candidatos inscritos no processo seletivo e a segunda com todos os alunos matriculados.

No primeiro semestre de 2010 a faculdade divulgou os dados que foram coletados internamente⁴⁰ naquele ano com o objetivo de traçar o perfil do corpo discente e também apurar a opinião dos alunos sobre a qualidade do ensino e da infraestrutura. Todos os alunos matriculados e que estavam freqüentando as aulas durante o período de aplicação dos questionários foram convidados a participar. Como a participação era facultativa, não houve a adesão de todos os alunos e somente 1155 questionários foram respondidos, podendo ser considerados válidos para a coleta. Os dados sistematizados me foram fornecidos pela instituição e a partir deles pude delinear o perfil dos alunos objeto desta pesquisa.

Não tive acesso à análise realizada pela instituição a partir desses dados, mas segundo a Profa. Lina Moreira, as informações consolidadas não surpreenderam os professores e a direção da faculdade, pois não destoavam das impressões que já possuíam. Ela afirma ainda que são perceptíveis as mudanças em diversos aspectos no perfil dos alunos comparando-se o ingresso e durante o curso. Como não tive acesso aos dados coletados nos processos seletivos, não poderei verificar aqui a extensão dessas mudanças.

⁴⁰ Os dados foram coletados e tabulados por uma empresa especializada.

2.2.1. Quem são os alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares?

Os questionários indicaram que 51% dos alunos são do sexo masculino. Este número, a princípio, indicaria uma diferença frente à média das demais instituições de ensino superior brasileiras, as quais segundo o Censo da Educação Superior de 2009 apresentam corpo discente composto por maioria feminina - 55,1% na graduação presencial e 69,2% em cursos de graduação à distância. Porém devemos considerar o contexto: a FZP possui em sua grade dois cursos bastante procurados por alunos do sexo masculino - Tecnologia de Transportes e Administração de Empresas. Este último, por ser o curso mais antigo da instituição possui turmas abertas para todos os semestres letivos além de oferecer o dobro de vagas que os demais. O curso de Pedagogia tem uma demanda majoritariamente feminina, mas foi recentemente aberto, possuindo apenas uma turma para os semestres iniciais. Quando o primeiro grupo de alunos de Pedagogia se formar, muito provavelmente o número de alunas matriculadas atingirá e ultrapassará o número de alunos do sexo masculino, aproximando a distribuição dos alunos por sexo da média nacional.

Os dados da pesquisa indicaram que cerca de 80% dos alunos cursaram o Ensino Médio em escolas públicas. A modalidade de supletivo foi acionada por 13,7% dos alunos e o ensino técnico por 13,1% como aparece na tabela abaixo:

Tabela 2.1.- Ensino Médio		
	%	
Escola Pública - Ensino Regular	63,5	80,9%
Escola Pública - Ensino Técnico	8,5	
Rede Pública – Supletivo	8,9	
Pública e Particular	5,7	19%
Escola Particular - Ensino Regular	3,9	
Escola Particular - Ensino Técnico	4,6	
Rede Particular – Supletivo	4,8	
Não responderam	0,1	0,1%
Total	100,0	100%
Fonte: Pesquisa Quantitativa Monitor Zumbi 2010 (FZP)		

Com relação ao perfil etário, a tabela 2.2 mostra um equilíbrio entre dois grandes grupos: 50,7% dos alunos são jovens com até 30 anos e 49,3% têm acima de 31 anos.

Tabela 2.2 - Faixa etária

Idade	%	
Menor de 20	7,5	50,7%
Entre 21 e 25	27,3	
Entre 26 e 30	15,9	
Entre 31 e 35	12,3	49,3%
Entre 36 e 40	13,8	
Acima de 41	23,2	
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesq. Quant. Monitor Zumbi 2010 (FZP)

O Censo da Educação Superior de 2009 apurou que a idade média de ingresso e conclusão dos alunos de graduação no Brasil seria entre os 19 e 23 anos, uma média bem diferente da encontrada na FZP. Tomando a faixa etária dos 18 aos 25 anos como ideal para estudantes universitários, percebemos que 65% dos alunos da FZP estão acima desta faixa, são alunos que ingressaram tardiamente no Ensino Superior, o que nos dá mais evidências da falta de oportunidades encontradas por eles durante suas trajetórias de formação. A tabela abaixo demonstra os intervalos entre a conclusão do Ensino Médio e o ingresso no Ensino Superior vivenciados pelos alunos, segundo pesquisa feita pela FZP:

Tabela 2.3.- Intervalo entre a conclusão do Ensino Médio e o ingresso no Ensino Superior

	%
Imediatamente após conclusão do Ensino Médio	13,4
1 a 2 anos após conclusão do Ensino Médio	18,0
3 a 4 anos após conclusão do Ensino Médio	14,9
5 a 7 anos após conclusão do Ensino Médio	16,0
Mais de 8 anos após a conclusão do Ensino Médio	37,1
Não responderam	0,6
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Quantitativa Monitor Zumbi 2010 (FZP)

Mais da metade dos alunos - 53% - tiveram intervalos superiores a cinco anos antes de optarem ou poderem se matricular em um curso superior. O fato de 37% terem adiado por mais de oito anos o início da graduação indica que a FZP tem atendido uma demanda reprimida que quase uma década de políticas de ações afirmativas e de democratização do acesso no Ensino Superior ainda não conseguiram suprir.

No Estado de São Paulo, as políticas de reservas de vagas nas universidades públicas ainda estão muito aquém da demanda, não representando para muitos alunos uma possibilidade real de ingresso. Em um processo de autoexclusão, muitas vezes os candidatos negros deixam de se interessar por uma vaga em uma universidade pública por acreditarem que mesmo nas instituições que prevêm algum tipo de programa de incentivo atrelado ao processo seletivo – como a USP – eles teriam poucas chances de sucesso (GUIMARÃES, 2003). Para Antonio Sérgio Guimarães, além dos fatores socioeconômicos, uma preparação insuficiente e a baixa persistência devido ao pouco apoio familiar afastam esses estudantes das universidades públicas. Para ele existe aí um racismo introjetado expresso por um “elemento subjetivo, talvez um sentimento de baixa autoconfiança, que interfere no desempenho dos negros em situação de competição” (p.205, 2003). Isso nos ajuda a entender os dados da tabela abaixo que indicam que apenas 9,4% dos alunos tinham a USP como primeira opção de instituição onde gostariam de estudar enquanto 75,6% dos alunos buscaram instituições privadas e dentre esses 42,4% nem chegaram a cogitar outra opção além da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Tabela 2.4.- 1ª opção de instituição de ensino

	%
Anhanguera	1,4
FMU	2,7
Mackenzie	6,0
Sumaré	1,7
Uniban	3,1
Unicsul	4,8
Uniesp	1,6
Uninove	5,8
Unip	3,9
Estácio Uniradial	0,6
UniSantana	1,6
USP	9,4
Faculdade Zumbi dos Palmares	42,4
Outras	15,2
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Quantitativa Monitor Zumbi 2010 (FZP)

Os jovens oriundos do ensino público – como o são a maioria dos negros - em geral têm pouco acesso a uma formação pré-universitária que lhes permita competir

por uma vaga nas universidades públicas com alunos de escolas privadas em iguais condições (SANTOS et al., 2005). Para esses jovens, as faculdades e universidades privadas surgem como uma opção mais palpável de ingresso, pois estas ao oferecem um número maior de vagas (dada a expansão do setor nas últimas duas décadas) realizam processos seletivos menos disputados e com altos índices de aprovação. Essa escolha está intimamente atrelada às chances reais de aprovação e às expectativas de futuro que cada candidato possui. Decorrente desta dinâmica, foi no ensino privado que se registrou o maior crescimento proporcional de alunos autodeclarados pretos e pardos na última década, onde segundo dados das PNADs de 2001 e 2009 houve um aumento de 264% no número de estudantes negros matriculados (passando de 447 mil para 1,6 milhão) enquanto no mesmo período o ensino superior público registrou um aumento de 69%.

Isto posto, garantir uma vaga em um curso universitário nos grandes centros urbanos acaba se mostrando o menor dos entraves no percurso acadêmico da maioria dos universitários. A manutenção das taxas e dos gastos cotidianos como material didático, transporte e alimentação é um fator que deve ser considerado para entender a dinâmica do Ensino Superior brasileiro como um todo e também do ingresso e acesso de jovens negros neste sistema de ensino (OSORIO, 2009).

Nessa relação entre classe/renda e raça, observamos que 72% dos alunos da FZP possuem renda individual de até três salários mínimos.

Tabela 2.5. - Renda do Aluno

	%
Até 3 salários mínimos	72,0
de 4 a 7 salários mínimos	22,0
de 8 até 11 salários mínimos	2,6
de 12 até 15 salários mínimos	1,5
Acima de 15 salários mínimos	0,3
não responderam	1,6
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Quantitativa Monitor Zumbi 2010 (FZP)

Esse mesmo valor é indicado por 42% dos alunos como sendo a renda familiar total, ou seja, 42% dos alunos são os únicos responsáveis pelas rendas de suas famílias.

Tabela 2.6. - Renda mensal familiar

	%
Até 3 salários mínimos	42,0
de 4 a 7 salários mínimos	44,1
de 8 até 11 salários mínimos	8,9
de 12 até 15 salários mínimos	2,4
Acima de 15 salários mínimos	1,7
não responderam	0,9
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Quantitativa Monitor Zumbi 2010 (FZP)

Foi relatado pela Profa. Lina Moreira, que mesmo com política de bolsas e com mensalidades reduzidas, a maior causa de trancamento e abandono dos cursos na FZP é dificuldade de ordem financeira. Esta informação é interessante para entendermos o peso que a escolha de cursar uma faculdade provavelmente tem no orçamento familiar desses alunos, mesmo quando eles próprios são os únicos responsáveis pelas despesas relacionadas a seus estudos, como é o caso de 83,6% dos estudantes pesquisados.

Tabela 2.7. - Responsável pelo pagamento da mensalidade

	%
Próprio aluno	83,6
Os pais	6,9
Empregador	1,5
Bolsa de Estudos	4,2
Outros	3,7
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa Quant. Monitor Zumbi 2010 (FZP)

Uma questão que me intrigava bastante quando conheci a Faculdade Zumbi dos Palmares era se a estratégia de oferecer cursos com mensalidades mais acessíveis poderia suscitar a possibilidade de os alunos procurarem-na apenas por razões de ordem econômica e não por identificação com a proposta racial da faculdade. O que de forma alguma deslegitimaria a proposta da faculdade, já que se trata de uma maneira de reconhecer os impasses econômicos para a permanência dos estudantes negros no Ensino Superior, como também não desmereceria a disposição dos alunos em procurar opções que sejam compatíveis com a sua condição financeira.

Esse parece ser também um dado de interesse para a administração da FZP, pois no questionário aplicado aos alunos, consta uma questão diretamente relacionada a isso, cujas respostas indicaram que 31,5% escolheram a faculdade por fatores econômicos enquanto 41,8% a escolheram pelo projeto diferenciado. Este é um número bastante expressivo e indica que há uma preocupação desses alunos com a questão racial e que a existência de uma instituição que coaduna preocupações nesse sentido tem sido considerada por eles.

Tabela 2.8. - Principal motivo de escolha pela FZP

	%
Localização - Perto de Casa	2,1
Localização - Fácil acesso	1,7
Qualidade de Ensino	7,5
Conceituada no mercado e na região	2,1
Indicação de ex-alunos	10,4
Pela missão e projeto da faculdade	41,8
Valor da mensalidade	31,5
Vagas exclusivas de estágios	2,9
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Quantitativa Monitor Zumbi 2010 (FZP)

Segundo um estudo especial sobre a situação dos negros no mercado de trabalho realizado e divulgado pelo DIEESE em novembro de 2009, no ano anterior o rendimento médio dos trabalhadores negros com ensino superior completo na região metropolitana de São Paulo correspondia a 62,7% do rendimento dos não negros. Entre os trabalhadores com ensino superior incompleto – situação dos alunos da FZP - a diferença era um pouco menor (73,6%), mas ainda assim os negros ganhavam menos⁴¹ do que os não negros com o mesmo nível de instrução.

Esse mesmo estudo do DIEESE comparou os cenários de 2004 e 2008 através das pesquisas de emprego e desemprego (PEDs) realizadas mensalmente e constatou que as desigualdades no mercado de trabalho entre negros e não negros tiveram uma redução gradual naquele período, mas ainda continuam bastante elevadas. O estudo indica que houve mudanças na forma de inserção no mercado de trabalho pelo nível de qualificação e tipo de tarefas realizadas. A participação de negros em cargos de gestão e planejamento apresentou discreto crescimento,

⁴¹ Em valores reais por hora os trabalhadores negros recebem R\$5,10, enquanto os trabalhadores não negros recebem R\$6,92

enquanto para os cargos de execução a participação decaiu. Essa movimentação, ainda que sutil, é explicada em parte pelo aumento do grau de escolarização da população negra.

A inclusão dos negros no mercado de trabalho em atividades relacionadas à sua formação é uma preocupação da FZP e por isso mantém programas de estágio em parceria com empresas que possam não só contribuir para a formação dos alunos como também possam oferecer vagas efetivas de trabalho após o fim do curso. Em opinião diversas vezes emitida pelo reitor Prof. José Vicente em eventos e na mídia, reforçada pela Profa. Lina Moreira na entrevista realizada, é do entendimento da FZP que os processos seletivos em empresas privadas ainda são bastante permeados por perspectivas carregadas de preconceitos que inibem a contratação de profissionais negros, mesmo estes tendo a formação e competências condizentes para a vaga pretendida. Dessa forma, a implementação desses programas de estágio, mais do que um viés pedagógico é, segundo a concepção da FZP, também uma estratégia contra a discriminação e conscientização das empresas para essa questão. A Profa. Lina ressaltou que há, claro, uma contrapartida por parte das empresas que, ao implementarem um programa de estágio com tal diferencial, vinculam sua imagem e marca comercial a uma causa com muito apelo tanto nas redes e movimentos sociais quanto com as últimas gestões do governo federal que têm simpatia pela luta antirracista.

Não há dados que permitam comparar a empregabilidade dos alunos da FZP com o universo de estudantes universitários na região metropolitana de São Paulo, mas a tabela abaixo indica que 74,5% dos alunos desenvolvem alguma atividade remunerada, sendo que 47,4% possuem emprego formal com registro em carteira e 13% realizam estágio.

Tabela 2.9. - Situação de emprego	
	%
Desempregado	15,1
Autônomo	6,3
Empresa Própria	2,3
Profissional sem registro	5,5
Profissional com registro	47,4
Estagiário	13
Outros	10,4
Total	100

Fonte: Pesq. Quantitativa Monitor Zumbi 2010 (FZP)

Ainda que a maioria dos estudantes da FZP esteja empregada, é interessante fazermos um exercício de tomar como exemplo um aluno com renda de até três salários mínimos (como a maioria dos alunos que responderam à pesquisa da FZP). Se estimarmos que este aluno utilize cerca de um terço de sua renda com despesas de estudo, e que o restante será todo o montante disponível para sustentar sua família, encontraremos um exemplo palpável da dinâmica que dificulta a permanência de jovens negros e pobres nas universidades.

O maior objetivo da FZP é a inclusão de negros no Ensino Superior e quando analisamos a tabela abaixo, percebemos que até o momento este objetivo tem sido alcançado a contento: 77% dos alunos que participaram da pesquisa se autoclassificaram como negros ou pardos, percentual muito acima do apresentado por qualquer outra instituição de ensino superior no Brasil.

Tabela 2.10. -

Autoclassificação racial	%
Amarelo	1,5
Branco	18,7
Indígena	1,6
Pardo	25,5
Negro	51,3
Não responderam	0,7
Respostas inválidas	0,7
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Quantitativa. Monitor Zumbi 2010 (FZP)

O questionário aplicado aos alunos foi composto por perguntas fechadas e a escolha dos termos negro e pardo foi da própria faculdade. Ainda que não tenha conseguido apurar o porquê dessa escolha, acredito que ela não foi feita de forma aleatória, principalmente por se tratar de um contexto em que se pretende verificar a adesão de um grupo de pessoas a determinadas idéias configurando o que Lilia Schwarcz (2001) chama de “uso social da cor”, no qual a terminologia subjetiva representa um objeto de disputa.

Yvonne Maggie e Claudia Rezende (1991) ao analisarem a terminologia racial no Brasil localizaram três tipos de linguagens diferentes que são utilizadas para abordar a temática racial: (1) a terminologia oficial utilizada pelo governo e por instituições de pesquisa estatais (IBGE, IPEA, DIEESE, etc); (2) a terminologia da

literatura, muito relacionada à idéia da miscigenação das três raças (branco, negro e índio) na fundação de uma única raça mestiça, brasileira; e por fim a (3) terminologia popular, baseada em um continuum de cor, bastante diversa e totalmente subjetiva, pois elenca termos cuja utilização varia de acordo com a idade, grau de instrução, nível de renda, local da fala, contexto e relações sociais dos falantes.

Ao fazer referência aos brasileiros com alguma ascendência africana, as publicações e a produção acadêmica nas áreas de sociologia, educação e em estudos estatísticos realizados pelo governo, em geral, fazem uso da terminologia oficial, no caso utilizando os termos *preto* e *pardo* em separado ou o termo *negro* como uma junção dos dois anteriores, como optei em utilizar neste trabalho. Diferentemente, a tabela⁴² acima chama atenção por trazer os termos negro e pardo utilizados em separado, representando grupos distintos de alunos.

Há dois movimentos a serem considerados: (1) a substituição do termo preto que completaria a tabela tal qual é utilizada tradicionalmente pelo IBGE pelo termo negro e (2) a separação das categorias pardo e negro.

A coexistência dos termos preto e negro vem desde a época da escravidão, assumindo conotações e empregos diversos ao longo da história. Schwarcz (2001) observando as classificações raciais utilizadas nos censos realizados no Brasil, concluiu que os termos preto e negro eram bastante utilizados durante o período escravocrata quando, para a literatura da época, indicavam o “cativo leal” e o “escravo rebelde” respectivamente. Naquele momento, o termo preto conferia uma qualificação positiva enquanto o termo negro era mais depreciativo. Essa configuração se manteve até meados dos anos 1940 quando, passando a ser utilizado por estudiosos da cultura negra no Brasil - entre eles Gilberto Freyre - o termo negro, assim como afro-brasileiro, começou a adquirir uma conotação diferente e positiva.

Ainda na década de 1930, a Frente Negra Brasileira - importante organização militante na época - aderiu ao termo, passando até mesmo a incluí-lo em seu nome, tendência que foi seguida por outras organizações como o Teatro Experimental do Negro, a Pastoral do Negro, o Movimento Negro Unificado, como forma demarcar um posicionamento de reivindicação à dignidade, igualdade de direitos, cidadania e

⁴² A tabela aqui apresentada traz os termos exatamente como foram utilizados no questionário aplicado aos alunos.

orgulho racial para os negros. Este processo e a adesão do governo nas últimas décadas ao termo negro contribuíram para a sua popularização e conferiram a ele um forte apelo político-comunitário. Segundo Livio Sansone o termo tornou-se “uma categoria sociopolítica de conotação positiva e [que] constitui, por assim dizer, o termo politicamente correto” (p.73, 2007). Fátima Oliveira vai além, ao estabelecer o uso do termo negro para o autorreconhecimento, como a assunção de uma identidade racial e não só um termo “correto” para classificar o outro: “ser negro é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra.” (p.57, 2004).

Observando as pesquisas realizadas pelo IBGE, em especial a realizada em 1976⁴³, e os censos mais recentes, podemos inferir que entre a população em geral essa valorização do termo negro deu-se a partir da década de 1970 (junto com a retomada do Movimento Negro), avançando com os processos de redemocratização do país e ganhando força no discurso da população a partir dos anos 1990 com o início das políticas de identidade racial do governo Fernando Henrique Cardoso. Para Antonio Sérgio Guimarães a atuação do Movimento Negro a partir da década de 1970 gerou frutos visíveis na sociedade brasileira, pois

a própria forma de identificação racial mudou, pelo menos em certas camadas sociais, sendo comum, hoje, personalidades midiáticas, que antes se definiriam como morenas ou mesmo brancas, se identificarem e serem aceitas como negras (p.61, 2002)

Em pesquisa realizada na região metropolitana de Salvador entre 1992 e 1994, Lívio Sansone percebeu que o termo negro ganhava a preferência da população como termo representativo. Pela análise do autor, esta preferência estaria diretamente relacionada à escolaridade e a idade dos indivíduos pesquisados:

Um fenômeno interessante é o uso crescente de *negro* em lugar de preto, este menos afirmativo em termos étnicos, em particular entre os jovens e os mais instruídos. Nas duas áreas de minha pesquisa, os que se declararam “negros” eram jovens [...] Além disso, os “negros” eram os mais instruídos da população. (SANSONE, 2007, p.63)

Brandão e Marins ao realizarem pesquisa com alunos da

⁴³ Em 1976, em pesquisa nacional, o IBGE apurou 135 termos classificatórios distintos utilizados por uma amostra da população de pouco mais de 80 mil habitantes.

Universidade Federal Fluminense e com moradores de um loteamento periférico entre os anos de 2003 e 2004, também constataram a mesma diferenciação e preferência terminológica entre os entrevistados, a qual explicaram da seguinte maneira

Uma hipótese explicativa dessa configuração reside na ideia de que a categoria negra estivesse mais voltada para a identidade, ao contrário da categoria preta (mais fenotípica), estaríamos verificando um processo de adensamento identitário entre afro-brasileiros. (BRANDÃO e MARINS, 2007, p.31)

No contexto atual, a conotação positiva vigente para a categoria negro poderia justificar que mais da metade dos alunos da FZP a tenha escolhido para se autoclassificar. Se cogitarmos que a construção da pergunta como se deu foi uma estratégia da faculdade para mensurar a adesão dos alunos ao projeto de identidade racial pretendida pela instituição, poderíamos considerar que os alunos que se autoclassificaram como pardos ainda não teriam aderido completamente a este projeto, estando talvez em um ponto de transição.

Digo isso porque no entendimento de vários autores o termo pardo é dotado de uma “versatilidade” comparável a ambigüidade do termo “moreno” bastante utilizado como categoria nativa pela população brasileira para classificar pessoas com os mais diversos tipos de fenótipo. Para Lilia Schwarcz o termo pardo seria um “verdadeiro saco de gatos, uma espécie de sobra do censo. O nome se aproxima de um curinga, já que tudo que não cabe em outros lugares ali se encaixa.” (p.67, 2001).

Os termos pardo e moreno muitas vezes são evocados pela população em situações em que classificar a si mesmo ou ao outro cria desconforto, uma vez que a cor define o lugar social do indivíduo em nossa sociedade. No *continuum* de cor, classificar-se como pardo nem sempre é uma forma consciente de branqueamento, trata-se mais de um distanciamento do pólo negro/preto considerado negativo e delimitador de uma situação social vulnerável à discriminação (RIBEIRO, 2010). Os alunos autoclassificados como pardos da FZP podem não se reconhecer como brancos, mas não se desvinculam totalmente de uma identidade negra.

Dentro da categoria pardos, podemos considerar que também constem alunos que em outras situações se autoclassificariam como brancos e pela influência

contextual da instituição, dos colegas e do discurso da FZP, estariam se deslocando no continuum de cor, em um processo de ressignificação da categoria negra. Também cabe questionar, ainda que esta pesquisa não possa responder ou mensurar isto, se esses alunos que neste questionário aplicado pela FZP se classificaram como negros ou como pardos, também se classificariam da mesma maneira em uma situação diferente, onde não houvesse uma expectativa tão explícita quanto no contexto da FZP.

Por fim, questiono a não utilização do termo afrodescendente no questionário aplicado aos alunos, pois este termo consta em muitos documentos e materiais de divulgação da Faculdade Zumbi dos Palmares, diferentemente do termo preto que não aparece em momento algum. O termo afro-descendente ganhou força no começo da década de 2000, estabelecendo-se como um termo “politicamente” correto, mas nunca foi de fato assumido pela maioria das entidades do Movimento Negro. Por ser um termo que remete à ascendência africana, reforçando os vínculos dos negros brasileiros à cultura e história do continente africano, no dia a dia, abre brechas para situações de discriminação, uma vez que o pouco conhecimento difundido sobre a história e cultura africana é constantemente relacionado a uma imagem de atraso, pobreza e uma estética pouco valorizada.

Uma ampla pesquisa realizada pelo IBGE em 1998 sobre a ascendência da população brasileira indicou que a parcela negra da população era a menos inclinada a indicar outra ascendência que não a brasileira, mesmo com a opção de indicar a ascendência africana. Essa mesma pesquisa indicou que os descendentes de espanhóis, italianos, japoneses e alemães foram os que mais indicaram sua ascendência estrangeira (SANSONE, 2007).

3

INSERÇÃO EM CAMPO: A ESCOLHA E OS CAMINHOS

No desenvolvimento desta dissertação, reaproximei-me da literatura sobre relações raciais focalizando então as questões de pertencimento racial e ações afirmativas no Ensino Superior, por meio do levantamento das referências bibliográficas que fomentaram a construção dos instrumentos de pesquisa e a análise das situações apontadas durante o trabalho de campo.

Para a realização deste levantamento foram consultados os acervos das bibliotecas da USP, o portal de periódicos e teses da Capes, o portal de periódicos Scielo e também sites de diversas instituições que desenvolvem pesquisas e monitoramentos sobre relações raciais no Brasil⁴⁴. Pude constatar o aumento da produção teórico-acadêmica sobre relações raciais e educação ao longo das últimas décadas. Esta progressão deu-se em grande parte nas universidades públicas, principalmente da região Sudeste, e foi marcada por iniciativas como a promulgação de documentos oficiais (os Parâmetros Curriculares Nacionais, a lei 10.639/2003 e o parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação a respeito de políticas de ação afirmativa que estimularam o debate na sociedade como um todo); o concurso Negro e Educação, promovido pela ONG Ação Educativa e Anped⁴⁵ em parceria com a Fundação Ford e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), concurso que apoiou dezenas de projetos de pesquisas na área por meio de bolsas; a criação do Grupo de Estudos de Relações Étnicorraciais e Educação pela Anped em 2001 e a sua transformação em Grupo de Trabalho em 2004; e as associações de pesquisadores negros que surgiram – indicando também um

⁴⁴ Algumas das instituições de pesquisa consultadas foram: Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatística das Relações Raciais (LAESER/IE/UFRJ); Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); Geledés – Instituto da Mulher Negra; Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA/IESP/UERJ)

⁴⁵ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

aumento de estudantes e pesquisadores negros nesse nível de ensino – e passaram a organizar congressos⁴⁶ periódicos de divulgação e estudo (RIBEIRO, 2005).

É crescente o número de trabalhos e pesquisas que analisam as políticas e programas de ações afirmativas raciais existentes nas universidades brasileiras. São trabalhos que, em geral, se preocupam em avaliar o desempenho, a adaptação e o impacto da formação (para o indivíduo e sua família) de estudantes beneficiados por tais programas. Ainda que dialogue com fatores semelhantes – Ensino Superior, ações afirmativas e estudantes negros – a pesquisa que apresento aqui se diferencia em primeiro lugar por definir como local não uma universidade pública onde um programa foi implementado, mas sim uma instituição que surgiu tendo como eixo e alicerce a preocupação com o acesso de estudantes negros ao Ensino Superior. Um segundo diferencial se refere aos sujeitos dessa pesquisa serem os alunos, mais especificamente os alunos autoclassificados negros, e não a instituição ou o seu projeto, afastando essa pesquisa de uma abordagem avaliativa que tem se mostrado recorrente em muitos trabalhos que abordam a temática das ações afirmativas.

Outras duas dissertações já foram produzidas, tendo a Faculdade Zumbi dos Palmares (FZP) como local da pesquisa: a primeira, defendida em 2007 por Maria da Gloria Calado, intitulada “Como uma faculdade voltada para a população negra pode favorecer o enfrentamento da discriminação racial, o aumento da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho desta população”, abordou a relação entre a escolaridade da população negra e o mercado de trabalho por meio das experiências de estágio dos alunos do curso de administração de empresas da FZP; a segunda dissertação encontrada foi apresentada por Lourdes José da Silva, em 2010, com o título “Faculdade da cidadania Zumbi dos Palmares - o quilombo do século XXI?” em que a autora analisou a ideologia da classe média presente no projeto educacional da faculdade por meio da leitura dos editoriais da revista institucional *Afirmativa Plural* num período de cinco anos.

A abordagem que eu pretendia dar à Faculdade Zumbi dos Palmares nesta pesquisa tornou necessária uma reflexão e avaliação sobre quais as estratégias viáveis e dentre estas qual(is) a(s) mais favorável(is) para alcançar o objetivo de

⁴⁶ O I Congresso de Pesquisadores Negros foi realizado na cidade de Recife, em 2000, e contou com 320 participantes das áreas de Educação, Saúde, História, Sociologia e Antropologia.

conhecer as **percepções raciais** apresentadas pelos alunos autotclassificados negros da Faculdade Zumbi dos Palmares e averiguar, no entendimento destes alunos, o que a experiência de cursar esta faculdade influenciou na maneira como eles significam esta pertença racial.

Busquei em trabalhos acadêmicos recentes, em que raça e pertencimento racial foram utilizados como categorias analíticas centrais, sugestões de metodologias que pudessem também ser empregadas nesta pesquisa. Com poucas variações, as técnicas mais utilizadas em trabalhos de natureza qualitativa remetiam à etnografia por meio da realização de entrevistas, observações e observações participantes.

Considerando também o tempo e os recursos humanos e técnicos disponíveis para a concretização do trabalho de campo, acordei com minha orientadora que as melhores estratégias seriam a realização de observações e entrevistas semiestruturadas com um grupo de alunos.

3.1. Levantamento Empírico

A fim de conhecer melhor a rotina dos alunos e da própria Faculdade Zumbi dos Palmares (FZP) e verificar nela a incidência de práticas cotidianas de incremento da ideia de um pertencimento racial negro, foi empreendida como estratégia metodológica a realização de extensivas horas de observação no *campus* da faculdade. Essa observação serviu também para contextualizar as informações previamente colhidas nos sites oficiais da faculdade e de sua mantenedora, em conversas informais com funcionários, ex-alunos e em matérias divulgadas pela mídia e também as informações que viriam a ser levantadas futuramente nas entrevistas com os alunos.

Esta etapa do levantamento empírico teve início tão logo houve a autorização por parte da direção e consentimento dos professores para que eu pudesse acompanhar algumas aulas. Ainda que não aparentasse haver alguma ressalva ou negativa à realização da pesquisa por parte da faculdade, foram necessárias muitas idas e vindas, reuniões, telefonemas, e-mails e algumas horas de espera, antes de receber uma autorização formal que permitisse minha permanência no *campus*.

Inicialmente fui apresentada pela diretora acadêmica aos professores e coordenador do curso de Administração que prontamente concordaram em que eu assistisse às aulas observando a dinâmica dentro da sala de aula. Depois disso, a minha comunicação com a instituição se deu por meio de uma secretária que me indicava eventos, localização de salas, e sugeria professores, funcionários e alunos com quem eu poderia conversar para obter as informações que precisasse.

A instituição não informou aos alunos sobre a realização da pesquisa e este anonimato foi benéfico em alguns momentos, pois me permitiu circular pelos corredores e salas de aula sem chamar a atenção, podendo assim observá-los muito proximamente. Durante muitos dias passei sem ser notada pela grande maioria dos alunos. As turmas numerosas ajudaram para que isso acontecesse, mas acredito que este “anonimato” só foi possível por eu ter uma idade e identificação racial semelhante à dos alunos. Falarei mais sobre isso adiante, mas acredito que este fator também foi importante durante a realização das entrevistas e até mesmo para que alguns alunos aceitassem concedê-las.

As visitas⁴⁷ de observação foram realizadas em diferentes dias da semana, turmas e horários. Também foram realizadas visitas de observação durante atividades extraclasse, como realização da feira anual de projetos dos alunos do curso de Administração, ensaios dos grupos de percussão e reunião do Centro Acadêmico. Acompanhei parte das aulas e também a movimentação dos alunos nos corredores, nos horários de entrada e intervalos e esses últimos, sem dúvida, foram os momentos mais ricos, quando os alunos conversavam entre si sobre os mais variados assuntos, se expressando de forma bastante livre e descontraída. Esses momentos foram úteis para que eu recolhesse elementos que me ajudaram a caracterizar algumas das modulações de “ser negro” do ponto de vista desses alunos. Também foi nesses momentos que estabeleci o primeiro contato com possíveis candidatos a entrevista na etapa seguinte do levantamento empírico.

A realização de uma observação atenta, ao contrário do que me parecia a princípio, não foi uma tarefa fácil. Quando se adentra um ambiente que nos é estranho com o objetivo de apreender o máximo de informação sobre aquele espaço, tudo se torna passível de consideração. Para otimizar o tempo destinado a esta investigação foi necessário, antes de tudo, definir bem **o que** deveria ser

⁴⁷ Foram realizadas cerca de 50 horas de observações.

observado. Treinar o olhar e estabelecer um filtro dentro daquela riqueza de elementos, separando aqueles que me ajudariam a responder a pergunta que norteava minha pesquisa foi um aprendizado diário. Dessa forma, a apresentação visual (roupas, cabelos – principalmente nas mulheres), a maneira de falar tanto em sala de aula quanto no grupo de amigos, a organização dos grupos (quem andava com quem?), a afiliação a outros grupos dentro da faculdade, dizia muito sobre aqueles alunos e sobre a maneira como eles lidavam com a questão racial que era uma constante naquele espaço, onde tudo remetia a uma valorização/desestigmatização da raça negra.

O primeiro elemento a me chamar atenção foi a apresentação visual dos alunos e alunas. Uma profusão de cabelos e roupas repletos de referências étnicas circulava pelos corredores dividindo espaço com ternos e gravatas, blazers e saltos altos, isso quando não compunham juntos o mesmo visual, em uma notória quebra do padrão estético das ruas e das empresas, mesmo em uma cidade grande como São Paulo. Ficou claro que a junção do terno com o *black power* e do *tailleur* com as tranças de raiz faziam parte da construção de uma imagem que mesclava aceitação racial e sucesso profissional. Esta imagem – pouco comum em outros locais – dividia espaço com outras mais estereotipicamente relacionadas aos negros: jovens com uniformes e camisetas de associações de cultura negra (escolas e grupos de samba, grupos de capoeira, de coral, etc); assim como roupas e acessórios com referências a religiões de matriz africanas ou a cultura Hip Hop.

Como já descrito, as questões raciais estão referenciadas em todos os cantos da FZP. Todas as paredes, salas de aula, cartazes, murais e eventos têm imagens, palavras de ordem ou frases de efeito relacionadas não só com o debate sobre a promoção de uma igualdade racial como também com a valorização da raça negra, em um forte movimento que parece visar o que se costuma chamar de elevação da autoestima dirigido àqueles alunos.

Esses elementos foram fundamentais na elaboração do roteiro de entrevista⁴⁸, que foi construído de maneira a constatar se as impressões notadas durante as visitas ao *campus* da faculdade condiziam ou não com a perspectiva dos alunos. A opção por um roteiro semiestruturado deu-se por este modelo permitir uma maior

⁴⁸ Nesse roteiro foram consideradas as contribuições dadas pelos colegas da disciplina Projetos de Pesquisa: leituras sobre método e técnicas em Sociologia da Educação, cursada no primeiro semestre de 2010.

adaptabilidade das questões à realidade de cada entrevistado, promovendo fluidez às entrevistas e certo tom de conversa informal, ao mesmo tempo em que possibilita a apuração de dados comparáveis entre todas as entrevistas realizadas (ZAGO, 2003).

O roteiro utilizado pretendia abarcar diferentes aspectos da vida dos entrevistados: dados básicos, vida em família, relações sociais, trajetória escolar, trajetória universitária, trabalho, pertencimento racial e discriminação.

O primeiro item coletava informações sobre classificação sócioeconômica, idade, religião, profissão, moradia e raça/cor. No item “família” foram abordados a convivência com pais, irmãos e demais parentes próximos, classificação racial dos parentes e experiências em que o assunto raça e/ou discriminação racial tenha influenciado ou vindo à tona no ambiente familiar. No terceiro item – “relações sociais” – indagou-se sobre as relações de amizade vivenciadas pelo entrevistado desde a infância até o presente. O item “escolaridade” percorreu toda a vida escolar do entrevistado, do momento do ingresso na pré-escola (quando foi o caso) até a entrada na universidade, abordando dificuldades e facilidades vivenciadas, colegas, professores, expectativas, interrupções, frustrações e tudo que o entrevistado relacionasse com o seu tempo na escola. O quinto item – “universidade” – abordou a rotina de aluno na FZP enquanto no sexto item – trabalho – foram apuradas informações sobre as experiências e expectativas profissionais dos alunos. As informações levantadas nestes dois últimos itens muitas vezes se entrecruzaram na fala dos entrevistados, pois eles fazem ou fizeram estágios profissionais durante a graduação nas suas respectivas áreas. Além disso, no item “universidade” os entrevistados ainda falaram sobre as especificidades da FZP com relação às cotas e a participação em projetos sociais e culturais desenvolvidos em paralelo dentro da faculdade. O último item, “pertencimento racial e discriminação”, versava sobre experiências racialmente discriminatórias vividas pelos entrevistados ou pessoas próximas a seu círculo social e sobre os critérios considerados por eles na auto e hetero classificação racial.

Em todos os itens uma questão se repetia: “qual a raça das pessoas envolvidas?” Foi interessante observar que para alguns entrevistados, em alguns momentos, essa foi uma pergunta que causou estranhamento. Antes das respostas existia uma ponderação com certo receio, como se ao atribuir uma classificação

racial a alguém estivesse automaticamente fazendo um juízo de valor daquela pessoa. Essa situação só foi percebida quando esses entrevistados se referiam a pessoas de seu círculo social próximo e não para classificar pessoas distantes ou com as quais não tivessem mais contato.

Entrevistas

A definição de quem seriam os informantes foi um momento importante do levantamento empírico. Antes de iniciar os trabalhos de campo, a proposta era entrevistar apenas alunos do curso de Administração, por este ser o curso mais antigo da Faculdade, com algumas turmas já formadas e professores mais antigos. Tal idéia foi descartada durante as observações, pois não constatei indícios de que alunos de um determinado curso pudessem estar mais influenciados pela dinâmica da instituição do que os de outros cursos.

Por fim, os critérios adotados para a seleção dos entrevistados foram a autoclassificação do aluno (a) como negro, estar matriculado entre o 5º e 8º semestres, sua disponibilidade e interesse em colaborar com a pesquisa voluntariamente. A decisão de entrevistar somente alunos que já tivessem ao menos metade do curso concluído foi tomada para garantir que os informantes fossem aqueles com o maior tempo possível de contato com o discurso da faculdade. Procurei também evitar que os entrevistados fossem do mesmo grupo de amigos, para tentar assim ter uma maior variedade de histórias e pontos de vista diferentes.

Sem que houvesse uma quantidade pré-definida a ser alcançada, as entrevistas foram realizadas até que as informações levantadas fossem consideradas satisfatórias para análise e as novidades apresentadas a cada entrevista escasseassem. Com isso, o material empírico final compreende cinco entrevistas individuais. Destas, quatro foram realizadas no *campus* da faculdade e uma na casa do aluno entrevistado, locais escolhidos pelos próprios informantes. Todos assinaram termo de consentimento livre e esclarecido⁴⁹ autorizando a utilização das informações e depoimentos fornecidos na elaboração de relatórios e da dissertação. Os depoimentos foram gravados e transcritos por mim.

As entrevistas transcorreram de forma bastante tranqüila e descontraída e nenhuma das questões que compunham o roteiro despertou resistências por parte

⁴⁹ Consta nos anexos deste trabalho cópia do termo assinado pelos informantes.

dos entrevistados. Acredito que a boa fluidez das entrevistas deu-se em primeiro lugar pela seleção dos informantes, já que foram escolhidos os mais desenvolvidos e que se mostraram mais dispostos em contar suas experiências; em segundo, pela construção de um roteiro lógico; e por último e mais importante, pela empatia dos entrevistados com a entrevistadora. Ser reconhecida pelos alunos como portadora de uma identidade racial semelhante me permitiu ver e ouvir muitas coisas que, acredito, não seriam ditas da mesma forma fosse a entrevistadora uma pessoa não negra. Durante as visitas de observação, em conversas informais era comum que os alunos se referissem a situações na primeira pessoa do plural: diziam “*porque nós negros*”, “*você sabe do que eu estou falando, do que nós passamos*”. Quando percebia essa relação de empatia aproveitava o momento para apresentar a proposta da pesquisa e fazer o convite para a entrevista. Poucas pessoas se recusaram a participar, e quando o fizeram foi sob a justificativa de não terem tempo.

Breve perfil dos entrevistados

A seguir apresento um breve perfil que introduz os cinco depoimentos coletados e a análise feita a partir deles. Todos os entrevistados tiveram seus nomes substituídos por nomes fictícios para garantir a confidencialidade de suas identidades.

Daniel

Solteiro, com 22 anos e sem filhos, no momento da entrevista Daniel cursava o 7º semestre do curso de Administração. Caçula de uma família de três filhos, Daniel morava com os pais, uma das irmãs e um sobrinho de 5 anos de idade na cidade de Ferraz de Vasconcelos, região metropolitana de São Paulo. Seus pais têm curso superior completo – o pai é administrador e trabalha na Companhia de Trens Metropolitanos de São Paulo (CPTM), e a mãe, formada em letras, trabalha como professora de ensino fundamental I em escolas públicas e particulares. As irmãs mais velhas concluíram o ensino médio e uma delas estava cursando gestão de recursos humanos em uma faculdade privada. Daniel trabalhava como auditor financeiro; antes trabalhou como bancário por três anos, contribuindo para a renda familiar que no momento da entrevista girava em torno de 12 salários mínimos.

Os pais de Daniel concluíram sua formação universitária quando os filhos já haviam nascido. Ele se lembra de visitar a faculdade onde o pai e a mãe estudavam e de que naquele espaço havia poucas pessoas negras como ele e seus pais. Os pais (em especial a mãe) de Daniel falavam com os filhos sobre diferenças raciais. Para a mãe, os negros sempre precisam fazer mais esforços para atingir seus objetivos do que os brancos, pois carregam uma desvantagem histórica.

Toda a família professava a religião católica. Na infância e adolescência os amigos de Daniel eram, em sua maioria, brancos e frequentavam sempre a sua casa. Já na fase adulta a quase totalidade do círculo de amigos passou a ser composta por negros que ele conheceu na faculdade ou por meio de algum colega em comum. Da época de escola, Daniel se recorda de ter poucos colegas e professores negros, estudava em uma escola central do mesmo município onde morava. Durante este período era comum ouvir piadinhas com teor racial até dos amigos mais próximos, as quais, diferente de hoje, “levava na brincadeira”.

Piadinhas? Ah! Sempre! Quando a gente é criança é mais submisso... Eu levava mais na brincadeira, eu ainda não tinha esse... não sei... Quando eu era criança eu não tinha esse pensamento de que se eu deixar ele fazer, ele vai fazer depois com outro e vira uma bola de neve e sai da proporção que está eu e ele. Vira um negócio que vai contaminando, é o que vira a sociedade local. – Daniel

Ao conceder a entrevista Daniel se recordou de um professor que certa vez lhe disse que não deveria permitir que as pessoas o chamassem de “preto”, somente de negro. Para este professor, o termo preto só era empregado com um caráter negativo.

Daniel conheceu a FZP por meio de um parente que trabalhava na administração da faculdade na época, teve dúvidas entre escolher a FZP e a PUC-São Paulo, e acabou optando pela FZP pelo projeto da faculdade, pois afirmou que sempre teve inquietudes sobre as questões raciais, preconceito e diferenças sociais decorrentes do racismo, mas nunca teve com quem debater tais questões. Não quis perder a oportunidade. Diz que não se arrependeu de sua escolha, pois considerava a FZP uma boa faculdade apesar de alguns problemas estruturais. Antes de conhecer a FZP a única experiência relacionada ao Movimento Negro vivenciada por Daniel foi quando, por meio de uma de suas irmãs, conheceu e participou de

reuniões da União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA), mas se afastou por achar as idéias do grupo um pouco radicais.

Para Daniel a raça influencia bastante no mercado de trabalho, já presenciou algumas situações de preconceito e discriminação com colegas quando trabalhava no banco, e creditou a isso, o fato de muitos de seus colegas de faculdade negros que ingressaram no programa de estágio junto com ele não terem sido efetivados quando o contrato chegou ao fim. Ele se autotranscreveu como negro e acreditava que ser negro era muito mais do que uma questão de cor de pele ou textura de cabelo, tinha a ver com a identificação com uma história, uma ideologia e uma consciência política.

Carla

Então com 22 anos, a estudante do quinto semestre de Direito Carla, solteira e sem filhos, morava na zona norte de São Paulo com a mãe e dois irmãos mais novos. Filha de uma atendente e um policial civil, Carla conviveu muito pouco com o pai, pois seus pais sempre moraram em casas separadas e nunca foram casados, apesar dos três filhos. Os pais têm escolaridade de nível médio, sendo que o pai chegou a frequentar faculdade de Educação Física, mas abandonou antes de concluir.

No momento da entrevista, Carla estagiava em um escritório de advocacia civil e tinha planos de no futuro ser promotora pública. Como não sabia o valor do salário da mãe, Carla não soube informar a renda familiar. O pai arcava com metade do valor da mensalidade da faculdade e ela, com sua bolsa de estágio arcava com o restante.

Carla teve uma trajetória escolar linear, sem reprovações ou interrupções, sempre estudou em escolas públicas e antes de iniciar o curso de Direito fez um ano de cursinho pré-vestibular na própria Faculdade Zumbi dos Palmares, em um projeto que já não existe mais. Apesar de conhecer há mais tempo o projeto da FZP não foi por afinidade a ele que decidiu estudar nesta faculdade. Para sua decisão, o determinante foi o preço da mensalidade, pois não teria como arcar com o custo de uma graduação em Direito ou em Comunicação Social (sua primeira opção de curso) em outras instituições particulares. Dos primeiros anos de escola, Carla guardava lembranças de *bullying* (como ela define), quando as crianças brancas, que eram a

maioria em sua escola, importunavam-na em razão dos seus cabelos crespos. O apoio de uma tia paterna, a única pessoa de sua família com quem chegou a ter algum tipo de conversa sobre temas referentes à raça, auxiliou-a nessa fase. Da adolescência Carla disse não se recordar de situações de discriminação ou preconceito, mas posteriormente acabou confessando que essas situações existiram, mas que ela não se lembrava, pois preferiu relevar: *“...mas eu nem lembro, eu relevava, tem tempo já. Não mudou nada na minha vida, eu não me sinto uma pessoa frustrada”*.

A jovem se definiu como uma pessoa com muitos amigos, desde a infância sempre teve amigos e amigas que classificou como sendo negros na maioria. Também é como negra que definiu sua família, apesar de frisar que os irmãos eram todos “mais claros” do que ela. Em toda sua entrevista Carla utilizava elementos fenotípicos para descrever ou justificar a classificação racial que aplicava às pessoas: *“Por que os meninos [irmãos] têm o tom de pele claro. Só eu nasci com o tom de pele escuro, mas se for ver o cabelo e os traços é de negro”*; *“eram todos morenos mais claros do que eu”* (para descrever os colegas de escola).

Para Carla, além de o fenótipo ser um forte determinante racial, também o é a cultura: [o que define uma pessoa ser negra ou não?] *“Acho que pela cor, pelo cabelo, pelos traços, por gostar das mesmas coisas que eu gostava, mais por isso. Gostar de bastante coisas assim voltadas para o mundo negro”*.

A partir da adolescência, as preferências musicais e de lazer passaram a ser determinantes na manutenção dos laços de amizade. Carla justificou que não tinha amigos brancos não por uma questão de preconceito, mas porque as preferências são diferentes, criando uma divisão racial:

O dia a dia é diferente..., mas não é porque eu não quero ou por preconceito, nada... Eu gosto de uma coisa e as meninas que são de outra cor gostam de outra, outro tipo de música que não me agrada tanto, então a maioria das minhas amigas e amigos são negros. - Carla

Carla nunca participou de movimentos sociais de qualquer tipo. Segundo ela, a questão racial nunca teve muito espaço em sua vida, apesar das situações de desconforto causadas por preconceito. Ela diz que sempre pensou a respeito, mas que nunca conversou com ninguém sobre suas ideias e concepções sobre o tema,

somente com sua tia quando era criança, mas de forma superficial. O primeiro espaço onde estaria vivenciando isso é a FZP, onde também participava de um grupo de percussão criado por alunos da faculdade com objetivo de resgatar características do samba do século passado. Ela disse que se sentia cobrada por alguns alunos da faculdade a se posicionar politicamente sobre essas questões, participar de grupos organizados como *Black Panthers*, mas que não sentia essa necessidade, pois seu objetivo maior na FZP era “*estudar, aprender a matéria e se tornar uma boa profissional*”.

Vitor

Vitor foi o entrevistado mais velho. Aos 33 anos era solteiro e pai de duas filhas (10 e 5 anos). Sua família era composta também por quatro irmãos (dois irmãos mais novos filhos do mesmo pai e mãe e duas irmãs também mais novas por parte de pai).

Quando a entrevista foi realizada, Vitor morava com a mãe, um irmão e a filha mais velha em uma casa nos fundos da casa da avó materna, na zona norte da cidade e estava desempregado havia três meses. Sempre trabalhou nas áreas administrativas de empresas de logística e transporte. Ele cursava o 7º semestre de Administração e apesar de ainda estar na faculdade, não pretendia fazer estágio remunerado, nem mesmo como uma forma de reinserção no mercado de trabalho. Por sua idade e por já estar no final do curso, procurava vagas efetivas de trabalho.

Toda a família de Vitor é adepta da doutrina espírita, mas segundo ele “todo espírita é um pouco católico também”.

Seus pais e irmãos têm escolaridade de nível médio, um dos irmãos tem formação de técnico em radiologia e trabalhava na área. Assim como ele, a irmã caçula também estava concluindo um curso superior, se formando em Direito. Os pais são separados, a mãe trabalhava como cabeleireira e o pai como operador de pregão na Bovespa. Na casa de Vitor a renda familiar girava em torno de 10 salários mínimos.

Na trajetória escolar de Vitor, sempre em escolas públicas, houve duas reprovações (2ª e 4ª séries), um período de pausas e recomeços aos 15 anos, quando decidiu começar a trabalhar, o que comprometeu sua frequência e ânimo com os estudos, e por fim um período no curso supletivo, quando finalmente

concluiu o ensino médio. Vitor contou que nunca foi muito aplicado aos estudos, se dedicando apenas o suficiente para não ser reprovado mantendo notas razoáveis, comportamento este que foi mantido também na faculdade. Os pais sempre foram exigentes com relação aos estudos, as tarefas escolares mal-feitas tinham sempre que ser refeitas, a caligrafia perfeita era sempre cobrada.

Vitor conheceu a FZP por meio de um primo que lá estudava e lhe contou sobre a faculdade. Esse primeiro contato não despertou o interesse do rapaz que só algum tempo depois, estimulado por uma namorada que tinha vários amigos estudantes da FZP, decidiu conhecer a faculdade e participar do processo seletivo. O valor da mensalidade na época foi um atrativo, mas não o principal item de decisão na escolha da faculdade. Segundo Vitor, o que o fez optar pela FZP entre todas as faculdades privadas onde tinha sido aprovado no processo seletivo, foi a sensação de coletividade que para ele não existiria em nenhuma outra instituição de ensino. *“Lá é uma família”*, é assim que Vitor definiu o ambiente da FZP.

Antes de iniciar sua graduação, Vitor já participava do Movimento Negro por meio de instituições como o Educafro, a própria Afrobras e da Parada Negra além de organizações culturais como as Escolas de Samba. Durante a entrevista, ele se classificou como um militante, mas sem vínculos e sem estabelecer uma frequência constante em atividades de militância.

O interesse de Vitor pela temática racial teve início por volta dos 14 anos de idade quando, segundo ele, *“aflorou a sua negritude”*. Nessa época, Vitor começou a ouvir as músicas do grupo de Rap Racionais MC's, a frequentar festas e clubes negros como o Clube da Cidade e a escola de samba Peruche na zona norte de São Paulo. Seus amigos na época da entrevista eram na maioria negros.

Vitor disse não se lembrar de alguma situação em que foi abertamente discriminado por sua cor ou raça, apesar disso garantiu ter identificado as situações nas quais essa questão foi determinante para a forma como foi tratado: *“Para mim eu não me lembro, acho que não. Para mim é meio que por debaixo dos panos, nunca passei por nada direto, mas você nota, mesmo com a polícia”*. Disse conhecer casos de pessoas próximas em que a discriminação racial foi claramente verbalizada e se preocupar muito com a maneira como suas filhas – também negras – serão tratadas, por isso, procura orientá-las nesse sentido.

Quando a entrevista foi realizada Vitor coordenava um projeto de resgate do samba, do carnaval de rua e das rodas de samba em São Paulo. O projeto, criado em parceria com outros alunos da FZP, oferecia aulas de percussão e musicalidade para todos os interessados e realizava ensaios aos sábados pela manhã no prédio da FZP

Caio

Filho de um carteiro e uma auxiliar de enfermagem aposentados, quando entrevistado Caio cursava o 5º semestre de Direito. Aos 24 anos, morava com os pais e uma das duas irmãs mais velhas em um conjunto habitacional na zona leste de São Paulo, estagiário em um escritório de advocacia, contribuía para a renda familiar de seis salários mínimos com a bolsa que recebia.

Bastante religioso, Caio disse já ter frequentado diversas igrejas e cultos (católica, “mesa branca”, “kardecista”), e naquele momento frequentava com a família a igreja evangélica Paz e Vida, mas preferia não se denominar “evangélico” e sim cristão. Estava noivo e pretendia se casar assim que concluísse a graduação. Sua noiva é umbandista, mas segundo Caio a diferença religiosa não interferia na relação.

Tinha a música como *hobby* e, como complemento de renda, aos finais de semana costumava tocar MPB em festas e barzinhos com uma pequena banda. Antes de estudar na FZP, cursou por dois anos Direito em outra faculdade privada, onde não se sentia confortável por não se identificar com os colegas, praticamente todos brancos. Quando conheceu a FZP, decidiu se transferir. Caio disse que passava a maior parte do seu tempo livre na faculdade, muito em razão do seu cargo de presidente do Centro Acadêmico. Ali “se sente em casa”. Esta era a primeira experiência com movimentos sociais de Caio.

Estudante de escola pública até o fim do ensino fundamental, Caio viu sua vida mudar no ensino médio. Prestes a ingressar neste nível de ensino, seu pai soube que uma escola particular bastante conceituada no bairro do Tatuapé estava realizando processo seletivo para bolsas de estudos e Caio decidiu concorrer. Aprovado, começou a freqüentar a escola onde era o único aluno negro. Não tinha amigos no colégio e sofria com o preconceito que, para ele, era devido a sua cor e não a sua classe social ou ao fato de ser bolsista, pois essa não era uma condição

atípica no colégio que tinha 20% do corpo discente de alunos bolsistas. Apesar de não ter nenhuma referência negra no colégio, já que nem os faxineiros eram negros, e se sentir isolado a maior parte do tempo em que estudou ali – até fazer amizade com um aluno coreano que mal falava português -, acredita que foi uma experiência importante em sua vida, pois contextualizou o discurso da mãe sobre a discriminação racial que ouvia em casa:

Eu tentei fazer amizade com as pessoas, tentei ter relações com as pessoas, e assim que eu senti o preconceito com quem é negro, o preconceito de uma mulher que não gostava de negro, de um professor por não ter contato, eu não digo toda escola... até porque eles tinham que me respeitar, pois eu fiz por onde estar ali, mas se eu não tivesse me posicionado eu não teria chegado até o fim. - Caio

Ao mesmo tempo em que era vítima de discriminação racial na escola, Caio também sofria com o preconceito dos amigos do bairro que se incomodavam pelo fato de ele ter deixado a escola pública da comunidade e ido estudar em uma escola particular:

Não é que eles não aceitavam, mas tinha o outro lado... “ah ficou rico né?”, “foi para escola particular, virou boyzinho”. Então você é da periferia e tenta voltar para periferia sem tentar mostrar que você não é um cara de fora, e lá fora você tem que mostrar que é da periferia mas que veio para se manter. São dois mundos, foram uns 5 anos em que eu vivi em dois mundos, foi complicado, muitas vezes foi irônico, mas foi a minha vida... - Caio

Apesar das situações de preconceito, Caio nunca contou aos pais o que se passava na escola. Sabia que se sentiriam mal e acabariam por tirá-lo de lá, o que ele não queria já que sabia que o nível de ensino a que tinha acesso ali era superior ao dos colégios públicos de seu bairro.

Para Caio, essa experiência no ensino médio foi fundamental para construir a sua concepção do que é ser negro, o que ele definiu como uma necessidade de “se assumir sua posição enquanto negro na sociedade, respeito consigo próprio e superação de adversidades”.

Ana

A quinta entrevistada foi a jovem mãe Ana, moradora da zona leste de São Paulo, onde vive com a mãe e o filho de 3 anos. Após um namoro de três anos,

descobriu que estava grávida pouco depois de prestar o vestibular na FZP. Mesmo assim, não desistiu de estudar, ficando afastada por um semestre em licença maternidade. Não chegou a se casar com o pai do bebê, com quem já não se relacionava mais no momento da entrevista. Completam a família o pai de Ana, metalúrgico que após se aposentar mudou-se para o litoral da Bahia, e o irmão mais velho já casado e que também estudava na FZP. Tanto ele como Ana estavam cursando o 7º semestre de Administração.

Ana trabalhava há sete meses como auxiliar administrativa. Disse estar satisfeita com o emprego e fazia planos de permanecer nesta mesma vaga por mais algum tempo. Segundo ela, sua maior ambição era ter estabilidade no emprego. A mãe trabalhava como empregada doméstica e a renda familiar era de três salários mínimos. Ana se denominava evangélica, apesar de não freqüentar uma igreja específica.

Estudou sempre em escolas públicas. Depois de uma reprovação e quase expulsão na 2ª série – “época meio rebelde”- nunca mais “deu trabalho para a mãe” e se tornou uma boa aluna, passando a estudar em outra escola pública onde a mãe trabalhava como faxineira. No ensino fundamental II gostava muito das aulas de português e por também gostar de crianças sonhava em se formar em Pedagogia para em seguida abrir uma escola. No ensino médio fez curso técnico de administração em uma ETEC (Escola Técnica Estadual, vinculada ao Centro Paula Souza) e por isso decidiu seguir os estudos na mesma área na graduação, pois já tinha alguma experiência adquirida nos anos que trabalhou na pequena empresa do tio antes de se tornar mãe. Ao terminar o ensino médio, por falta de recursos para custear uma graduação em faculdade privada, acabou se vendo forçada a fazer uma pausa nos estudos. Alguns anos depois, por meio de uma amiga da família, líder comunitária envolvida com movimentos sociais e que conhecia o Projeto Educafro, conheceu o projeto da Faculdade Zumbi dos Palmares. Achou interessante, mas em dúvida sobre a qualidade do ensino e a durabilidade do projeto, não tomou nenhuma atitude. Tempos depois, um amigo ao visitá-la contou empolgado estar estudando na FZP, contou do dia a dia da faculdade e do valor da mensalidade, e este foi o detalhe que acendeu o interesse de Ana. Acompanhada do então namorado e do irmão, se inscreveu para o próximo processo seletivo. Os três aprovados, apenas

Ana e seu irmão se matricularam, o namorado preferiu tentar pela última vez a carreira de jogador de futebol.

Apesar de conhecer experiências próximas de discriminação racial, e de acreditar que a raça é bastante levada em consideração no momento de uma contratação de trabalho, para Ana o principal benefício social que a FZP poderia prover não é o atendimento a estudantes negros e sim o atendimento à população pobre. O enfoque na ideologia de comunidade e superação negras defendida pela faculdade era visto por Ana com certo exagero:

Parece aquela coisa de tribo indígena, que tem que ser uma reserva... Acho que não tem que ser assim... Eu achei bacana quando veio a Hillary Clinton, mas só falaram que a faculdade era voltada para o público negro. Não, não é só isso. É voltada também para o público de baixa renda, mas ninguém fala isso. Eles põem muito essa imagem de que negro é pobre. É isso que eu não gosto. A faculdade já tem um nome que atrai mais negros, então já basta, não precisa falar mais do que isso. Tem que falar que a faculdade é voltada para o público de baixa renda, mas as pessoas de fora já têm essa imagem de que aqui é só para negro, eles querem passar uma cultura, um conhecimento e as pessoas acabam confundindo. Eu acho que eles pegam muito isso de levantar a raça, de mostrar que negro tem poder, é uma coisa bacana, mas não é só isso. Tem muito mais coisas.

Durante toda a entrevista as falas de Ana transitaram entre as questões racial e de classe. Também na forma de classificar racialmente a si, seus parentes e amigos, o discurso de Ana se construiu com idas e vindas, nas quais o determinante racial ora era o fenótipo, ora eram aspectos subjetivos como a maneira de pensar ou agir.

Eu levo em consideração a cor, o cabelo. Eu tenho amigos brancos que eu considero negros porque têm o cabelo ruim, crespo mesmo. Se tem o nariz achatado, é negro, se tem a boca grossa, já era.. se você não é, você tem o pé lá na cozinha. Se você curte um sambinha ó! Pode puxar na sua genética que você tem algum pigmento negro aí. Eu não vou muito pela cor. Às vezes a pessoa é morena, mas ela mesma não se considera, eu vou mais pelas atitudes... Para mim é assim, se a pessoa passou de meio dia, tem o cabelo enrolado, tem o olho meio avermelhado, lábio carnudo, nariz um pouco achatado e curte um sambinha para mim já é negro. Pode até ser branco dos olhos verdes, mas se ouvir samba... já era.

Antes de se matricular na FZP, Ana nunca tinha entrado em contato com o debate sobre as diferenças raciais, nem em casa, nem na escola técnica em que era a única aluna negra da sala. Segundo ela, essa situação mudou depois de começar a estudar na FZP onde o tema se tornou frequente nas conversas com os amigos e professores.

4

O PERTENCIMENTO RACIAL REINVENTADO

A experiência da Faculdade Zumbi dos Palmares se processa em meio a uma teia de relações sociais na qual os aspectos raciais são cada vez mais evocados pela Academia e pela sociedade em geral para explicar e denunciar estruturas discriminatórias bastante consolidadas em nossa sociedade. Estas estruturas, por meio de vários mecanismos institucionais, mantêm os negros em posição de preterimento em relação à parcela branca da população. Com a perspectiva de mudar este contexto, o Movimento Negro tem agido em diferentes instâncias desenvolvendo ações que reconstruam, perante Estado e sociedade, a imagem de um cidadão negro com qualidades positivas compatíveis com os aspectos modernos da sociedade, um sujeito de direitos que busca a igualdade mesmo que para alcançá-la precise antes afirmar ainda mais a sua diferença.

Concomitante à mobilização das organizações negras, o crescimento econômico registrado no país, principalmente na última década, tem proporcionado algumas mudanças na vida cotidiana da população favorecendo outra forma de inclusão da população negra nos modos de produção e consumo capitalistas. A abertura de novos postos de trabalho e a facilitação do crédito financeiro potencializaram o poder de compra de uma parcela da população que, agora alçada ao patamar de consumidora, passa a vislumbrar de forma inédita a condição de cidadania plena⁵⁰. A dureza de uma situação na qual o acesso a direitos básicos está diretamente relacionado ao poder de consumo é um traço marcante de nossa sociedade que não pode ser ignorado quando tratamos de desigualdades raciais, pois há uma relação direta entre classe e raça que se mantém forte e contemporânea (GUIMARÃES, 2002; MUNANGA, 1999; TELLES, 2003;

⁵⁰ Não estou considerando cidadania e consumo como sinônimos. O consumo é um aspecto da cidadania em nossa sociedade que está relacionado ao acesso a bens e serviços que conferem qualidade de vida à população como: saúde, transporte, moradia, educação, etc..

HERINGER, 2002; COSTA, 2001; SANSONE, 2000). Considerar esses aspectos no debate sobre as desigualdades raciais é mais do que relevante pois

o mercado e o Estado não são apenas grandezas materiais regidas por critérios de eficácia formal, mas sim materializações de “concepções de mundo” com uma hierarquia material peculiar, [...] esta é a forma especificamente moderna de construir distinções sociais e de legitimá-las (SOUZA, 2005, p. 56)

Ao que parece, a inclusão da população negra nesta sociedade regida pelo mercado tem seguido dois caminhos paralelos: no primeiro a negritude, a cultura negra e o étnico, são apropriados pelo mercado e transformados em produtos destinados a atender uma demanda específica ou cativar uma clientela emergente ávida por consumir; e no segundo se mantêm as características de consumo influenciadas pela lógica de branqueamento, na qual o mercado tem uma cor – a branca – que é reforçada ou “emprestada” àqueles que consomem seus produtos. Essas duas perspectivas coexistem influenciando os processos de socialização⁵¹ de todos os indivíduos, que as absorvem de acordo com o momento específico em que se encontram no desenvolvimento de sua identidade racial.

Segundo Pereira (2002) enquanto construção histórica, a identidade racial negra no Brasil foi marcada por quatro momentos de afirmação impulsionados pelas ideologias vigentes em cada contexto. Esses momentos seriam a Abolição da Escravatura, a Semana de Arte Moderna, o início da atuação da Frente Negra Brasileira e o momento atual, definido pela atuação das organizações do Movimento Negro. Justamente a esta atuação do MN o IBGE atribui o aumento expressivo no número de pessoas que se declararam pretos e pardos nos dados censitários mais recentes. Este fenômeno de positivação da identidade negra pode ser notado desde o final da década de 1990 e tem se acentuado com o passar dos anos. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais 2010 (IBGE) entre os anos de 1999 e 2009, o percentual de pretos na população brasileira aumentou de 5,4% para 6,9% e os pardos que antes representavam 40% da população já somam 44,2%. Com isso a população negra no Brasil alcança 51,1%, enquanto a população branca diminui de 54% para 48,2% no mesmo período.

⁵¹ Segundo Grigorowitschs, “‘processos de socialização’, no plural, e não no singular, e nem simplesmente “socialização”, é uma concepção extraída de Simmel que deriva do seu entendimento de *processos sociais*, que, pensados no plural, enfatizam o caráter de mobilidade e dinâmica das interações sociais” (GRIGOROWITSCHS, 2008, p.37).

A soma dos fatores crescimento econômico, valorização social da identidade negra e políticas de ação afirmativa tem definido um contexto diferenciado para as relações raciais no país na última década, como pudemos acompanhar até aqui. Ademais de toda influência que este contexto possa ter na vida dos negros em geral, os alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares somam ainda a condição de participar de um projeto em que esses fatores são aglutinados e potencializados o que, como foi possível constatar durante as visitas de campo e entrevistas, exerce considerável pressão sobre a maneira como esses alunos assimilam a sua realidade e moldam a sua identidade racial para então construir um pertencimento racial que dialogará diretamente com o contexto social mais amplo.

4.1. As bases do pertencimento racial dos alunos da FZP

A FZP tem bem definido dentro de seu plano pedagógico e institucional um projeto de negro que, no seu dia a dia, precisa ser conciliado com as centenas de projetos e expectativas pessoais e sociais de seus alunos, cada um construído a partir de uma série de experiências e que se encontram em um momento específico de entendimento sobre a sua condição de negro perante si mesmo e perante a sociedade. Cada um dos alunos entrevistados durante esta pesquisa se encontrava em um momento particular de autodefinição de sua identidade e pertencimento racial. Alguns mais assumidamente negros, com uma maior elaboração e verbalização de suas concepções e do que os tornam negros, como Daniel e Vitor

Então, não gosto nem de ouvir falar “eu sou moreno”, eu nem gosto. Acho que teria que ter uma mudança no contexto da vida dessa pessoa para ela começar a dizer “sou negro e está ótimo, não tem um problema nisso”. Só que hoje não tem como eu chegar para uma pessoa dessa e falar que ela tem que se assumir como negra se a imagem do negro para ela é depreciada, se ela vê o negro numa posição inferior. Ninguém quer estar em uma posição inferior. Então para ela é mais confortável falar que ela é morena. [...] Para mim vai muito da idéia. Eu particularmente não me vejo como negro pelo meu tom de pele, eu busco toda a história que tem por trás de mim. Eu me vejo mais pelas idéias que eu sigo, é mais pela minha cabeça, não é muito pelo tom de pele, não. Acho que minha família toda também pensaria assim, acho que eles têm essa politização. – Daniel

Eu acho que sim, acho que a informação está chegando melhor para nós, mesmo que eles tentem vetar o muro está furando, está quebrando, não tem jeito, não tem o que fazer para não cair e ficar o resto da vida. Nada disso vai ser eterno. – Vitor [sobre a luta contra discriminação racial]

Outros um pouco reticentes, vivendo um processo de descoberta, reconhecendo por meio da convivência com os colegas da FZP a positividade da sua estética negra. Este processo, que não é linear, destaca-se na fala das alunas Ana e Carla, que mesclam a defesa de sua identidade negra com a utilização de expressões conhecidamente racistas, o que provavelmente nos indica muito mais sobre as experiências de socialização e identificação racial que elas tiveram ao longo da vida, do que um preconceito ou uma rejeição à figura negra.

Quando eu usava trança eu tinha uns 9, 10 anos até os 14 anos. Eu fazia aquelas tranças enraizadas ou então deixava soltas e colocava uns tererês. Era minha madrinha que fazia, então andei sempre muito de trança. Depois andei bastante de escova e teve a época que comecei a andar com o cabelo enrolado assim e não parei mais.[...] Eu achava que meu cabelo ficava mais bonito. Mas depois que ele começou a ficar um encaracolado [quando ela entrou na faculdade] bem mais bonito assim, aí eu fui criando essa identidade, daí dava para colocar presilha, lenço no cabelo, ficava super bonito. – Carla

[...] Então fez essa mistura, eu vim com a cor da minha mãe e o cabelo do meu pai, meu irmão já veio um pouco mais claro com o cabelo um pouco... um pouco não, bem melhor. [...] Eu tenho amigos brancos que eu considero negros porque têm o cabelo ruim, crespo mesmo. Se tem o nariz achatado, é negro, se tem a boca grossa, já era. Se você não é, você tem o “pé lá na cozinha”. [...] Para mim é assim, se a pessoa passou do meio dia, tem o cabelo enrolado, tem o olho meio avermelhado, lábio carnudo, nariz um pouco achatado e curte um sambinha para mim já é negro. – Ana

E outros construindo estratégias de enfrentamento à trama de preconceitos de classe e raça e buscando o seu direito à cidadania, como foi o caso do Caio

[...] O máximo que eu posso fazer é manter uma posição, então é assim: ainda existe preconceito, existe uma máscara, às vezes ele é explícito, às vezes não é, depende muito. Depende também da atitude que eu vou tomar, eu poderia me revoltar e quebrar as coisas, e muita gente espera que a gente faça isso, ou simplesmente eu posso agir com tudo que eu aprendi na minha vida, posso pegar tudo que eu aprendi na Zumbi e usar isso ao meu favor, usar com o poder da justiça. Posso me posicionar de uma maneira que no fundo eu acho totalmente errada, por exemplo, sendo eu um promotor de

justiça e seja parado pela polícia e receba, antes de me identificar como tal, perceba piadas e comentários maldosos e depois eu apresento um documento que me identifique como uma pessoa que represente o Estado em um cargo importante. É automático que esse policial vá mudar o comportamento dele. Eu acho isso ridículo porque vou ter que apelar para minha função para mostrar que eu sou um cidadão? Isso não deve existir, eu não preciso dizer quem eu sou para você me respeitar. Tem que respeitar independente de quem eu sou. – Caio

A forma como o projeto da FZP foi elaborado e vem sendo desenvolvido privilegia alguns aspectos que na fala dos alunos entrevistados foram também apontados como peças chave na construção do pertencimento racial. Essa correlação nos deu pistas sobre em que medida os alunos entrevistados e a instituição alinham suas expectativas e concepções.

Apesar de tanto a direção da faculdade quanto a sua ONG mantenedora terem vínculos com o Movimento Negro e com partidos e personalidades políticas, o aspecto de militância em partidos e grupos do próprio MN não foi considerado relevante pelos alunos, e tampouco evidenciou ser interesse do projeto da FZP estimular esta participação entre os alunos.

A gente não acha que em um semestre o aluno vai levantar uma bandeira, não estamos aqui para formar militantes. O aluno vem aqui para estudar, esse é nosso ponto de vista, nós brigamos por isso. Somos cobrados como qualquer instituição, o MEC não quer saber se temos 95% de alunos negros. O nosso aluno tem que ir bem no mercado, ir bem no ENADE. Temos como pano de fundo essa preocupação [racial], mas não pode ser a nossa única bandeira, porque amanhã no mercado... - Profa. Lina Moreira (FZP)

A orientação familiar, a sociabilidade no bairro e na escola e a mídia em geral, episódios de discriminação e preconceito e as estratégias de superação para essas situações estiveram presentes, em diferentes medidas, em todas as narrativas como subsídios fundamentais para a elaboração das identidades raciais de cada um, mas no que tange ao pertencimento racial – entendido aqui como o comprometimento com uma ideia de sujeito e de sociedade – procurou-se por elementos de intersecção que trouxessem o que havia de comum entre os depoimentos dos alunos entrevistados e o projeto de negro da FZP. Os elementos estruturantes destacados neste processo que aprofundarei separadamente a seguir foram: 1. a

questão do trabalho enquanto meio para ascensão e inserção social e; 2. a cultura negra como expressão de unidade identitária.

4.1.1 Trabalho como empoderador racial

a literatura sociológica que trata das diferenças socioeconômicas por cor no Brasil aponta para a existência de um processo de acumulação de desvantagens [...], além disso, parece claro que no Brasil de hoje o núcleo das desvantagens que pretos e pardos parecem sofrer se localiza no processo de aquisição educacional – Carlos Hasenbalg em entrevista a Antonio Sergio Guimarães (GUIMARÃES, 2006b, p.266)

As desigualdades educacionais consideradas por Hasenbalg como o núcleo do ciclo cumulativo de desvantagens a que estão submetidos os negros, reverberam em todas as demais instâncias da vida produtiva desses indivíduos, estabelecendo uma relação direta com trabalho e renda. Dados concentrados tabulados pelo LAESER⁵² a partir dos microdados coletados nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre para a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, indicaram que em maio de 2010 o rendimento médio recebido pela população branca economicamente ativa foi de R\$ 1.793,87 enquanto o rendimento da população negra economicamente ativa foi de R\$ 954,97, ou seja, a população negra recebeu um rendimento 87,8% menor do que aquele recebido pela população branca. Trata-se de uma diferença bastante considerável que, em parte, poderia ser justificada pelas diferenças de formação e pelos cargos geralmente ocupados por negros e brancos no mercado de trabalho, porém mesmo quando os dados consideram a escolaridade, analisando grupos brancos e negros com o mesmo número de anos de estudo, ainda se constata que os rendimentos de pretos e pardos são, no geral, 40% menores (PNAD, 2009)

No quadro atual da economia brasileira, os postos de trabalho demandam formação e especialização dos trabalhadores na mesma proporção em que avançam as tecnologias de produção e de circulação de mercadorias. A ocupação desses postos fica condicionada, antes de tudo, à formação desses trabalhadores e é neste momento que, concretamente, as desigualdades vivenciadas durante toda a vida escolar dos negros entram em um novo ciclo de repetições. A formação deficiente

⁵² Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais das Relações Raciais, Instituto de Economia- URFJ; Boletim Tempo em Curso Ano II; Vol. 2; nº 7, Julho, 2010.

recebida ao longo da trajetória escolar restringe as possibilidades de trabalho da população negra concentrando-a em empregos menos qualificados e que conseqüentemente tem menor rendimento.

Eu trabalhei no banco e agora trabalho em uma multinacional e não tem negros. Eu estou trabalhando há oito meses lá e devo ter visto uns oito ou dez negros no máximo que trabalham lá. E tem muita gente. Estou falando da empresa em geral, tanto outras áreas e não tem. – Daniel

O tipo de trabalho, além da renda, também proporciona *status* e um grau de poder a quem o exerce. Segundo a PNAD 2009 enquanto 6,1% dos brancos são empregadores apenas 1,7% dos pretos e 2,8% dos pardos estão na mesma categoria. Quando analisamos a proporção de trabalhadores com emprego formal observamos que são os pretos e pardos a maioria dos empregados sem registro em carteira e também a maioria dos empregados domésticos (SIS, 2010).

Nas melhores empresas as provas são mais difíceis. Eu vejo esse retardo em termos de educação. No banco só entra como estagiário e para você fazer estágio tem que estar na faculdade. Fora os 20 [alunos] da faculdade [FZP] eu não vi mais nenhum. - Daniel

Durante a ascensão profissional, mesmo ultrapassada a barreira da formação, a população negra ainda encontra dificuldade em ocupar melhores postos de trabalho, pois outros requisitos acabam sendo considerados, deixando os negros em situação de desvantagem.

As estatísticas demonstram que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso (a herança do passado), mas que em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somam-se novas discriminações que aumentam tal desvantagem. Ou seja, as estatísticas demonstram que a desvantagem dos negros não é apenas decorrente do passado, mas é ampliada no tempo presente, através de discriminações. (GUIMARÃES, 2002, p.67)

Para Guimarães (2002, p.67), o fato das discriminações não serem explícitas dificulta a identificação do fator racial, “diluído em uma série de características pessoais”, como principal empecilho na contratação de pessoas negras, mas não impede que os sujeitos, atentos à situação, percebam a maneira como essa discriminação se processa.

Lógico que faz [diferença]! Se o meu currículo estiver bom e de uma pessoa branca estiver a mesma coisa que o meu, se o desempenho for igual eu não acho que eu entre...Eu acho que a sociedade faz isso, e eu nem sei se é só um racismo, um preconceito, mas já está inserido na sociedade, acho que as pessoas fazem até involuntariamente, já faz parte do RH [recursos humanos]. Por que ele [branco] pode chegar para ver um emprego de moicano e eu não posso ir de trança? De trança eu sou mal visto. Ah, então eu fico com cara de bandido? Ok, mas ele de moicano, cabelo liso espetado, pode? Então negro só não fica mal visto se for artista ou jogador? O Robinho [jogador de futebol] é lindo de moicano né? Mas eu se for procurar um emprego na minha área de moicano não rola. - Vitor

Isso eu tenho praticamente certeza. Já senti. As pessoas nunca falam... Se você estiver com o cabelo feito escova você vai ser um pouco mais aceito. Essa empresa que eu fui fazer a entrevista com o cabelo trançado, um rabo de cavalo, e com lã azul?! Quando a menina me ligou para ir fazer a entrevista eu pensei “meu, não vou tirar a minha trança, eu fiz ontem, não vou de jeito nenhum”, daí eu cheguei em casa, fiz uma oração e fui. Passou uma semana, duas e ela não ligou, na terceira ela ligou, mas queria que eu fosse no mesmo dia, porque ela tinha arrumado um estágio na USP e ia começar na segunda-feira, então ela teria um dia para passar todas as coisas para mim. Foi só por isso que ela me ligou. Eu sinto que faz uma diferença viu. Você vê a cara da pessoa, tem gente que não consegue disfarçar. Faz muita diferença. - Ana

Os trechos acima denotam que os entrevistados não estão alheios às práticas de racismo no mercado profissional e percebem que mesmo com a equiparação das competências por meio da formação escolar entre negros e brancos, a justificativa para a pouca aceitação de profissionais negros recai sobre o último requisito não preenchido: a “boa aparência”, critério bastante subjetivo que faz parte do imaginário popular como uma referência a pessoas de pele clara e cabelos lisos, em uma total rejeição ao corpo negro.

[...] no caso brasileiro o corpo da pessoa também se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa. (SANTOS, 2000, p.2-3)

Além do pretexto da “boa aparência”, outro obstáculo na trajetória dos negros universitários é o renome da instituição de ensino onde estudam, pois muitos

empregadores consideram este um fator decisivo de contratação. As universidades tidas como de prestígio são justamente as instituições públicas que, devido à quantidade restrita de vagas e o modelo de seleção utilizado, menos recebem estudantes negros. Com isso retornamos ao início da discussão, em que os negros por terem uma escolarização básica de menor qualidade acabam não tendo condições de concorrer em pé de igualdade com outros candidatos oriundos de escolas particulares e cursinhos pré-vestibular. Algumas poucas instituições privadas compõem a lista de instituições *top*, porém essas também se encontram fora do alcance para a maioria dos estudantes negros, pois são instituições consideradas de elite, ficam em grandes centros urbanos e cobram taxas e mensalidades fora da realidade orçamentária de boa parte não só da população negra como da população brasileira como um todo.

A FZP reconhece essa situação e tenta amenizá-la ao definir como uma das bases de seu projeto a parceria com empresas de grande porte para a implementação de programas de estágios nos quais seus alunos possam não só realizar atividades relacionadas à profissão que escolheram como também se inserir no mercado de trabalho atuando nas suas respectivas áreas de formação. Segundo a Profa. Lina Moreira, esta é uma maneira que a FZP encontrou de desconstruir paulatinamente o preconceito que o mercado apresenta contra o profissional negro. Neste sentido as maiores parcerias para estágios estabelecidas pela FZP são com empresas do setor bancário⁵³, que realizam seleções específicas entre os alunos da faculdade. Ao final do período de estágio existe a possibilidade de que esses alunos sejam efetivados na empresa, o que, de acordo com a Profa. Lina, tem ocorrido com uma freqüência positiva ao longo da existência da FZP.

Para muitos alunos, as perspectivas de trabalho abertas por esses estágios estão muito além das possibilidades de ascensão social e profissional de seus familiares o que, segundo a Profa. Lina Moreira, tem sido a causa de alguns conflitos entre alunos e seus familiares e amigos. No núcleo de apoio psicológico criado para atender aos alunos da faculdade são vários os casos de queixas sobre a falta de apoio familiar e dos amigos de infância e do bairro, que teriam se afastado após o início da graduação e dos estágios. Segundo a professora, esses alunos se sentem divididos entre a possibilidade de ascensão que se apresenta juntamente com um

⁵³ Os alunos que fazem estágios em bancos e multinacionais são do curso de Administração. Para os alunos de Direito e de Pedagogia a FZP está negociando parcerias com órgãos públicos

novo círculo de amizades, novas formas de lazer e, às vezes com a ascensão financeira, até mesmo um novo local de moradia, e o círculo de sociabilidade a que já estavam acostumados, com os amigos do bairro que, geralmente, possuem trajetórias de vida muito mais próximas entre si.

O serviço de apoio psicológico da FZP, de acordo com informações coletadas junto a Profa. Lina Moreira, oferece consultas individuais e, uma vez por mês, são realizados encontros abertos à participação de todos os alunos interessados em discutir assuntos relacionados à suas vidas profissional, pessoal e acadêmica. Nos murais da faculdade cartazes de divulgação convidam os alunos para os encontros com os seguintes dizeres: *“A empresa onde você trabalha tem programa de diversidade, mas não aceita seu black power?”*, *“Você trabalha no banco e seus amigos e família acham que você é banqueiro? Seus amigos te chamam de ‘mauricinho’ e não te convidam mais para os programas?”*, *“Não passe sozinho por esses dilemas. A Faculdade Zumbi dos Palmares dispõe de profissionais altamente qualificados para auxiliá-los”*. A existência desse serviço demonstra o quanto essas questões são comuns àqueles alunos e indicam também mudanças na maneira como eles estão organizando seu pertencimento racial a partir de um outro modelo de sujeito negro que, pelo visto, difere do modelo padrão das comunidades onde vivem.

Sotero (2011), em pesquisa realizada com universitários negros na cidade de Salvador, também constatou o distanciamento entre alunos e suas famílias durante este processo de aquisição de *status* educacional e profissional e destacou o ingresso no mercado de trabalho como marcador importante dessa fase. A autonomização de *status* é uma das fases do esquema analítico proposto por Nelson do Valle Silva (2003) para explicar a reprodução das desigualdades através dos ciclos de vida. Tanto os alunos pesquisados por Sotero quanto os alunos que foram objeto desta pesquisa se encontram justamente em uma fase em que, incisivamente, rompem com a estrutura de reprodução perpetuada em sua origem familiar.

Esse modelo de cidadão negro com que os alunos passam a interagir através do projeto da Faculdade Zumbi dos Palmares está institucionalmente bem definido e traz aspectos muito próximos ao que, nesta pesquisa, conceituamos como pertencimento racial.

A nossa preocupação é formar alguém que tenha essa visão de quem tem que ajudar o outro, quem tem que dar oportunidade. Não é criar coitadinhos, é dar a chance para mostrar que é capaz. Se você está em um programa de estágio no banco tal, que a seleção foi feita exclusivamente na Zumbi e você passou porque estamos te dando uma oportunidade, então quando você estiver lá, se você mostrar que você é capaz, você tem que repetir essa mesma proposta, você tem que ter essa consciência de que não é prazeroso, não é orgulho para ninguém entrar por uma política de ação afirmativa, mas para que isso não aconteça mais, alguém vai ter que sofrer primeiro para que os outros não sofram, para que os outros vejam que dá para chegar lá sim, que é possível fazer escolhas, quem tem que fazer sacrifícios. São essas características, eles [alunos] são colocados nessa situação onde eles têm que fazer acontecer. [...] Ninguém nasce líder, a gente pode até formar líderes, mas eles têm que querer. E nem todo mundo quer, ser chefe dá trabalho, toma tempo, tem muita responsabilidade. Mas se nossos alunos quiserem eles poderão ser líderes. Nem tudo que conseguimos oferecer aqui os alunos conseguem aproveitar, porque eles trabalham e estudam, então exige muito esforço, eles têm que querer muito incluir isso na vida deles. profa. Lina Moreira – FZP

No trecho acima, fica clara a noção de comprometimento com um projeto de sociedade em longo prazo, no qual as mudanças têm que ser iniciadas por alguém em algum momento e, neste caso, a FZP acredita estar formando seus alunos para serem precursores neste sentido. Nem todos os alunos da FZP respondem a esta expectativa, pois, como destacou a professora entrevistada, isso requer uma condição de liderança alcançada por poucos alunos ainda, mas foi possível perceber através dos depoimentos colhidos que, mesmo aqueles que não reproduzem tão fielmente a ideologia da faculdade - como Daniel - reconhecem que os obstáculos não se encerram com a conquista do diploma universitário, pois o mercado de trabalho é ainda afetado pelo preconceito. E esta é uma questão que pareceu preocupar todos os alunos entrevistados.

Ela (FZP) abriu portas para muita gente. Eu mesmo se não estivesse aqui, nessa faculdade, não sei se eu estaria bem como estou hoje. E a maioria dos meus amigos da faculdade são bancários. Não sei se eles teriam essa oportunidade e se tivessem vindo de outro lugar não iam ter a mesma ideia que a gente tem de que dentro da empresa tem que fazer a diferença - Daniel

A ênfase dada à questão do trabalho dentro do projeto da Faculdade Zumbi dos Palmares enquanto elemento estruturante do pertencimento racial dos alunos, denota certa dualidade na perspectiva da instituição, pois ao mesmo tempo em que

defende a ideia de sucesso e ascensão social como resultado do esforço individual também prega a necessidade de união entre os negros enquanto grupo com características e objetivos comuns na reivindicação, perante Estado e sociedade, de medidas que corrijam – ou ao menos atenuem – injustiças sociais históricas. É certo que são posicionamentos que não se contrapõem em seu objetivo principal de buscar a cidadania plena dos negros na sociedade, mas são posicionamentos habitualmente defendidos por dois grupos distintos: um que defende as cotas como medida de reparação social e outro que defende a meritocracia como forma de justiça social.

Dessa forma a FZP parece, em muitos momentos, raciocinar sob uma lógica neoliberal de auto-regulação da sociedade, na qual o poder de consumo garantirá – ou ao menos potencializará – uma participação mais igualitária do negro. Neste caso a solidariedade característica do pertencimento racial como o entendemos neste trabalho parece existir como um amálgama que mantém a coesão enquanto grupo racial, fazendo um contraponto ao individualismo peculiar à lógica neoliberal, criando assim uma dinâmica que trabalha com a questão do negro na intersecção dessas duas frentes de ação: indivíduo e grupo. Esta intersecção em que se localiza a estratégia de ação da FZP coloca os alunos numa encruzilhada, no centro de uma contradição entre ascensão individual e luta pela cidadania coletiva, que, se seguramente ultrapassa os muros da FZP, é ali reforçada e reiterada.

4.1.2. Aspectos culturais como expressões raciais

O segundo elemento estruturante do pertencimento racial destacado a partir dos depoimentos tomados indica como, na percepção desses alunos, fatores culturais são expressões definidoras da identidade racial negra. Abaixo relaciono alguns trechos extraídos das entrevistas nos quais os alunos fazem referência a estes traços culturais, ainda que ao lado de outros elementos:

Acho que pela cor, pelo cabelo, pelos traços, por gostar das mesmas coisas que eu gostava, mais por isso. Gostar de bastante coisas assim voltadas para o mundo negro. - Carla

[...] para mim é assim, se a pessoa passou de meio dia, tem o cabelo enrolado, tem o olho meio avermelhado, lábio carnudo, nariz um pouco achatado e curte um sambinha, para mim já é negro. Pode até ser branco dos olhos verdes, mas se ouvir samba... já era - Ana

[pesquisadora] Seus pais falavam com os filhos sobre cor/raça?

Não... de forma indireta sim, [...] pela musicalidade, de por uma música mais antiga que eles [pais] lembrem, que curtiam no passado. Acho que isso já veio meio implícito e eu consegui absorver. [...] Eu sempre ouvi muito rap – foi outro item que ajudou a formar minha cabeça - e algumas letras já pregavam essa autoafirmação. Eu ouvia a música e isso me ajudou a externar. - Daniel

Ser negro é... eu acho que é saber da nossa cultura, desde o tempo que a grande maioria veio de Angola. Eu não sei da onde é minha ancestralidade, mas... é saber da história, da cultura, do povo, dos costumes e gostar disso, gostar de ser negro, gostar de ter beijo, gostar do cabelo que tem, da pele, e nem por isso se achar menor do que qualquer outra etnia, pelo contrario, é achar que você está lindo igual ou mais que eles. Acho que é por ai. - Vitor

Eu não digo que eu sou negro porque eu sou negro, eu sou negro por origem. Até porque para muitos negros eu não sou porque não sou da religião de matriz africana. Então eu levo em consideração a origem, a família, os costumes, é claro não levo em consideração a religião porque acho que isso é uma questão individual, e também não levo em consideração as misturas de raças porque isso é uma questão de sentimento, cada um escolhe seu companheiro ou sua companheira, melhor não se envolver nesse sentido. É mais a família e os costumes. - Caio

Como é possível observar, em todos os trechos acima os entrevistados mesclaram elementos culturais e características fenotípicas para descreverem como processam a auto e hetero classificação racial. Essa relação entre expressões culturais e afirmação da identidade negra, foi constatada em outras pesquisas que tiveram como objeto de estudo universitários ou jovens negros (ANDRADE, 1996; BARCELLOS, 2006) e também em uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2008 e divulgada em 2011 sobre as características étnicorraciais da população em seis Estados brasileiros, que apontou a tradição e cultura como uma das principais dimensões pelas quais as pessoas com mais de 15 anos definem a própria cor ou raça, independente de qual seja.

Ao analisar as diversas estratégias de luta empreendidas pelo Movimento Negro brasileiro entre os anos de 1889 e 2000, Domingues (2007) identifica que a relação com a cultura negra se deu de diferentes formas ao longo da história. Em um primeiro momento, até o final da década de 1930, a relação entre a cultura negra e o MN era de distanciamento. Na fase seguinte, até meados da década de 1960, enquanto o MN passava por um período de desarticulação encontrando pouco apoio político para a sustentação de sua causa, as formas de expressão cultural foram

utilizadas para sensibilizar a sociedade brasileira sobre as questões negras. Nesta época surgiram vários coletivos culturais como o Teatro Experimental do Negro e algumas escolas de samba e, na busca pela construção de uma legitimidade cultural brasileira, houve uma valorização de vários elementos culturais negros que foram então incorporados a um espectro cultural nacional. A partir da terceira fase – fim da década de 1970 até anos 2000 – o MN se reorganizou e nessa sua nova atuação as expressões culturais negras passaram a ter papel fundamental, pois foi em torno delas que o movimento redefiniu a sua ideia de negro e negritude.

Na sua retórica contra as desigualdades raciais, os movimentos negros organizados enfatizam, entre outros, a reconstrução de sua identidade racial e cultural como plataforma mobilizadora no caminho da conquista de sua plena cidadania. (MUNANGA, 1999 ,p.15-16)

Alguns alunos entrevistados relataram que já percebiam em seus pais e familiares mais velhos a utilização da cultura como modulador da identidade, o que coincide com o período deste reavivamento do MN nas décadas de 1970 e 1980

Eu tenho para mim que ele [pai] se denomina negro, eu nunca questionei ele, mas vendo fotos do passado, ele usava cabelo *black*, *baby look*, não tinha nem o que questionar, ele se vestia a caráter, era *baby look*, calça boca de sino, aquele cabelo *black* com a costeleta que ia até o pescoço, pente de garfo em casa tinha vários. Eu penteava muito meu cabelo com eles, não sei que graça que eu via. – Ana

Eu sabia que eu era negro pela atitude deles [pais]. Aqui em casa sempre foi uma casa de festas, de festa negra, o bairro é um bairro negro, o que eles curtiam. O jeito de andar, o cabelo, pela minha mãe ser cabeleireira, por minha mãe ter nove irmãos, com ela dez, e ter aquela negaiada toda, então não tinha como. [...] Meu pai sempre foi de escola de samba, ele era da Vai-Vai, e minha mãe acompanhava, mas ela nunca desfilou, é uma coisa que vem desde a barriga já. E le ia tocar e ela ficava ali do lado. Daí com 1 ano, 2, 3, 4 ele ia tocar e eu acompanhava, via os ensaios. E o rap é uma coisa que veio. Como eu peguei os bailes de dentro de casa, do pessoal de casa, só foi mudando o nome do gênero musical. Antes eles curtiam samba-rock, curtiam swing, ai minha tia que era a irmã mais nova... eles deixaram de fazer festa e ela começou a fazer a dela, ai passou para o funk, do funk já passou para o rap e já começou a pegar mais ou menos eu, então só foi mudando, mas sempre para o lado black. - Vitor

A esta divisão proposta por Domingues, eu acrescentaria uma quarta fase, iniciada nos anos 2000 e que segue até hoje. Nesta quarta fase o marcador

diferencial seriam as possibilidades de interlocução, intercâmbio e divulgação de informações por meio da internet e suas redes sociais. Essas facilidades têm impactado principalmente na influência cultural recebida de outros países, com destaque para a cultura negra norte-americana.

Ao analisar as entrevistas, ficou bastante claro o quanto é importante para os alunos e para a FZP a sustentação cultural das suas concepções e expectativas, porém com uma observação um pouco mais detida surgiu o questionamento sobre o que de fato seria essa cultura negra tão destacada por eles. As atividades culturais promovidas pela FZP contam com a participação de atores negros brasileiros e norte-americanos, frequentemente são realizadas oficinas de samba, percussão e capoeira, e há alguns anos a FZP conta com um coral negro (no estilo dos corais das igrejas negras norte-americanas) que se apresenta em eventos oficiais e um corpo de baile composto por alunos participantes do curso de dança (samba rock). Em eventos festivos da FZP e da ONG mantenedora são convidadas escolas de samba e músicos negros dos gêneros hip-hop/rap, samba e pagode e alguns alunos vêm com algum incômodo certa padronização no tipo de cultura promovida sob a legenda de cultura negra pela faculdade

Parece aquela coisa de tribo indígena, que tem que ser uma reserva... Acho que não tem que ser assim. Quem vem fazer show aqui? Só pessoas negras. Você não vê eles convidando uma Luiza Possi – tudo bem que não é a cara do povo – mas só vem o Simonal que é negro, a Paula Lima que é negra, a bateria da Vai-Vai que tem 90% negros e esses 90% estudam aqui. Para mim não tem diferença sabe. É claro que a gente gosta, mas para mim não tem diferença. – Ana.

Quando Ana diz que determinado artista não é convidado por não ser a “cara do povo” nos leva a pensar em qual seria essa “cara”, qual é este negro que está sendo representado nas expressões culturais destacadas pelos alunos entrevistados? Por que, como frisou a Profa. Lina Moreira em seu depoimento

Existem várias tribos dentro da Zumbi: o pessoal da umbanda, o pessoal do rap, do samba, os evangélicos, o pessoal que alisa o cabelo, os radicais que são contra alisar o cabelo... Entre eles o debate é intenso sobre qual a maneira correta de expressar e vivenciar sua negritude.

O fato é que não existe um consenso dentro ou fora da FZP de qual a maneira mais ou menos legítima de expressar a negritude, que é um constructo mutável que carece sempre de contextualização. Pelo próprio modo como se deu a formação social e cultural brasileira é impossível estabelecer limites rígidos como em outras sociedades com divisões étnicorraciais mais acentuadas, que definam quais e em que proporção são as origens culturais que compõem a cultura popular brasileira. Por esse motivo a expressão “cultura negra” é considerada uma categoria nativa, ou seja, uma categoria que tem sentido no mundo prático e precisa sempre ser entendida dentro de determinados limites históricos, sociais, econômicos e até mesmo geográficos. O entendimento do que engloba a cultura negra brasileira (ou afrobrasileira) nos Estados da Bahia e de São Paulo, por exemplo, pode apresentar consideráveis diferenças que vão se refletir tanto na forma como ela é utilizada pelo Movimento Negro quanto na forma como ela vai ser assimilada e consumida pela população negra daquele local.

Com base nas pesquisas de Lívio Sansone (2000; 2007) é possível perceber que na Bahia a cultura negra se manteve mais próxima de uma tradição africana, bastante focada nos rituais (principalmente religiosos), na cor e no corpo negro e devido a essa proximidade com a cultura africana (original ou reinventada), o Estado da Bahia tem se mantido como um pólo exportador de “cultura negra” não só para o restante do Brasil – onde é veiculada como “cultura baiana”- como também para o exterior. Já em São Paulo essa relação com a matriz africana é mais rarefeita, são poucos os grupos culturais que se esforçam neste sentido, e o principal elemento cultural a compor a cultura negra paulista é, sem dúvida, a música nas suas mais variadas concepções. Na região metropolitana de São Paulo a cena Hip Hop e as escolas de samba mais antigas têm uma força bastante representativa tanto na divulgação cultural quanto como organização social, principalmente na periferia.

Apesar de conceito nativo e considerando essas diferenças regionais internas que caracterizam as diferentes culturas negras no Brasil, a definição construída por Sansone surge como a que melhor explica o que foi observado na FZP. Segundo ele

[...] convém considerar a cultura negra como uma subcultura ocidental, muitas vezes quase submergida na cultura popular ou numa determinada cultura de classe baixa: ela não é fixa nem completamente abrangente e resulta de um conjunto específico de

relações raciais, neste caso entre grupos racialmente definidos como “brancos” e “negros”. (SANSONE, 2007, p.23)

Ainda que alguns elementos culturais possam ser pinçados e destacados como elementos culturais negros, ao considerar de forma mais ampla o contexto da cultura popular brasileira percebe-se que, pela formação da sociedade brasileira tendo a miscigenação aliada à ideologia da democracia racial como forças motrizes na tentativa de conceber uma cultura legitimamente brasileira, houve uma diluição das diferenças culturais por raça, que acabou por promover uma cultura híbrida que posteriormente foi alçada ao posto mais representativo da cultura nacional. Essa combinação foi tão bem sucedida que, diferentemente do que aconteceu nos EUA, não houve aqui a diferenciação de um estilo de vida que pudesse caracterizar antes mesmo da cor, classe ou qualquer outro traço fenotípico quem é negro e quem é branco. Aquilo que caracteriza a população brasileira no seu cotidiano é composto por atitudes idênticas para brancos e negros. A religiosidade, a estrutura familiar, a alimentação e a linguagem são exemplos de aspectos culturais que não distinguem *a priori* negros de brancos. Essa distinção cultural parece se manter atrelada à representação artística de cultura, principalmente se consideramos o contexto geográfico da cidade de São Paulo,. Segundo Telles (2003, p.321) ,“o caso brasileiro reflete como as distinções raciais não implicam, necessariamente, diferenças culturais” e essa ausência de distinções culturais explícitas configura um fenômeno ao qual Sansone (2007) denominou de “negritude sem etnicidade”, pois não se encontram aspectos proeminentes que possam estabelecer a cultura negra de maneira isolada (como uma cultura étnica) e diferenciada da cultura popular brasileira.

Essa dificuldade em destacar da cultura brasileira o que é étnico e negro circunscrevendo a cultura negra, tem uma implicação importante para as nossas relações raciais, porque alivia as tensões, alimentando a impressão de uma identidade nacional homogênea, racialmente falando, o que na vida prática acaba ajudando a enfraquecer “o potencial de solidariedade nos grupos raciais, conseguindo, assim, debilitar a base mais provável de mobilização para o combate ao racismo” (TELLES, 2003, p. 322).

Quando consideramos este último efeito, entendemos a estratégia de ação do Movimento Negro ao estimular a ideia de uma cultura negra, que retoma as origens

africanas de elementos culturais consolidadamente brasileiros, defendendo uma autenticidade negra (africana) e constituindo uma tradição que sirva não só como identificação, mas também como um laço comunitário que solidarize os negros na constituição de um grupo coeso, auto valorizado e forte o bastante para reivindicar suas demandas. Pois, como bem descreveu Parente, “uma política de identidade para unificar um grupo não se faz sem a fixação de determinadas representações culturais” (PARENTE, 2005, p.160).

Essa determinação incisiva da legitimidade cultural praticada por muitas correntes do MN brasileiro poderia até implicar em uma essencialização da experiência negra, e o fato da FZP unir sob a mesma denominação expressões tão diferentes quanto uma bateria de escola de samba e um coral gospel norte-americano, de certo modo, ilustraria essa essencialização, pois seria o mesmo que dizer que os negros e as culturas negras têm um cerne que, independente do contexto, os identifica como um grupo único. Porém, pelo observado durante esta pesquisa, as variadas expressões culturais vivenciadas pelos alunos e pela própria FZP não só se diferenciam como estão totalmente imersas em valores e estéticas modernas e globalizadas, fortemente impactadas pela **classe social** e pelo consumo, estabelecendo-se aqui um ponto central para o entendimento da cultura como base para a formação do pertencimento racial dos alunos da FZP.

Dentre todas as possibilidades de cultura negra existentes em nossa sociedade, a FZP fez escolhas deliberadas em relação àquela que mais se aproxima do modelo de negro que ela pretende difundir entre seus alunos, modelo este que é substancialmente influenciado pelos exemplos de política de identidade e de comunidade negra estruturada dos Estados Unidos e que visa ao mesmo tempo desvincular a perspectiva de ascensão social da lógica de branqueamento. Com isso a proposta cultural da FZP tenta aproximar os alunos de símbolos representativos da classe média, que além de terem uma ligação com a história da população negra no Brasil também possuem *status* referendado pelas classes mais altas e pelo mercado.

Em artigo que aborda a mercantilização da cultura negra brasileira, Sansone relaciona as mudanças no contexto sócio-econômico decorrentes do aumento dos níveis de educação da população, da melhoria dos índices econômicos e do alcance dos direitos civis e o surgimento ainda incipiente de uma classe média negra a uma

nova configuração da cultura negra estreitamente relacionada ao consumo e descolada da imagem da pobreza.

Na população negra, finalmente, um grupo de renda média está se tornando visível. Esse grupo se sente desconfortável com as construções tradicionais da identidade negra como um fenômeno da classe baixa e com a caracterização dos negros como indivíduos incapazes de consumir símbolos de status ou que o fazem de maneira grosseira por causa de sua “falta de modos”. Não é por acaso que, no Brasil, uma parcela crescente das queixas em relação à discriminação racial resulta da preocupação dos negros mais bem-educados e está relacionada ao consumo, normalmente de supérfluos ou de serviços de alta qualidade. Tudo isto certamente cria novas condições para a cultura negra e sua mercantilização. (SANSONE, 2000, p.97)

Retomando a colocação da aluna Ana sobre os artistas convidados da FZP que representam ou não a “cara do povo”, entendemos que a FZP não pretende apresentar uma caracterização cultural que generalize a população negra, mas sim representar o que os seus alunos são ou virão a ser segundo suas expectativas. A própria Ana teve uma fala que ilustra bem essa percepção da cultura e comportamento negros como uma perspectiva de ascensão social, na qual ela também desvincula o “ser negro” de um comportamento presumidamente típico das classes mais baixas

Como eu te falei, ser negro é uma coisa que vem de dentro, é o seu comportamento, é o seu jeito de pensar, não é porque você é negro que você tem que ser favelado, ser maloqueiro, falar palavrão, usar roupas extravagantes. Tem umas pessoas que exageram né? – Ana.

Essa nova configuração cultural negra e moderna tem, segundo Sansone, alguns elementos característicos como a estética, moda, linguagem corporal, música, etc. que a diferenciam da cultura negra de aspecto mais africanizado, preferida por alguns intelectuais e ativistas negros e grupos que se dedicam a estudar e manter algumas tradições que consideram mais legitimamente africanas. O cabelo, elemento bastante significativo pelo qual é afirmada ou negada a condição racial, nessa nova interpretação, se torna muito mais manipulado e adornado por meio de uma série de tratamentos, produtos, cortes e penteados diversificados tanto para mulheres quanto para homens (SANSONE, 2000).

Quando eu entrei na Zumbi eu usava cabelo com escova progressiva, e no ano passado eu cortei bem curtinho. Eu acho que o que me ajudou a assumir mesmo essa coisa do cabelo meio de negro foi a Zumbi, porque senão eu estava até hoje me acabando no secador - Ana

Para Ana, a opção por aderir a um estilo de cabelo “meio de negro” tem um viés de afirmação racial, mas também está muito relacionada a uma tendência comum entre as alunas (e também entre alguns alunos) da FZP e de uma parcela da juventude negra dos grandes centros urbanos que é mais escolarizada e/ou tem algum envolvimento com movimentos sociais e culturais com forte componente racial como o Hip Hop. Os cortes de cabelo afro, as tranças estilizadas e os enfeites coloridos fazem parte de uma moda seguida por aqueles que aderem ao “estilo” negro que também é consumido por brancos e estrangeiros como um objeto da cultura negra.

Outro elemento listado por Sansone e que também teve espaço na fala dos alunos da FZP é a dança e o movimento corporal negro. Existe um repertório gestual com formas de cumprimentar e de andar que fazem parte dessa nova demonstração e identificação da negritude.

Lá na faculdade [Zumbi] eu conheço todo mundo da minha sala de aula e todo mundo fora. É lógico que se você perguntar o nome de cada um eu não vou saber, mas eu acho que nós temos um negócio que é assim: se estiver vindo um negro numa calçada e outro na outra parece que tem um imã que um vai olhar para o outro e vai *[fez um aceno de cabeça e com as mãos]* “e aí, beleza?”. É automático e isso na faculdade rola. Eu saio da minha sala e por mais que eu não conheça, eu vou cumprimentar. Você cumprimenta todo mundo, você não conhece de nome, mas você já conversou, você já [...] Se eu sair com você para gente dar uma volta aqui ou mesmo ir até o centro, você pode reparar que qualquer negro que passar por mim, qualquer negro que eu passar por ele, a gente vai fazer assim *[aceno com as mãos]* ou então só vai ao menos balançar a cabeça. – Vitor

Para Vitor, a possibilidade de estar em um espaço onde este léxico gestual exista e seja compreendido foi fundamental para a decisão de estudar na FZP. Na compreensão deste léxico estariam supostas a aceitação e as condições para o estabelecimento de vínculos solidários. Ainda sobre expressão corporal negra, e fazendo uma ponte com a música, se o samba pode ser visto como o maior produto cultural de exportação brasileiro, vários outros ritmos são meios pelos quais a negritude se expressa: samba-rock, hip-hop e axé são exemplos de músicas e

danças com grande apelo entre a população jovem das classes populares, mas que tem também conseguido uma valorização comercial perante a mídia e as classes sociais mais elevadas. O sucesso das micaretas, espécie de carnaval fora de época, que desde os anos 1990 têm se espalhado por várias cidades brasileiras, é um bom exemplo neste sentido. Com a apresentação de artistas de *axé music* esses eventos atraem grande número de jovens universitários brancos que para participar precisam comprar um *abadá*⁵⁴ – nome dado a um traje específico que garante acesso ao local da festa. Desde que caíram no gosto das classes mais elevadas, as micaretas têm se tornado um produto muito rentável para os seus realizadores, que cobram preços altos pelo ingresso, tornando-se um evento praticamente inacessível para pessoas de baixa renda. Essa mercantilização dos objetos da cultura negra é percebida por alguns alunos, que como no caso de Vitor, fazem uma crítica a essa situação que tende a afastar cada vez mais os negros pobres de manifestações culturais tradicionalmente mantidas por eles

A gente está tendo a informação, e tem que ter informação, a gente está chegando, só que para chegar a gente está deixando muita coisa para trás. Então tem que ter festa de São Benedito, sempre teve, quem foi São Benedito? Ninguém sabe! É uma coisa que se perdeu. A festa de Tietê se perdeu, não existe mais. Ah, quem foi Zumbi dos Palmares, nêgo não sabe quem foi! Mesmo as escolas de samba, os presidentes das grandes escolas de samba são brancos! Então o que adianta? Nós lutamos, lutamos, lutamos e o negócio é continuar a lutar para chegar lá na frente fazer o que nós queríamos. Quero ver o meu neto presidente de uma escola, com a comunidade dele, preta. Que venham os brancos também, mas que eles saibam que nós é que estamos fazendo a festa para todos, inclusive para eles também. – Vitor

A cultura negra está sendo reinventada diante das mudanças sociais ocorridas principalmente na última década e a FZP influencia seus alunos nessa reinvenção apresentando os elementos que ela julga de interesse manter. Talvez por isso, em nenhum momento dessa pesquisa tenha sido notada qualquer referência à religiosidade africana ou afrobrasileira. A FZP promove a cultura mercantilizada porque é esta que se aproxima da imagem de cidadão/consumidor negro moderno e profissional que ela quer imprimir aos seus alunos. Esta imagem tem um custo, principalmente financeiro, e Sansone (2000) chega a dizer que “às

⁵⁴ Abadá é uma palavra de origem africana, trazida pelos negros malês. Originalmente representava um tipo de bata branca usado pelos mulçumanos que aportaram no Brasil como escravos. Também é o nome dado à indumentária dos capoeiristas.

vezes, é mais caro parecer “étnico” que assimilado, ter cabelo “rasta” que um cabelo alisado” (p. 101), porque esta é uma maneira de imprimir *status* a um objeto – elevando seu valor financeiro. O autor conclui ainda que “o consumo, portanto, também é um marcador étnico, bem como uma forma de oposição à opressão, uma maneira de, como negro fazer-se visto ou mesmo ouvido” (p.88).

Com essa afirmação retomamos o que foi dito no início deste capítulo, quando pontuamos a relação entre acesso a direitos civis e o consumo, que de forma indireta, confirma-se como uma das bases do pertencimento racial dos alunos da FZP e que juntamente com a cultura e o trabalho alicerçam a reinvenção da concepção de cidadania e dos novos padrões de interação com o debate racial por parte desses alunos.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] um negro, para ser cidadão, precisa antes de tudo, reinventar sua raça (GUIMARÃES, 2003, p.103).

Na intersecção entre as temáticas relações raciais, ensino superior e ações afirmativas, desenvolveu-se este estudo com o propósito de conhecer, perante as mudanças sociais que se desenham no cenário brasileiro com a implantação de políticas de igualdade racial, como se elabora (ou reelabora) o pertencimento racial de estudantes universitários negros. Para tanto foi tomada como estudo de caso uma experiência que se destaca dentre as demais no Brasil por se tratar de um projeto desenvolvido pela sociedade civil, sem vínculos com governos e que foi criado especificamente para atender à demanda da população negra por formação superior considerando as especificidades históricas e sociais dessa parcela da população. Por meio deste projeto, a Faculdade Zumbi dos Palmares concretiza anseios históricos da luta anti-racista no Brasil e apresenta uma perspectiva inédita de ação que tem impactado o debate sobre ações afirmativas, principalmente no campo da educação.

Ao promover a inclusão de estudantes negros no ensino superior a FZP estimula a reconstrução/ afirmação de uma identidade racial negra baseada tanto na revalorização de aspectos histórico-culturais que remetem a ascendência africana quanto em aspectos específicos da vida moderna em uma sociedade capitalista. Este processo, que faz parte da busca pela garantia de direitos civis para a população negra, se apóia em duas plataformas que são conflitantes, mas que dentro do contexto da FZP têm se entrecruzado, criando uma trama muito particular de ações e subjetividades. Os depoimentos tomados junto aos alunos apresentam as contradições dessa dinâmica de reinventar a si mesmo e a sua raça e de se constituir em meio a um discurso que, ao mesmo tempo defende a necessidade de organização coletiva e solidariedade para o fortalecimento do grupo racial, e valoriza

a competitividade e o individualismo como parte do processo de ascensão social e econômica.

Ao final deste estudo é possível afirmar que as novas práticas de abordagem da questão racial propostas pelo projeto diferenciado da FZP favorecem a construção ou reforçam o pertencimento racial de seus alunos negros. Eu diria que, dosados na mesma proporção, o aspecto histórico-social e o aspecto econômico-profissional influenciam a maneira como aqueles alunos negros que encontrei na FZP tecem a sua identidade e pertencimento raciais, em uma instigante imbricação.

O entrelaçamento curioso de aspectos, à primeira vista tão incongruentes, parece ter sido assimilado com relativa facilidade pelos alunos, como se tivesse ocupado exatamente um ponto-cego que outras formas de reivindicação dos direitos civis da população negra ainda não tinham percebido ou não conseguiam atender tão bem, considerando as diversidades de expectativas da dessa população. O discurso da FZP parece conferir, ao mesmo tempo, estímulo e conforto ao seu grupo de alunos. Ela estimula que eles busquem sucesso profissional sozinhos, valorizando bastante o esforço e, de certo modo, a meritocracia; ao mesmo tempo, defende que, enquanto pares, esses alunos se protejam e se apoiem entre si, criando uma atmosfera de comunidade que parece ser bastante cativante para os alunos. Essa perspectiva de comunidade também é favorecida pela convivência com outros estudantes negros, em um ambiente que se mostrou bastante estimulante e acolhedor ao debate das questões raciais comuns àqueles estudantes. Este contexto comprovou-se propício ao desenvolvimento de um pertencimento racial, entendido aqui como a auto-inclusão em uma coletividade na qual se compartilham valores, anseios e aspirações, implicando comprometimento ativo com um projeto de sociedade que vá ao encontro dessas aspirações, permitindo-nos conhecer a intimidade de um processo social que lentamente se espalha pelo país com uma perspectiva de reinvenção da raça negra.

Enquanto instituição, não vejo na FZP traços de desinstitucionalização, processo descrito por François Dubet (1998) para descrever como nas sociedades contemporâneas as instituições em geral têm perdido a sua função de definidoras de papéis sociais. Ao contrário, vemos elementos que corroboram uma força institucional vista em poucas instituições educacionais na atualidade e que expõem exatamente o oposto que se poderia encontrar em uma instituição em crise. Não

quero com isso defender a Faculdade Zumbi dos Palmares e seu projeto de inclusão como a panacéia de todos os males do racismo e discriminação acumulados em centenas de anos de História. É importante que se destaque que o sucesso alcançado pela FZP só foi possível graças a um contexto histórico, social e, principalmente, econômico e político que se configurou no Brasil nas últimas duas décadas, e a um corpo discente que em todos esses anos tem se mostrado solícito em abraçar a ideologia da instituição, principalmente com relação ao comprometimento com um projeto de sociedade anti-racista.

Observar tão proximamente o projeto da FZP durante este estudo, nos deu respaldo para compreender o quanto se faz fundamental a elaboração de políticas de promoção de igualdade racial que envolvam concomitantemente diferentes áreas da vida social dos sujeitos, pois são muitos os obstáculos que circundam a zona de exclusão onde a maioria da população negra brasileira se encontra hoje.

Enfim, espero que as informações contidas neste texto possam contribuir em alguma medida para aprofundar o estudo das ações afirmativas e o seu impacto nas relações raciais no Brasil, trazendo elementos para combater o racismo em nossa sociedade e promover a cidadania plena para a população negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, E. N. **Movimento Negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo**. 1996. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- AMARAL, Ana Lucia. **Pertencimento**. In: Dicionario de Direitos Humanos. Escola Superior do Ministério Público da União. jun.2006. Disponível em <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>>. Acesso em: outubro 2011
- ARAUJO, T.C.N. **A classificação de "cor" nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão**. Cadernos de Pesquisa, n.63, p.14-16, nov.1987.
- ASSIS, M. D.P.; CANEN, A. **Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo**. Cadernos de Pesquisa, vol.34, n.123, p.709-724, dez 2004
- AZEVEDO, C. M. M. **Institucionalização da "Raça Negra" ou luta contra o racismo?**. Campinas: Revista Aulas (Unicamp). n.3. dez/2006-mar/2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/01.pdf>>. Acesso em: 16.junho.2011.
- BARCELLOS, Cátia S. R. **A Construção da Identidade de estudantes Afro-brasileiros/as e suas experiências acadêmico-universitárias em cursos de Licenciatura da UFPEL**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2006.
- BERGER, P.L.; BERGER, B. **O que é uma instituição social?** In: Foracchi, M.M. e Martins, J. Sociologia e Sociedade, Rio de Janeiro: Livro Técnico, p. 193-199, 1977.
- _____. **Socialização: Como ser um membro da sociedade**. In: Foracchi, M.M. e Martins, J. Sociologia e Sociedade, Rio de Janeiro: Livro Técnico, p. 200-214, 1977.
- BRANDÃO, André Augusto; MARINS, Mani Tebet A. **Cotas para negros no Ensino Superior e formas de classificação racial**. Educação e Pesquisa, v.33, n.1, p.27-45, abr 2007.
- BURITY, Joanildo A. **Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais**. In: Trabalhos para Discussão, n.108/2001. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, março/2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/108.html#_ftn1>. Acesso em: setembro 2011.
- CALADO, M. G. **Como uma faculdade voltada para a população negra pode favorecer o enfrentamento da discriminação racial, o aumento da**

- escolaridade e a inserção no mercado de trabalho desta população.** 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade São Marcos, São Paulo, 2007.
- CAMARGO, Edwiges P.R. **O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas.** 2005. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2005.
- CARVALHO, Marília P. **Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos.** Revista Brasileira de Educação. n.28, p.77-95, Jan/abr. 2005.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CICONELLO, Alexandre. **O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial.** Estudo de caso publicado pela Oxfam International. Junho de 2008. Disponível em: <<http://racismo.inesc.org.br/racismo/publicacoes.php>>. Acesso em: 17 junho 2011.
- COSTA, Jurandir F. **Da cor ao corpo: a violência do racismo (prefácio).** In SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983
- COSTA, Sérgio. **A construção sociológica da raça no Brasil.** Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n1, pp. 35-61, 2002.
- DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educação e Sociedade, v.28, n.100, p.1105-1128, out 2007.
- DIEESE. **Os negros no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo.** nov 2009 . Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/sp/negroormsp2009.pdf>
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, v.12, n.23, p.100-122, 2007.
- DUBET, François. **A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização.** Contemporaneidade e Educação. Ano 3, n.3, p.27-33, março/1998.
- FERREIRA, Ricardo Aleixo. **Negro Midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa.** Revista USP, São Paulo, n.69, p.80-91, mar-mai 2006.
- GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **Ações afirmativas.** 2001. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/paginas/acoesafirmativas>>. Acesso em: julho/2011.
- GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto - o processo de construção da identidade racial de professoras negras.** Belo Horizonte: Mazza, 1995.

- _____. **Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra.** In: Silva, Petronilha B.G.; Silverio, Valter R. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, p.217-244, 2003.
- GRIGOROWITSCHS, Tamara. **O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead.** Educação e Sociedade, v.29, n.102, p.33-54, Abr 2008.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34. 1999.
- _____. **Classe, raças e democracia.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34. 2002.
- _____. **Como trabalhar com "raça" em sociologia.** Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 29, n. 01, p. 93-108, 2003.
- _____. **Democracia racial.** 2003, disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>>. Acesso em 15/out/2009
- _____. **Preconceito de cor e racismo no Brasil.** Revista de Antropologia (São Paulo), São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.
- _____. **Depois da democracia racial.** Revista Tempo Social, v.18, n.2, p.269-287, Nov 2006a.
- _____. **Entrevista com Carlos Hasenbalg.** Tempo social, v.18, n.2, p.259-268, Nov 2006b.
- HALL, Stuart. **Que "negro" é esse na cultura negra?.** In: SOVIK, Liv (Org.). Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil,** Rio de Janeiro: Graal,1979
- _____. ; VALLE SILVA, Nelson do, (Org.). **Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida.** Rio de Janeiro: TopBooks, 2003
- HERINGER, Rosana. **Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil.** Estudos afro-asiáticos, vol.23, n.2, 2001.
- _____. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.** Cad. Saúde Pública, v.18, p.57-65, 2002.
- IBGE. **Características étnico-raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor e raça.** Rio de Janeiro, 2011
- _____. **Síntese dos indicadores sociais (SIS).** Rio de Janeiro, 2008.

- _____. **Síntese dos indicadores sociais (SIS)**. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **Síntese dos indicadores sociais (SIS)**. Rio de Janeiro, 2010
- INEP. **Censo da Educação Superior 2009**. Brasília, 2010
- IPEA. **Dinâmica demográfica da população negra brasileira**. Brasília: Comunicados do Ipea, n.91. maio/2011
- JACCOUD, Luciana (org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial : uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: Ipea, 2009.
- KILSZTAJN, S. et al. **Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil**. Rev. econ. contemp., vol.9, no.2, p.367-384, ago 2005.
- MAGGIE, Yvone; REZENDE, Claudia B (org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial**. Educação e Sociedade, v.2, n.88, p.757-776, out 2004.
- MOURÃO, L. M. B. **Atitude Transdisciplinar - Pertencimento**. In: II Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, 2005, Vitória - ES. II Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. **Mestiçagem e identidade Afro-brasileira**. In: OLIVEIRA, Iolanda (org). Cadernos PENESB 1 – relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: UFF, Intertexto, p. 9-20, 1999.
- _____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em:
<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>.
- _____. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Entrevista. Revista Estudos Avançados, São Paulo, n.50, p. 51 - 56, jan/abril. 2004.
- _____. **Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. Revista USP, v. 68, p. 46-57, 2006.
- NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Tempo social, v.19, n.1, p.287-308, Jun 2007.
- OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 18 (50), p. 57-60. 2004.

- OSÓRIO, Rafael G. **Classe, raça e acesso ao Ensino Superior no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v.39, n.138, p.867-880, set.-dez./2009
- PAIXÃO, M. et al (orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010**. UFRJ: IE: LAESER, Ed. Garamond, 2011.
- PARENTE Regina M. **A invenção do cidadão negro**. In: Oliveira, Iolanda; Silva, Petronilha B. G.; Pinto, Regina P. Negro e Educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Anped, p.154-165, 2005.
- PASSOS, Joana Celia. **Escolarização de jovens negros e negras**. In: Oliveira, Iolanda; Silva, Petronilha B. G.; Pinto, Regina P. Negro e Educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Anped, p.53-65, 2005.
- PENA, Sergio D.J.; BIRCHAL, Telma S. **A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social?**. Revista USP, v. 68, p. 10-21, 2006.
- PEREIRA, João B. B. **O negro e a identidade racial brasileira**. In: ABONG. Racismo no Brasil. São Paulo: Peirópolis; ABONG, p. 65-72, 2002.
- PETRUCELLI, José Luis. **Mapa da Cor no Ensino Superior Brasileiro**. Rio de Janeiro: UERJ - Laboratório de Políticas Públicas, 2004.
- REZENDE, F.; TAFNER, P. **Juventude no Brasil**. In: REZENDE, F.; TAFNER, P. (org.). Brasil: O Estado de uma nação. Ed. Resumida. Rio de Janeiro: IPEA, 2005, p.285-350. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/Destaques/brasil/CapVIII.pdf>
Acesso em: 20/10/2010.
- RIBEIRO, Alan A. M. **“No meio e misturado”**: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública, Conjectura,v.15, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2010.
- RIBEIRO, Cristiane M. **As pesquisas sobre negro e educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas**. Trabalho apresentado no GT Afro-brasileiros e educação na 28a reunião anual da ANPED, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/gt21.htm>
- RIBEIRO, Matilde. **Análises e propostas: As políticas de igualdade racial no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, n.35, abril de 2009
- SANSONE, Livio. **Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil**. Mana, v.6, n.1, p.87-119, abr 2000.
- _____. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

- SANTOS, Gevanilda et al. **A juventude negra**. In: Abramo, H.W e Branco, P. P. M. (orgs.) Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, p.291-302, 2005.
- SANTOS, Jose Luis. **O que é cultura**. São Paulo : Brasiliense, 2009.
- SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje**. S.Paulo: Folha de São Paulo, Caderno Mais – Brasil 501 d.c. 07/ maio/2000. Disponível em:
<http://200.144.190.194/neinb/files/Ser%20negro%20no%20Brasil%20hoje.pdf>
- SANTOS, Raquel S. **Ser homem: percepções, significados e narrativas de rapazes negros e pobres da cidade de São Paulo**. 2009. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- _____. **Na boca do furacão**. Revista USP, v. 68, p. 6-9, 2006.
- SETTON, M. G. J. **A particularidade do processo de socialização contemporâneo**. Tempo social, v.17, n.2, p.335-350, Nov 2005.
- _____. **A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus**. Revista Brasileira de Educação, v.14, n. 41, p.296-307, ago 2009.
- SILVA, Adailton da; SILVA, Josenilton da; ROSA, Waldemir. **Juventude negra e educação superior**. In: CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luceni M.C.; ANDRADE, Carla C. (orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, p.261-290, 2009.
- SILVA, Ana Célia. **Movimento negro brasileiro e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial**. Salvador: Revista da Educação e Contemporaneidade (Faeeba - UNEB), v.11, n.17, p.139-151, jan-jun/2002.
- SILVA, Lourdes Jose. **Faculdade da cidadania Zumbi dos Palmares - o quilombo do século XXI?** Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010. 153 p.
- SILVA, M. A. **Ações afirmativas para o povo negro no Brasil**. In: ABONG. Racismo no Brasil. São Paulo: Peirópolis; ABONG, p. 102-121, 2002.
- SILVA, M. P. **Identidade e consciência racial brasileira**. In: ABONG. Racismo no Brasil. São Paulo: Peirópolis; ABONG, p. 53-64, 2002.
- SILVERIO, Valter; SOUSA, Karina A. **A socialização e a identidade: a escola e o dilema**. In: Abramowicz, A.; Gomes, N.L. (org) Educação e raça: perspectivas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica Ed., p.97-120, 2010.
- SOTERO, Edilza C. **Trajecória Educacional de Jovens Negros Beneficiados por Políticas de Ação Afirmativa na Cidade de Salvador**. 2010. Dissertação de

Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

SOUZA, Jesse. **Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira.** São Paulo: Lua Nova, n.65, p.43-69, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. **Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília.** Rev. Estudos Feministas, v.16, n.3, p.931-947, Dez 2008.

ZAGO, N. A. **A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa.** In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Org.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP & A, p. 287-309, 2003.

ANEXOS

Anexo 1: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Dados básicos

Nome

Idade

Estado civil e filhos

Número de irmãos

Mora com....?

Condições de moradia (própria, alugada, cedida, etc.)

Trabalha?

Profissão exercida

Religião em que foi criado? Religião que professa atualmente?

Qual raça/ cor? **Fazer uma pergunta aberta e uma fechada usando categorias do IBGE.

Escolaridade dos pais e irmãos mais velhos.

Profissão dos pais

Renda da família

Família

Como você imagina que seus pais e irmãos se autoclassificam com relação à cor/raça?

E como você os classifica?

Seus pais falavam com os filhos sobre cor/raça? Em algum momento eles relacionavam a cor à como deveriam se portar?

Amigos

Quem eram seus amigos/as na infância e na adolescência? Onde você os conheceu? O que vocês faziam juntos? Como eles eram (cor/raça)?

Quem são seus amigos hoje? O que você faz com seus atuais amigos?

Como você classificaria seu amigos quanto a cor/raça?

Você diria que seus amigos influenciam o seu jeito de ser e pensar?

Escolaridade

Já repetiu alguma série?

Já interrompeu os estudos alguma vez? Por quê?

Em que tipo de escola estudou a maior parte da vida? (pública particular)

Memórias da vida escolar (matérias preferidas, relação com professores, relação com colegas, dificuldades durante o período escolar, estímulo da família, o que gostava na escola, o que não gostava notas, etc)

Melhores amigos (brancos/negros?)

Melhores professores (brancos/negros?)

Você tem alguma memória relacionada a cor/raça sua ou de seus colegas e professores na época de escola?

Unipalmares

Já tinha estudado em outra universidade?

Como você conheceu a Unipalmares?

Por que você escolheu essa faculdade?

Por que escolheu esse curso?

Como é o seu dia a dia na Universidade? Relação com os colegas, com os professores.

Você tinha algum tipo de envolvimento com movimentos sociais e/ou culturais antes de entrar nessa universidade?

Você tinha algum tipo de preocupação com cor/raça antes de entrar na universidade? Isso mudou? Por quê?

Você já tinha pensando ou participado de algum debate sobre questões raciais, racismo e preconceito antes de entrar na universidade? Isso mudou? Por quê?

Trabalho

Quais foram suas experiências profissionais?

Houve algum tipo de pressão familiar para que você começasse a trabalhar? Como?

Você conseguiu algum estágio ou trabalho por meio dos convênios da Unipalmares?

Você acha que faz diferença ser branco ou ser negro para conseguir trabalho? Qual a diferença?

Quais são suas expectativas e ambições com relação a trabalho?

Como você imagina que será sua carreira?

Pretende continuar estudando?

Lazer e Cultura

Quais são suas práticas de lazer e diversão?

Desde quanto essas são as práticas de seu interesse?

Como você começou a se interessar por elas?

Você acha que a sua forma de lazer tem alguma relação com seu pertencimento racial?

Pertencimento racial e discriminação [perguntar primeiro genericamente, pois podem aparecer outros tipos de discriminação ; preconceito]

Você já sofreu alguma discriminação racial direta ou sabe se alguém próximo a você que tenha sofrido? Como e quando foi?

Para você o que faz com que uma pessoa seja classificada como negra?

Você leva esses critérios em consideração quando se auto classifica como negro?

O que é “ser negro”?

Você diria que as ações e o discurso promovido pela FZP representa o que é “ser negro”?

Anexo 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA – INSTITUIÇÃO (aplicado à Profa. Lina Moreira)

Histórico da instituição

1. Criação, de onde surgiu a idéia de criarem uma universidade nesses moldes?
2. Processo de criação: cursinho, colégio??
3. Como é a relação com a mantenedora – Afrobras? Qual o papel dela hoje? (conseguir \$, divulgar?)

Professores

1. Como é o processo seletivo para professores?
2. Eles são militantes do Mov. Negro?
3. A maioria dos professores são brancos ou negros? Tem dados de distribuição por raça/curso?
4. Como os professores são preparados para lidar com a questão racial e com o debate sobre isso em sala de aula?

Alunos

1. Como é o processo seletivo dos alunos (vestibular)?
2. Na dissertação da Maria da Gloria Callado diz que uma das etapas de seleção é uma entrevista para avaliar o "grau de consciência temática" dos alunos. Ainda existe isso? O que seria essa **consciência temática**???
3. Existe uma preocupação em selecionar alunos que já tenham uma aproximação com a militância em algum tipo de movimento?
4. É um objetivo da instituição formar lideranças negras?
5. Qual foi o motivo do censo realizado ano passado com os alunos?
6. Alguma informação do censo surpreendeu a faculdade?

Projeto pedagógico

1. Desde a fundação houveram mudanças no projeto pedagógico da faculdade?
2. Sala de aula: existe uma discussão intencional na sala de aula sobre as relações raciais e a dimensão do mundo do trabalho?
3. Por que a faculdade escolheu os cursos de administração, pedagogia, publicidade e direito? Acha q são áreas estratégicas?
4. A UZP é proativa, ela coloca os alunos dentro do mercado de trabalho. Tudo isso tem a ver com os cursos que são oferecidos, mas como ela lida com o curso de Pedagogia neste mercado de trabalho?
5. A Faculdade tem um modelo de negro ideal? Qual seria?
6. As ações e o discurso promovido pela FZP representam o que é "ser negro"?
7. Você acha que os alunos entendem e aceitam / aprovam esse modelo de negro que a faculdade promove?

Por que em alguns documentos da faculdade ha a variação de termos utilizados: negros/pardos – afro descendentes

Anexo 3: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ALUNO

Você está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa “**O pertencimento racial dos universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares**”, realizada no âmbito do programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O motivo que nos leva a essa investigação é tentar entender o que pensam alguns alunos sobre seu pertencimento racial.

Para isso estamos realizando entrevistas individuais com aproximadamente 08 alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares. Essas entrevistas serão registradas integralmente em áudio.

Caso aceite nosso convite, você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre pra recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisadora Marla A. de Oliveira Santos tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados serão enviados para você e permanecerão confidenciais.. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Eu, _____, RG. _____

concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa intitulado “*O pertencimento racial de jovens negros universitários da UNIPALMARES*” que tem como pesquisadora responsável Marla A. de Oliveira Santos, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientada pela Profa. Dra. Marília Pinto de Carvalho que pode ser contatado pelo e-mail xxxx@xxx.br ou telefone (XX) XXXX-XXXX.

Fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e tive esclarecidas minhas dúvidas. Compreendo que este estudo possui finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando, assim minha privacidade. Sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

São Paulo, _____
Local e data

Assinatura